



Universidade Federal do Pampa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA - CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: Desvendando a
realidade de São Borja**

MARIZA ZELLMER DA SILVA

**SÃO BORJA
DEZEMBRO /2019**

MARIZA ZELLMER DA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: Desvendando a
realidade de São Borja.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Solange Emilene Berwig

**SÃO BORJA
2019**

MARIZA ZELLMER DA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: Desvendando a
realidade de São Borja**

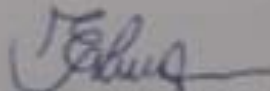
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharela em Serviço
Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06/12/2019

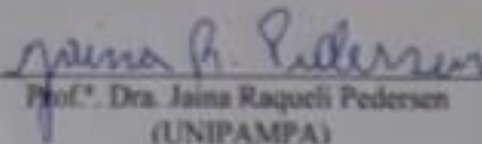
Banca examinadora:



Prof.^a Dra. Solange Emilene Herwig
Orientadora
(UNIPAMPA)



Prof.^a Dra. Elisângela Maia Pessoa
(UNIPAMPA)



Prof.^a Dra. Jaina Raquel Pedersen
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTO

Primeiramente quero agradecer aos meus amados pais *Luiza e Helmuth Zellmer* pelos ensinamentos transmitidos os quais refletiram em toda minha trajetória de vida. Pelo carinho, compreensão, amor onde ouvia “segue em frente filha, agora precisa focar no seu trabalho de conclusão de curso”. Obrigado a vocês!

Sou grata a minha família, as minhas amadas filhas *Paula e Carolina*, pelo amor dedicado, compreensão e incentivo e, em especial a minha neta *Maria Helena*, onde a distância não permitiu acompanhá-la nesses meses e isso me doía muito, mas por outro lado sabia da minha responsabilidade com a pesquisa, sei que um dia lerá esse trabalho e sentirá o amor que sinto por ela.

Sou grata ao meu querido amigo *Ewerton*, por todo seu carinho, dedicação e tudo que ele representou na minha vida durante a construção desse trabalho.

Agradeço aos *professores e professoras* do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa pelos saberes que me foi transmitido durante a graduação.

Agradeço a minha orientadora Solange Berwig pelos ensinamentos, todo carinho e mesmo enfrentando alguns atravessamentos da vida nunca deixou de dar um sorriso, um incentivo, uma palavra amiga, dizendo: “Vamos trabalhar. Estou bem!”, embora em alguns dias não estivesse tão bem assim. Não tenho palavras para agradecer, pois tudo que disser não é o suficiente para expressar meus sentimentos. Só posso dizer o quanto foi leve e prazeroso trabalhar ao seu lado.

Gostaria de agradecer também aos/as idosos/as do Asilo São Vicente de Paula que fizeram parte dessa pesquisa, que somaram bem mais que dados coletados, foram verdadeiras fontes de inspiração que tornaram a escrita desse trabalho mais prazerosa, pois sei que ele pode auxiliar de maneira significativa a sociedade. As manhãs ou tardes de conversas mudaram minha visão não apenas como pesquisadora, mas sim como pessoa.

*Não se lamente por envelhecer, é
um privilégio negado a muitos.
E ainda é a única maneira que se descobriu
de viver muito tempo.
(Charles Saint-Beuve, adaptado).*

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso emergiu a partir de inquietações da pesquisadora durante o Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no ano de 2015, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, onde verificou-se um vasto número de denúncias de violência contra idosos/as. A escolha do tema está articulado com a sua concepção do o exercício profissional e pelo Código de Ética do/a Assistente Social que compreende a necessidade de trabalhar na perspectiva da garantia dos direitos universais da pessoa idosa e, sobretudo, cobrando dos órgãos competentes ações que possam atender com mais eficácia as demandas da população idosa, oportunizando assim, condições dignas para viver essa fase da vida humana. O trabalho tem por objetivo geral analisar como veem ocorrendo o atendimento nos casos de violência contra a pessoa idosa no município de São Borja, a fim de contribuir na elaboração de estratégias de intervenção na perspectiva de proteção integral ao/a idoso/a. Tais abordagens são exploradas a partir do método dialético crítico e utiliza-se de uma metodologia qualitativa, complementada com procedimentos quantitativos, a pesquisa realizada de caráter exploratório, analisou documentos e realizou entrevistas a partir de instrumentos previamente definidos que estão expostos nos apêndices deste estudo. A pesquisa aqui pautada foi realizada em três instituições, a saber: Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Asilo São Vicente de Paula e na Delegacia de Polícia Civil. Através da pesquisa foi possível mapear a rede de proteção social ao/a idoso/a, elencados seus potenciais e fragilidades para a garantia da proteção integral da pessoa idosa. A partir da fundamentação teórica e dos dados coletados este estudo se desdobra em quatro capítulos que abordam temáticas relevantes como: o processo de envelhecimento, caracterização do fenômeno da violência contra idosos/as em âmbito nacional, aspectos locais de São Borja quanto à violência contra idosos/as – perfis dos/as idosos/as vitimados, e respectivos/as agressores/as, compreensão do fenômeno da violência contra idosos/as na sociedade capitalista e sua articulação intrínseca entre violência intrafamiliar e violência estrutural, conformação da rede de atendimento aos/as idosos/as vítimas de violência observando potencialidades e limitações para a proteção dos/as idosos/as.

Palavras-Chave: Violência contra o/a idoso/a; Envelhecimento; Violência Intrafamiliar. Violência Estrutural.

RESUMEN

Este documento de conclusión del curso surgió de las inquietudes del investigador durante la pasantía supervisada en trabajo social realizada en 2015, en el Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social – CREAS, donde hubo una gran cantidad de informes de violencia contra los ancianos. La elección del tema se articula con su concepción de la práctica profesional y el Código de Ética del Trabajador Social que entiende la necesidad de trabajar en perspectiva garantizando los derechos universales de las personas mayores y, sobre todo, exigiendo a los organismos competentes acciones que puedan satisfacer de manera más efectiva las demandas de la población de personas mayores, proporcionando así condiciones dignas para vivir esta fase de la vida humana. El objetivo de este trabajo es analizar cómo se ha estado atendiendo en casos de violencia contra las personas mayores en el municipio de São Borja, para contribuir a la elaboración de estrategias de intervención desde la perspectiva de la protección integral de las personas mayores. Dichos enfoques se exploran desde el método dialéctico crítico y utilizan una metodología cualitativa, complementada con procedimientos cuantitativos, investigación exploratoria, analizó documentos y realizó entrevistas utilizando instrumentos previamente definidos que se exponen en los apéndices de este estudio. La investigación pautada aquí se realizó en tres instituciones, a saber: Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social, Asilo de São Vicente de Paula y la Estación de Policía Civil. A través de la investigación, fue posible asignar la red de protección social a las personas mayores, enumerando sus potenciales y debilidades para garantizar la protección total de las personas mayores. A partir de los fundamentos teóricos y los datos recogidos, este estudio se desarrolla en cuatro capítulos que abordan temas relevantes como: el proceso de envejecimiento, la caracterización del fenómeno de la violencia contra los ancianos en todo el país, los aspectos locales de São Borja con respecto a la violencia contra los ancianos. - perfiles de los ancianos y sus agresores, comprensión del fenómeno de la violencia contra las personas mayores en la sociedad capitalista y su articulación intrínseca entre la violencia intrafamiliar y la violencia estructural, configurando la red de atención a las personas mayores víctimas de la violencia, observando las potencialidades y limitaciones para la protección de las personas mayores.

Palabras clave: Violencia contra los ancianos; Envejecimiento; Violencia intrafamiliar; Violencia estructural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rede de proteção dos/as idosos/as de São Borja.....	77
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das internações de idosos/as por agressão corporal, segundo diferentes variáveis, Brasil, 2008-2013	31
Tabela 2 – Distribuição das internações de idosos/as por negligência e abandono, segundo diferentes variáveis, Brasil, 2008-2013	32
Tabela 3 – Gênero dos/as idosos/as vítimas de violência no Brasil em 2017	56
Tabela 4 – Gênero dos/as idosos/as vítimas de violência no Brasil em 2018	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Expectativa de vida ao nascer, ambos os sexos – por unidades da federação....	19
Gráfico 2 – Prevalências de internações de idosos/as por agressão corporal e negligência e abandono por ano, Brasil, 2008-2013	31
Gráfico 3 – Denúncias de violência contra idosos/as pelo Disque 100, nas unidades da federação	48
Gráfico 4 – Faixa etária preponderante das situações de violência.....	49
Gráfico 5 – Faixa salarial dos/as idosos/as.....	50
Gráfico 6 – Tipos de violência cometidas contra idosos/as identificados por gênero	54
Gráfico 7 – Identificando os/as agressores/as dos/as idosos/as em São Borja	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Expectativa de vida aumentou 30,5 anos no Brasil entre 1940 e 2017	18
Quadro 2 – Legislação brasileira correlata aos direitos da pessoa idosa.....	24
Quadro 3 – Tipos de violência cometidas contra a pessoa idosa	29
Quadro 4 – Perfis das vítimas e agressores/as nos casos de violência contra idosos/as.....	33
Quadro 5 – Situações de risco associados à vítima e aos/as agressores/as	34
Quadro 6 – Universo e amostra da pesquisa.....	44
Quadro 7 – Expressões que caracterizam a vulnerabilidade social, segundo informações dos documentos pesquisados	66

LISTA DE SIGLAS

CAPS AD	- Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas
CRAS	- Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado da Assistência Social
ESF's	- Estratégias em Saúde da Família
HIV	- Hospital Ivan Goulart
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPEA	- Internacional Network for the Prevention of Elder Abuse
OMS	- Organização Mundial da Saúde
OPAS	- Organização Pan-Americana da Saúde
PNI	- Política Nacional do Idoso
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: aproximação com o referencial teórico	17
2.1 Apontamentos sobre o processo de envelhecimento	17
2.2 Compreendendo a violência contra a pessoa idosa	28
3. DESENVOLVENDO A PESQUISA: ação investigativa e construção do conhecimento	35
3.1 Percurso Metodológico: definindo método e metodologia	37
3.2 Aspectos éticos, coleta e análise de dados: elementos constitutivos da pesquisa ...	41
4. VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: reflexões sobre a realidade de São Borja	47
4.1 Violência intrafamiliar: caracterização da violência contra idosos/as em São Borja	47
4.2 A violência estrutural e os reflexos sobre a população idosa	64
4.3 Rede e ações de proteção às pessoas idosas no Município de São Borja	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	98

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema e sua delimitação a violência contra os/as idosos/as no município de São Borja, com o objetivo geral de *analisar como veem ocorrendo o atendimento nos casos de violência contra a pessoa idosa no município de São Borja, a fim de contribuir na elaboração de estratégias de intervenção na perspectiva de proteção integral do/a idoso/a*. A escolha da temática estudada tem relação com as vivências do campo de estágio curricular em Serviço Social realizado no ano de 2015 no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, onde se verificou um quantitativo expressivo de situações de violência contra os/as idosos/as no âmbito no município de São Borja.

A violência é um fenômeno social que vem crescendo amplamente na sociedade capitalista em detrimento das desigualdades sociais que se constituem neste modelo de produção, especialmente pela natureza da desigualdade social, que se expressa também no âmbito da cultura e das relações étnico raciais, religiosas, e sobretudo, na produção e reprodução das relações sociais. A partir das aproximações sucessivas com o campo de estágio, e as demandas atendidas ali, identificou-se a situação da violência contra idosos/as como uma situação que carecia de aprofundamento em relação aos aspectos que constituem esse fenômeno em âmbito local.

A escolha do tema em voga pela acadêmica está em consonância com a concepção do o exercício profissional e pelo Código de Ética do/a Assistente Social que compreende a necessidade de articular-se na garantia dos direitos universais da pessoa idosa e, sobretudo, interagindo com os órgãos competentes a fim de planejar ações que possam atender com mais eficácia as demandas desse segmento da população, considerando o avanço do processo de envelhecimento, ampliação da perspectiva de vida, e aumento da população idosa.

Em termos de relevância acadêmica essa se dá pela apreensão da realidade, sobre a temática da violência contra os/as idosos/as no município de São Borja tendo como perspectiva a contribuição para o campo das pesquisas sobre os/as idosos/as, e para o desvendamento do fenômeno enquanto uma expressão da Questão Social – objeto de intervenção para o Serviço Social e que requer a mediação no processo de conhecimento. Entende-se que estudos desta natureza tem fundamental importância para que se possa compreender como se manifesta e enfrentar de forma mais especializada a intervenção sobre violência contra os/as idosos/as.

Além disso, é fundamental compreender que a situação da violência contra a pessoa idosa é crescente, visto que a população está aumentando sua longevidade e, por consequência,

essas expressões da Questão Social tornam-se mais evidentes e recorrentes. Dessa forma, a pesquisa que culmina neste Trabalho de Conclusão de Curso visou entender como se expressa a violência contra os/as idosos/as, o perfil dos/as agressores/as e das vítimas no município de São Borja, bem como buscou dialogar com os/as profissionais que estão na rede de atenção aos/as idosos/as, possibilitando o desvendamento da realidade local.

Este trabalho de conclusão de curso tem como base para o seu desenvolvimento uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório com procedimentos de coleta de dados de campo e documental. O processo de análise e construção do texto observou o rigor no tratamento dos dados coletados, respeitando sigilo, e a ética profissional no sentido de compreensão da realidade e seus múltiplos fatores, não caindo em julgamentos das questões que perpassam a temática.

Muitos podem ser os caminhos adotados para as reflexões propostas neste estudo, contudo, ainda na fase de definição do objeto através das aproximações sucessivas, optou-se por adensar algumas categorias centrais para entendimento das questões que permeiam a violência cometida a muitas pessoas idosas na nossa sociedade. Se destacam como categorias centrais para este estudo – o processo de envelhecimento e a própria violência contra a pessoa idosa. A discussão sobre o processo de envelhecimento, apontando a caracterização, perspectivas do envelhecimento na sociedade atual. Além dos aspectos sobre o envelhecimento enquanto processo natural da vida humana, busca-se observar as situações sobre as violações que a pessoa idosa vem sofrendo neste ciclo da vida.

O Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em 4 capítulos – o primeiro apresenta a introdução com o objetivo geral do estudo, justificativa, relevância do estudo e estruturação deste documento. O segundo capítulo aborda a aproximação com a temática da violência contra a pessoa idosa, tem revelado aspectos multifatoriais, como: a realidade social, as relações sociais, a interface do contexto familiar e social com a pessoa idosa, aspectos culturais em torno do processo de envelhecimento. Entende-se que discutir a violência contra a pessoa idosa passa pela compreensão do tecido social e as múltiplas questões que constituem as relações sociais no modelo de sociedade vigente. Uma sociedade em que hegemonicamente é valorado o lugar da juventude e da capacidade de produzir, delega para o que é ‘velho’ um lugar de não valor, ou, de menor valor.

No terceiro capítulo é apresentada a proposta metodológica da pesquisa que culminou neste estudo, estão expressos neste item todos os elementos constitutivos da pesquisa, tema, delimitação, objetivos – geral e específicos, questões norteadoras, técnicas, instrumentos, universo, amostra e procedimentos de análise. Aborda-se ainda a dimensão investigativa

enquanto fazer profissional vinculado ao Serviço Social e a pesquisa como exercício na formação profissional em Serviço Social, capaz de dimensionar o olhar técnico profissional sobre as demandas da realidade social a fim de consubstanciar ações profissionais. Nesse sentido, busca compreender a pesquisa no Serviço Social constituindo-se das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, por se tratar de uma ação profissional dotada de sentido e função, amparada por um arcabouço teórico, visando conhecer os elementos da realidade social para nela intervir, e transformá-la. Para isso, utiliza-se da pesquisa como processo de desvendamento da realidade social.

No quarto capítulo objetiva-se compreender a violência contra os/as idosos/as especialmente no âmbito de São Borja, apontando neste item a análise construída pelos dados empíricos e referencial teórico a partir da teoria social crítica. A análise da violência contra idosos/as não é um fenômeno simples, é constituído nas relações sociais atravessada por processos culturais, sociais, históricos e afeta a vida das pessoas de múltiplas formas. A análise aponta a conformação dos serviços de proteção aos/as idosos/as no âmbito do município bem como o desenvolvimento das ações, potenciais e limitações, o perfil dos/as idosos/as vítimas de violência, reconhecendo a partir do estudo a violência intrafamiliar e a violência estrutural como as formas de violência que perpassam a realidade municipal.

E por fim as considerações finais em que são apresentadas a resposta ao problema de pesquisa, construído enquanto síntese deste momento de estudo, entendendo que tal síntese expressa a realidade neste tempo histórico e concreto. O foco de observar e problematizar a violência contra idosos/as tem contribuído para a reflexão sobre os elementos concretos que constituem essa expressão da Questão Social e compreensão como esta se manifesta na realidade local de São Borja. Tem-se na construção deste documento um conjunto de informações que atentam para as particularidades da violência contra os/as idosos/as a partir da coleta de dados e análise realizada através da pesquisa. São apresentados por fim as referências utilizadas neste estudo e os apêndices dos documentos que compuseram a proposta da pesquisa.

2. VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: aproximação com o referencial teórico

A aproximação com a temática da violência contra a pessoa idosa, tem revelado aspectos multifatoriais, como: a realidade social, as relações sociais, a interface do contexto familiar e social com a pessoa idosa, aspectos culturais em torno do processo de envelhecimento. Entende-se que discutir a violência contra a pessoa idosa passa pela compreensão do tecido social e as múltiplas questões que constituem as relações sociais no modelo de sociedade vigente. Uma sociedade em que hegemonicamente é valorado o lugar da juventude e da capacidade de produzir, delega para o que é ‘velho’ um lugar de não valor, ou, de menor valor.

Muitos podem ser os caminhos adotados para as reflexões propostas neste estudo, contudo, ainda na fase de definição do objeto através das aproximações sucessivas, optou-se por adensar algumas categorias centrais para entendimento das questões que permeiam a violência cometida a muitas pessoas idosas na nossa sociedade. Se destacam como categorias centrais para este estudo – o processo de envelhecimento e a violência contra a pessoa idosa. A discussão sobre o processo de envelhecimento, apontando a caracterização, perspectivas do envelhecimento na sociedade atual. Além dos aspectos sobre o envelhecimento enquanto processo natural da vida humana, busca-se observar as situações sobre as violações que a pessoa idosa vem sofrendo neste ciclo da vida.

2.1 Apontamentos sobre o processo de envelhecimento

O envelhecimento é um processo que atinge todos os seres humanos, e é caracterizado como sendo um processo dinâmico, progressivo e irreversível, que está ligado intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais (BRITO E LITVOC, 2004).

Observa-se na bibliografia especializada sobre o tema que o estudo do envelhecimento como um fenômeno, ou processo, que demanda um olhar mais qualificado iniciou nas décadas de 1940 e 1950 devido à redução da mortalidade infantil e do descobrimento de vacinas e curas para algumas doenças que ocasionavam muitas mortes. Além disso, o aumento de cuidados com higiene pessoal, meio ambiente e saneamento básico, coleta de lixo entre outros aspectos que reduziram as doenças por exposição diretas. Tais situações de cuidado e avanços no campo da atenção em saúde contribuiu para que as pessoas tivessem, em alguma medida, uma maior qualidade de vida e por conseguinte longevidade. Essas informações denotam aspectos

importantes que caracterizam o aumento da expectativa de vida, contribuindo para o tema abordado aqui sobre o processo de envelhecimento.

Ao observar o índice da expectativa de vida divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) percebe-se um aumento significativo na população idosa em nível mundial e, conseqüentemente, no Brasil. De acordo com dados observados o Japão é o país que possui a maior expectativa de vida com 86,3 anos de vida, seguido por Mônaco com 86 anos e França com 84,5 anos. Já no Brasil, tem-se observado que essa expectativa também tem aumentado ano a ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que faz o monitoramento dos indicadores sociais do País, conforme apresenta-se no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Expectativa de vida aumentou 30,5 anos no Brasil entre 1940 e 2017.

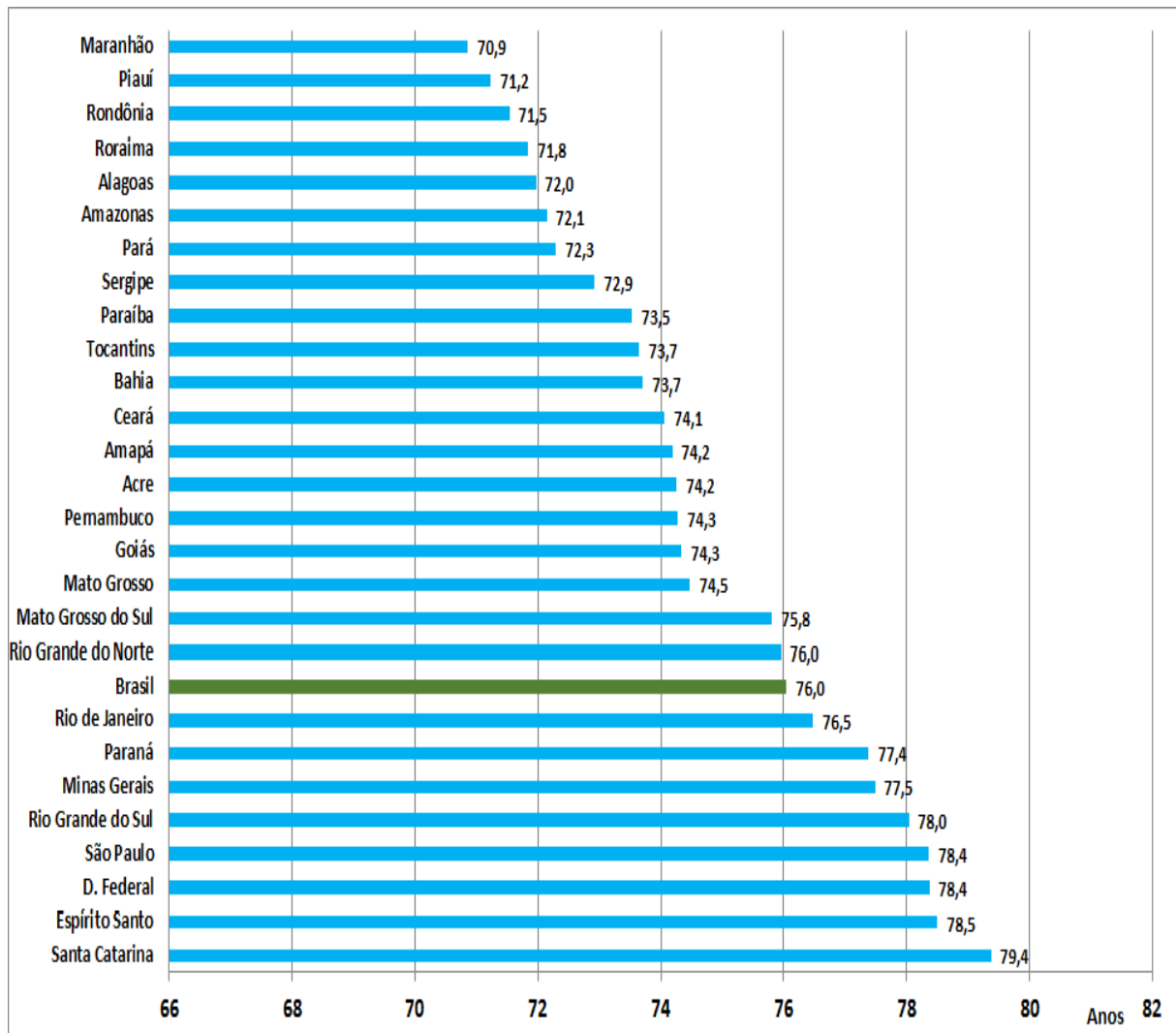
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER - BRASIL - 1940/2017				
Ano	Expectativa de vida ao nascer			Diferencial entre os sexos (anos)
	Total	Homem	Mulher	
1940	45,5	42,9	48,3	5,4
1950	48	45,3	50,8	5,5
1960	52,5	49,7	55,5	5,8
1970	57,6	54,6	60,8	6,2
1980	62,5	59,6	65,7	6,1
1991	66,9	63,2	70,9	7,7
2000	69,8	66	73,9	7,9
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2017	76	72,5	79,6	7,1
De (1940/2017)	30,5	29,6	31,3	
Fontes: 1940 1950,1960 e 1970 - Tábuas construídas no âmbito da Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.				

Fonte: IBGE (2018, s/p).

O monitoramento realizado pelo IBGE (2018), aponta que além do aumento da expectativa de vida da população brasileira em geral, pode-se inferir que as mulheres têm uma expectativa de pelo menos 7 (sete) anos a mais em relação aos homens. Os dados sobre a população idosa no Brasil e no mundo apontam o crescimento desse grupo social. É importante observar os aspectos particulares da totalidade do fenômeno do envelhecimento, especialmente sobre a população já considerada como idosa, destacando a questão de gênero, e observando a realidade em cada região do País, considerando os aspectos demográficos e dos indicadores

sociais em cada região. O processo de ampliação da população idosa no Brasil é demonstrado pelo IBGE observando cada unidade federativa, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Expectativa de vida ao nascer, ambos os sexos – por unidades da federação.



Fonte: IBGE (2018, s/p).

O aumento da expectativa de vida da população brasileira é um fator importante para pensar o processo de envelhecimento nesta sociedade, visto que não basta apenas aumento da idade de população, mas sim a garantia que esse ciclo da vida seja baseado no princípio da dignidade humana. De acordo, com Paschoal (2007) a velhice vem sendo quase sempre pensada em quanto um processo degenerativo e, sobretudo, no estereótipo de pessoas doentes, incapazes e um problema para sociedade.

Nessa óptica o envelhecimento é considerado um fenômeno antagônico, pois de um lado é considerado como uma grande conquista para a humanidade e, por outro, causa preocupação

excepcionalmente pelas demandas sociais que apresentam para a sociedade, dentre elas é possível destacar: aposentadoria, a epidemia de doenças crônicas com suas sequelas e complicações, a necessidade de ampliação na atenção em saúde geriátrica. (PASCHOAL, 2007). Mercadante (2007, p. 16) pontua que “essa visão de velhice é geradora de representações sociais que homogeneízam, podendo desenvolver atitudes discriminatórias em relação ao segmento idoso. Tal fato pode ser elucidado nas diferentes relações sociais e na vida social, a saber: família, saúde, trabalho”.

De acordo com as bibliografias da gerontologia, envelhecer é considerado um processo gradual e multifatorial e a velhice pode ser analisada (vivida) de duas maneiras, a saber: a) bem sucedida com qualidade de vida, ativa, como uma característica do ser humano em uma nova fase do seu viver e, por outro lado, b) mal sucedida, com o/a idoso/a sem o mínimo de qualidade de vida, sofrendo maus tratos e, conseqüentemente, com problemas psicológicos pelo peso de sentir-se uma responsabilidade que não deveria estar ali.

Nesse sentido, é importante ponderar os fatores que estão ligados ao modelo de envelhecimento, causas e conseqüências para a pessoa idosa. É possível afirmar,

[...] que a qualidade de vida está relacionada à “satisfação global e referenciada a domínios”, que são percebidos pelos idosos de acordo com os seus afetos positivos e negativos, vivenciados ao longo da vida e no processo de envelhecimento. Esses são formados pelas interligações mútuas entre as variáveis antecedentes (riscos socioeconômicos e biológicos, tais como: pobreza, exclusão social, baixa escolaridade e baixo status ocupacional; doenças somáticas, déficits sensoriais, depressão, dor crônica, incapacidade funcional e intelectual, inatividade e susceptibilidade ao estresse crônico), moderadoras (mecanismos de autorregulação do self, tais como, autoconceito, autoestima, autoavaliação, senso de autoeficácia, senso de controle, sistema de metas, estratégias de enfrentamento, estratégias de seleção, otimização e compensação e senso de ajustamento psicológico) e de critério (o bem-estar subjetivo, que inclui a satisfação global com a vida, a satisfação referenciada a domínios e afetos positivos e negativos) (NERI, 2007, s/p).

Com base no aumento da expectativa de vida da população e visando aumentar a qualidade de vida das pessoas idosas a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) criou a Política de Desenvolvimento Ativo visando contribuir com o desenvolvimento de uma vida saudável e com a preparação para um envelhecimento planejado reduzindo os danos ocasionados por uma vida não saudável (OPAS, 2007).

A proposta da política para um desenvolvimento ativo contempla uma alimentação saudável aliada a práticas regulares de exercícios físicos e, sobretudo, um planejamento para um envelhecimento com dignidade. No entanto, é preciso ponderar as dificuldades enfrentadas

por trabalhadores e trabalhadoras na sociedade capitalista, que não tem as garantias necessárias para chegar a esta fase da vida, com as condições para acessar uma velhice com qualidade e saúde. Considerando que este sistema coloca os desafios para a produção e reprodução das relações sociais, é um sistema marcado por processos profundos de desigualdade, que fetichiza o ser humano como elemento para reprodução do capital.

Este cenário de desigualdade é gerador de exploração, e coloca a classe trabalhadora em condições de sobrecarga de trabalho, postos de trabalho desqualificados, desprotegidos, baixas condições salariais etc. Logo, é preciso reconhecer que nem todas as pessoas, jovens ou idosos tem as condições objetivas para uma rotina de cuidados, pela ausência de tempo para lazer e exercícios físicos, em muitos casos não tem as condições mínimas para uma alimentação considerada saudável em virtude do custo alto para esse acesso, e das condições objetivas não favoráveis a grande parte da sociedade.

O envelhecimento caracteriza-se como um processo natural da vida humana, temos dentro desse processo distintas fases, até a chegada da fase compreendida como pessoa idosa. Para além dos aspectos do envelhecimento como um processo, destaca-se o entendimento de idoso/a disposto nos documentos formais no Brasil, como na Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso que compreendem como idoso/a aquelas pessoas com 60 anos ou mais. Dessa forma, é preciso pensar em características que o sujeito chega neste período da vida, em alguns casos aparecem limitações e são necessárias adaptações ao modo de viver.

Esse processo de adaptações e limitações transformam esses sujeitos como marginalizados na sociedade capitalista e, por vezes, são considerados um problema. A pressão realizada por esse comportamento da sociedade pode ser geradora de adoecimentos às pessoas que chegaram a essa fase da vida, podendo acarretar problemas psicológicos que a longo prazo podem avançar para outras patologias em detrimento de deteriorações no corpo físico e na mente da pessoa idosa. Por outro lado, historicamente o Estado precisou elaborar ações, e formas de proteção as pessoas idosas em decorrência do crescimento dessa população no Brasil e no mundo, conforme apontam os indicadores IBGE, e pesquisa nacionais e internacionais sobre a temática do envelhecimento. Uma das respostas do Estado brasileiro sobre as demandas da população idosa se expressa através da recente legislação de caráter protetivo denominada, Lei Federal nº10.471, de 1º de outubro de 2003, também conhecida como Estatuto do Idoso, essa legislação determina entre outros aspectos que é dever da família, da comunidade e do poder público assegurar os direitos ali previstos.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003, p. 11).

O estatuto foi uma conquista da sociedade brasileira, aprovado em 2003, sete anos após sua apresentação no Senado Federal, seu texto orienta para a formulação de políticas públicas, colocando a pessoa idosa junto às crianças e adolescentes como prioridade na elaboração de ações de proteção. O texto determina em sua redação, os direitos entendidos como fundamentais – direito à vida, liberdade, respeito, dignidade, alimentação adequada e suficiente, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e trabalho, Previdência Social, Assistência Social, Habitação, transporte. O texto ainda apresenta orientações sobre as medidas de proteção, definição sobre a política de atendimento ao idoso, acesso à justiça e disposição sobre crimes (BRASIL, 2013).

No processo de entendimento sobre essa fase da vida da população observa-se alguns aspectos importantes a pensar em termos de proteção integral da pessoa idosa, como a questão do direito à renda, convívio familiar e comunitário.

A aposentadoria – no Estatuto do idoso o item sobre a previdência social é um item de certa forma reduzido, que aponta para o que está posto do ponto de vista formal na política previdenciária. No entanto pode-se observar que o direito à renda deveria dar conta das necessidades oriundas dessa fase da vida, se o propósito é garantir os direitos fundamentais como a vida, saúde, alimentação, habitação, vestuários, condições dignas de vida, logo a aposentadoria, ou a remuneração deveria ser condizente com as necessidades sociais da população idosa.

Um dos pontos sobre o processo de envelhecimento está ligado diretamente a incapacidade ou da redução da quantidade de trabalho realizado pela pessoa idosa. Dessa forma, o pensamento que vem com a idade pode estar ligado ao sentimento de inutilidade por parte da pessoa idosa, e por boa parte da sociedade que alimenta essa percepção sobre essa fase da vida adulta. Essa cultura, ou ideia sobre a velhice e sua relação com o mundo do trabalho se dá pelo fato de o trabalho ser um espaço de socialização da pessoa com os demais, de troca de saberes, convivência social. Esse espaço constitui-se como um lugar da criação de identidade e a ruptura com esse lugar pode ocasionar uma perda na identidade da pessoa idosa enquanto trabalhador (MENDES, et al, 2005).

Cabe destacar que por muito tempo os/as idosos/as dependiam financeiramente dos familiares ou pessoas próximas para sua sobrevivência. Ao longo do tempo o Estado assumiu¹ a responsabilidade para que a pessoa idosa possa ter uma fonte de renda em sua velhice, conforme destacado no texto do Estatuto do Idoso. Nesse sentido, é preciso entender:

A aposentadoria foi concebida como uma instituição social, assegurando aos indivíduos renda permanente até a morte, correspondendo a crescente necessidade de segurança individual que marca as sociedades da nossa época (MENDES et al, 2005, p. 424).

No entanto, ao falar sobre essa aposentadoria recebida pelos/as idoso/as é salutar destacar que essa renda, em geral, é composta por salários insuficientes para a sobrevivência da pessoa impossibilitando a manutenção dos seus cuidados diários, como: insuficiência para compra de medicação, alimentação não adequada as necessidades, comprometimento da renda em relação aos gastos com saúde, higiene, manutenção da casa, etc.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante na garantia dos direitos da pessoa idosa e pela primeira vez pontua a necessidade de ampliar os direitos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Cabe aqui destacar que até a referida Constituição não existia um amparo mais direcionado a esse segmento da população na forma da lei, visto que era considerado uma responsabilidade do Estado e uma problemática que não havia necessidade de atenção.

Após a Constituição Federal de 1988 foram criadas outras políticas para atenção da pessoa idosa, dentre elas merece destaque a Política Nacional do Idoso (PNI), pela Lei 8.842/94 e regulamentada pelo Decreto 1948/96 que estabeleceu direitos sociais, garantia da autonomia, integração e participação da pessoa idosa na sociedade garantindo assim o direito à cidadania. A Lei nº 8.842/94 instituiu o

Conselho Nacional do Idoso, responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, através, inclusive, da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar; o estímulo à capacitação dos médicos na área da Gerontologia; a descentralização político-administrativa e a divulgação de estudos e pesquisas sobre aspectos relacionados à terceira idade e ao envelhecimento (MENDES, et al, 2005, p. 425).

Mais recentemente a aprovação do Estatuto do Idoso em 2003 com todas as orientações já destacadas aqui. O mapeamento realizado sobre as legislações que amparam os/as idosos/as

¹ O Estado passa a se comprometer formalmente junto a família e a sociedade, não se quer com isso dar a falsa conotação de que o Estado tem resolvido as questões em torno da população idosa, mas apontar para os caminhos que o Estado vem adotando como corresponsável pela proteção social da população.

no País orientam para um rol de legislações de diferentes áreas e de natureza protetivas distintas, que vão de ações de promoção à saúde a registros sobre situações envolvendo crimes contra idosos/as. Mas é a partir da Constituição Federal de 1988, e, com maior importância a partir dos anos 2000, que observa uma ampliação de regulamentações legais com vistas a proteção dos/as idosos/as no Brasil, especialmente pelo tensionamento da sociedade civil e da organização em defesa desse segmento da população, conforme destacado no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Legislação brasileira correlata aos direitos da pessoa idosa.

Ano	Legislação
1940	DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Institui o Código Penal.
1973	LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973. Institui o Código de Processo Civil.
1988	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Dispositivos relativos ao idoso
1994	LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.
1996	DECRETO Nº 1.948, DE 3 DE JULHO DE 1996 Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências
2000	LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Lei do Atendimento Prioritário. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.
2004	DECRETO Nº 5.109, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e dá outras providências.
2004	DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2006	DECRETO Nº 5.934, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006. Estabelece mecanismos e critérios a serem adotados na aplicação do disposto no art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e dá outras providências.
2006	PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
2007	DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

	acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.
2009	LEI Nº 12.033, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009. Altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que especifica.

Fonte: Brasil (2013). Sistematizado pela autora (2019).

Conforme as diretrizes para proteção dos/as idosos/as, no que tange o convívio social e familiar é uma situação que demanda acompanhamento dos órgãos de proteção e constante vigilância da sociedade em geral em decorrência do avanço dos processos de violação dos direitos da pessoa idosa.

A família - No artigo 229 a Constituição Federal de 1988 pondera o dever dos pais serem responsáveis pelos seus/suas filhos/as e no artigo 230 define que o amparo às pessoas idosas deve ser provido pela família, pela sociedade e pelo Estado e que estas instituições devem selar pela integridade da pessoa idosa, assegurando sua plena participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (BRASIL, 1988). A inclusão das atribuições na Carta Magna² coloca o Brasil com os países de primeiro mundo em termos de avanços legais para a proteção dos/as idosos/as.

Sob essa perspectiva, o constituinte colocou o Brasil em sintonia com os países mais avançados, onde o cuidado com os idosos é uma questão social da maior importância, até porque em decorrência do aumento da sua expectativa de vida e da redução das taxas de natalidade, os componentes da chamada terceira idade passaram a constituir expressiva parcela da população, demandando prestações que se refletem diretamente na relação receita/despesa da seguridade social, para cujo custeio, na condição de inativos, eles pouco ou nada contribuem (MENDES, COELHO, BRANCO, 2009, p. 1427).

Essa perspectiva consiste em tornar a família como um dos principais meios para o cuidado dos/as idosos/as. Cabe destacar que a família exerce uma importância fundamental nas relações, apesar de diversas vezes não aceitar ou entender o envelhecimento e todas as nuances próprias desse processo. A não aceitação do processo natural do envelhecimento pode transformar as relações intrafamiliares mais complexas e, por vezes, pode ocasionar os conflitos que acabam gerando agressões físicas e psicológicas. De acordo Mendes et al (2005, p. 425) é possível observar que,

O indivíduo idoso perde a posição de comando e decisão que estava acostumado a exercer e as relações entre pais e filhos modificam-se.

² Carta Magna é uma das formas como a sociedade se refere à atual Constituição Federal do Brasil aprovada em 1988.

Conseqüentemente as pessoas idosas tornam-se cada vez mais dependentes e uma reversão de papéis estabelece-se. Os filhos geralmente passam a ter responsabilidade pelos pais, mas muitas vezes esquece-se de uma das mais importantes necessidades: a de serem ouvidos. Os pais, muitas vezes, quando manifestam a vontade de conversar, percebem que os filhos não têm tempo de escutar as suas preocupações.

Essa ausência de tempo configura um aspecto de ser incomodo a pessoa idosa e pode acarretar problemas psicológicos ou até mesmo a criação de mecanismo para buscar chamar atenção de parentes, especialmente, dos/as filhos/as. Isso em virtude de um aspecto de que o/a idoso/a sente a necessidade de retribuição de tudo que realizou ao longo de sua vida aos/as filhos/as. Nesse sentido, é necessário observar que o ambiente familiar

[...] pode determinar as características e o comportamento do idoso. Assim, na família suficientemente sadia, onde se predomina uma atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, possibilita o crescimento de todos, incluindo o idoso, pois todos possuem funções, papéis, lugares e posições e as diferenças de cada um são respeitadas e levadas em consideração. Em famílias onde há desarmonia, falta de respeito e não reconhecimento de limites, o relacionamento é carregado de frustrações, com indivíduos deprimidos e agressivos. Essas características promovem retrocesso na vida das pessoas. O idoso torna-se isolado socialmente e com medo de cometer erros e ser punido (MENDES et al, 2005, p. 425).

Em outros casos algumas famílias acabam tomando cuidados excessivos com o idoso que ele acaba perdendo sua autonomia e desenvolve apenas um *status* de dependência da família até mesmo para as atividades mais comuns no dia a dia.

Nas famílias onde existe o excesso de zelo, o idoso torna-se progressivamente dependente, sobrecarregando a própria família, com tarefas executadas para o idoso, onde na maioria das vezes ele mesmo poderia estar realizando. Esse processo gera um ciclo vicioso e o idoso torna-se mais dependente (MENDES et al, 2005, p. 425).

Por esse motivo não existe uma receita única para o cuidado com a pessoa idosa, mas é preciso considerar como elemento fundamental a autonomia do/a idoso/a e, fundamentalmente, considerar que, embora ele necessite de cuidados não é um ser sem o mínimo de capacidade para desenvolvimento de suas ações. Dessa forma, reconhece-se que a cada família compreende o envelhecimento assumindo diferentes valores, e com suas especificidades, e que eles podem configurar aspectos de satisfação como de pesadelo (MENDES et al, 2005).

A pessoa idosa como abordado anteriormente demanda de cuidados, não como alguém que ‘voltou a ser criança’, mas como alguém que chegou a tal fase da vida adulta e que por múltiplas questões pode precisar de apoio para suas atividades e rotinas. Esses cuidados deveriam ser realizados pela família em parceria com um profissional qualificado. Entretanto,

na realidade social brasileira, e o modelo de sociedade hegemônico - modo excludente da sociedade capitalista, não permite que toda família tenha condições materiais e até mesmo subjetivas para oferecer de forma qualificada esses cuidados, tampouco realizar a contratação de um/a profissional para executar esses cuidados.

De acordo com Queiroz (2007) a necessidade de cuidados com a pessoa idosa fez emergir um novo personagem no cenário de atenção a esse segmento – o/a cuidador/a doméstico/a.

O cuidador doméstico, geralmente um familiar pouco preparado para essa função, que é assumida em decorrência dos arranjos familiares estabelecidos a partir da situação de dependência a ser enfrentada. Fraturas de fêmur e de quadril, artroses, acidentes vasculares cerebrais, doenças reumáticas, demências, são eventos frequentes em idosos muito idosos, determinando inúmeras limitações e alterando a dinâmica, a economia e muitas vezes a saúde das famílias desses idosos (QUEIROZ, 2007, p. 18).

Pela ausência de preparação para o exercício do desenvolvimento de cuidados específicos, acaba por acarretar uma sobrecarga física, emocional e sócio econômica decorrente dessa situação, não podendo esperar que os cuidados familiares consigam dar conta dessa situação, sem dispor de algum suporte externo. É importante não romantizar o contexto familiar, e o processo de cuidado como algo simples, mas compreender tal demanda na complexidade das relações sociais, geradoras muitas vezes de processos de negligência e outras formas de violação de direitos. Ainda, é necessário observar que quando se trata de cuidados a idosos/as com algum grau de dependência esse cuidado amplia as demandas, impondo uma nova rotina no contexto domiciliar/familiar. (CALDAS, 1995).

Quando não existe o suporte profissional para os/as cuidadores/as da família (sejam eles os/as próprios/as filhos/as, netos/as, sobrinhos/as etc.) estes acabam apenas realizando atividades superficiais de medicação, alimentação e retornos médicos. Ao receber orientações e capacitação adequada os/as cuidadores/as pode desenvolver um cuidado mais aproximado com as necessidades dos/as idosos/as, promovendo assim uma melhoria na qualidade de vida.

Sabendo como atuar de forma adequada, esses cuidadores não só estariam contribuindo para uma melhor qualidade de vida do idoso dependente como estariam preservando a sua integridade física e emocional e, desta forma, envelhecendo de maneira mais saudável (QUEIROZ, 2007, p. 19).

A atenção com a formação de qualidade do/a cuidador/a da pessoa idosa pode evitar diversos tipos de situações, que podem variar de processos de negligência nos cuidados a violências que emergem em contextos de pessoas que não possuem conhecimento, ou entendimento sobre os cuidados necessários. Os múltiplos processos que caracterizam o

fenômeno da violência contra as pessoas idosas na realidade brasileira, tem sido tema recorrente em produções acadêmicas e nas políticas públicas, entendendo que esta é uma demanda para a intervenção profissional que requer ações do Estado no seu enfrentamento.

2.2 Compreendendo a violência contra a pessoa idosa

Ao se referir a violência contra pessoa idosa adotou-se neste estudo a definição da *Internacional Network for the Prevention of Elder Abuse (INPEA)* também referenciado pela OMS, e replicado em diferentes políticas públicas e estudos sobre o tema. Esses documentos identificam a violência contra idoso como “[...] qualquer ato, único ou repetitivo, ou omissão, que ocorra em qualquer relação supostamente de confiança, que cause danos ou incômodo à pessoa idosa” (OMS, 2002, s/p).

A geração de um processo de dependência física e/ou emocional gerada na fase da vida que compreende a velhice, podem acarretar conflitos no âmbito familiar, institucional e no espaço de convívio social destes/as idosos/as que podem ser agravados em decorrência de situações que se caracterizam como violência. Nessa lógica é possível identificar três fatores determinantes para tais violações: a) a presença de um vínculo significativo e pessoa que gera expectativa de confiança, em decorrência da relação; b) o resultado de uma ação: dano ou o risco significativo de dano; c) a intencionalidade ou não intencionalidade – estas estão presentes em processos que há intenção de algum dano, ou a não intenção, quando o dano ou a violência é cometida por processos mais amplos, como estresse, sobrecargas, negligência sem intenção, mas pela falta de orientação e esclarecimento (PARAÍBA e SILVA 2015).

Além da concepção da OMS, amplia-se a leitura desta realidade observando as características que são fundamentais para identificar a violência no âmbito das relações familiares, ou, a violência intrafamiliar.

A violência à pessoa idosa pode ser definida como ações ou omissões cometidas uma vez ou muitas vezes, prejudicando a integridade física e emocional das pessoas desse grupo etário e impedindo o desempenho de seu papel social. A violência acontece como uma quebra de expectativa positiva dos idosos em relação às pessoas e instituições que os cercam (filhos, cônjuge, parentes, cuidadores e sociedade em geral) (MINAYO, 2005, s/p).

Entre o rol de violações identificadas por inúmeras pesquisas nacionais e internacionais, destaca-se um grupo de situações de violências cometida contra idosos/as de forma mais recorrente. Tais apontamentos tem contribuído para apreensão dessa situação e possíveis estratégias de prevenção. Pontua-se os tipos de violência que pessoas idosas vem vivenciando

e que os índices demonstram ocorrer de forma mais expressiva no ambiente intrafamiliar, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Tipos de violência cometidas contra a pessoa idosa.

Tipo de violência	Caracterização da violação
Violência Física	uso da força física para compelir os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocar dor, incapacidade ou morte.
Violência Psicológica	corresponde a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, humilhar, restringir a liberdade ou isolar do convívio social.
Violência Sexual	refere-se ao ato ou jogo sexual de caráter homo ou hetero-relacional, utilizando pessoas idosas. Esses abusos visam a obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.
Abandono	é uma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção e assistência
Negligência	refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência mais presente no país. Ela se manifesta, freqüentemente, associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade.
Violência Financeira ou econômica	consiste na exploração imprópria ou ilegal ou ao uso não consentido pela pessoa idosa de seus recursos financeiros e patrimoniais.
Auto-negligência	diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria a saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesma.
Violência Medicamentosa	são administração por familiares, cuidadores e profissionais dos medicamentos prescritos, de forma indevida, aumentando, diminuindo ou excluindo os medicamentos.
Violência Emocional e Social	refere-se a agressão verbal crônica, incluindo palavras depreciativas que possam desrespeitar a identidade, dignidade e autoestima. Caracteriza-se pela falta de respeito à intimidade; falta de respeito aos desejos, negação do acesso a amizades, desatenção a necessidades sociais e de saúde

Fonte: Minayo (2005, s/p).

Exemplificados os tipos de violência é possível observar que a pessoa idosa em maior ou menor grau pode ficar em situação de vulnerabilidade e risco em decorrência das necessidades que tiver de acompanhamento no seu cotidiano. Os estudos desenvolvidos pelo Ministério da saúde em relação as situações de violência contra a pessoa idosa revelam que as violações ocorrem em sua maioria no espaço domiciliar, do/a próprio/a idoso/a, ou de algum cuidador/a (filhos/as, netos/as, sobrinhos/as, irmãos/as etc.).

É salutar destacar que esses casos ocorrem dentro do ambiente familiar e, portanto, são intitulados como violência intrafamiliar. De acordo Reis et al (2014, p. 435) violência intrafamiliar é

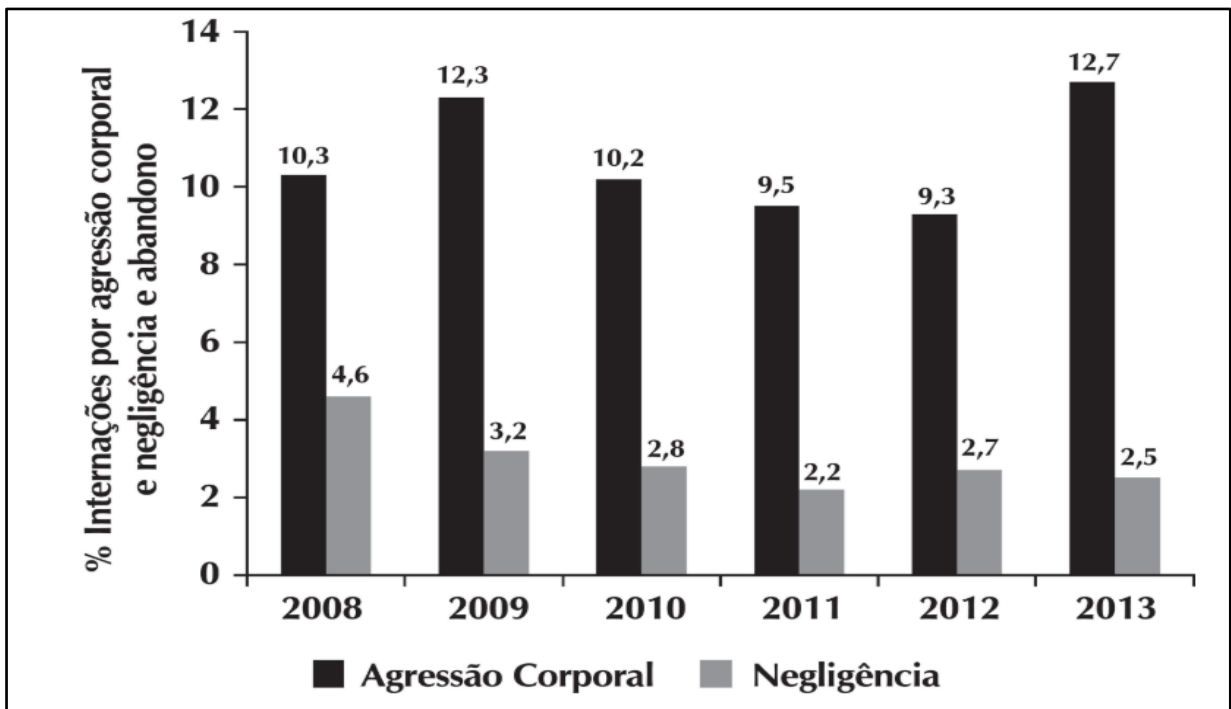
[...] toda e qualquer ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física ou psicológica, ou liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um integrante do núcleo familiar. Pode ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer membro da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida e inclui também as pessoas que exercem a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue.

Esse cenário doméstico, aponta o maior índice de violência contra pessoa idosa, e por ser cometido entre sujeitos a priori que deveriam acolher e proteger, muitas vezes impede que o/a idoso/a tenha a compreensão, ou percepção de que o que está acontecendo é uma violência. Outro fator que dificulta o entendimento de situações de violência, especialmente no âmbito familiar, é o entendimento da sociedade em geral sobre o que é violência, visto que geralmente só é considerado violência agressões físicas, logo, todas as outras formas de violação, como a violência psicológica, patrimonial, autonegligência etc., acabam passando despercebidas e até ignoradas.

Além da violência psicológica ser quase sempre ignorada no âmbito das denúncias ainda é possível afirmar que a negligência com a pessoa idosa outra violação que acaba sendo ignorado. De acordo Reis et al. (2014) a violência por negligência é “apontada em estudos como a forma mais comum de violência intrafamiliar praticada contra idosos [...]” estudos revelam que pelo menos 40% dos casos de violência referem-se à negligência. Outro fator a ser observado é que a negligência não ocorre somente no âmbito familiar, mas também é cometida por diversos profissionais de diferentes políticas públicas.

Os dados sobre a realidade da violência contra os/as idosos/as, demonstram que os índices são altos e vem crescendo nos últimos 10 anos, no Brasil, o aumento dos índices podem revelar que esse fenômeno tem aumentado, conforme demonstrado no gráfico 2, em decorrência de alguns fatores, a saber: do próprio aumento gradativo da população idosa no País; do estabelecimento das pessoas idosas como público prioritário para as ações de proteção no campo das políticas públicas; ou ainda, em decorrência da criação de mecanismos de denúncia e orientação à população em relação a esta situação o que pode ter impulsionado as denúncias que agora tem uma maior visibilidade.

Gráfico 2 – Prevalências de internações de idosos por agressão corporal e negligência e abandono por ano, Brasil, 2008-2013.



Fonte: Castro, Rissardo e Carreira (2018, p. 03).

Outro dado alarmante é o aumento de internação de idosos/as vítimas de violência física de acordo com diversas variáveis. Tais dados são apresentados na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Distribuição das internações de idosos por agressão corporal, segundo diferentes variáveis, Brasil, 2008-2013.

Variáveis	Internações		Valor de p	OR	IC _{95%} (OR)
	Agressões	Agressão corporal			
	n	n(%)			
Sexo					
Masculino	10.501	1.425 (13,6%)	<0,001*	2,58	2,29 - 2,92
Feminino	6.313	362 (5,7%)		1,00	-
Faixa etária					
60-69 anos	8.774	1096 (14,3%)	<0,001*	1,00	-
70-79 anos	4.946	486 (9,8%)		0,76	0,68 - 0,86
≥80 anos	3.094	205 (6,6%)		0,50	0,42 - 0,58
Caráter de atendimento					
Urgência	15.503	1.668 (10,7%)	0,057	1,00	-
Eletivo	1.311	119 (9,0%)		0,83	0,68 - 1,01
Regime do estabelecimento de saúde					
Público	11.070	1.270 (11,5%)	<0,001*	1,00	-
Privado	5.744	517 (9,0%)		0,76	0,68 - 0,85

Fonte: Castro, Rissardo e Carreira (2018, p. 07).

Já a tabela 2, demonstra o número internações por negligência e abandono segundo diferentes variáveis, reforçando as análises que demonstram o quanto os/as idosos/as tem sido vítimas de violência, seja por agressão física, negligência e/ou abandono.

Tabela 2 - Distribuição das internações de idosos por negligência e abandono, segundo diferentes variáveis, Brasil, 2008-2013.

Variáveis	Internações		Valor de <i>p</i>	OR	IC _{95%} (OR)
	Agressões	Negligência e abandono			
	n	n (%)			
Sexo					
Masculino	10.501	264 (2,5%)	0,001*	0,74	0,61 - 0,89
Feminino	6.313	213 (3,4%)		1,00	-
Faixa etária					
60-69 anos	8.774	162 (1,9%)	<0,001*	0,37	0,29 - 0,47
70-79 anos	4.946	166 (3,3%)		0,69	0,54 - 0,87
≥80 anos	3.094	149 (4,8%)		1,00	-
Caráter de atendimento					
Urgência	15.503	320 (2,0%)	<0,001*	1,00	-
Eletivo	1.311	157 (12,0%)		6,46	5,26 - 7,92
Regime do estabelecimento de saúde					
Público	11.070	473 (4,3%)	<0,001*	1,00	-
Privado	5.744	4 (0,07%)		0,02	0,00 - 0,04

Fonte: Castro, Rissardo e Carreira (2018, p. 08).

Tais dados demonstram o quanto é preciso avançar no cuidado à pessoa idosa e ampliar os mecanismos de defesa, denúncia e rede de proteção aos/as idosos/as no Brasil. Nesse sentido, é fundamental compreender que o Estatuto do Idoso garante, do ponto de vista formal, o envelhecimento como um direito e atribui ao Estado a garantia de proteção à vida, incluindo a sociedade e a família como parceiros fundamentais para zelar pela dignidade da pessoa idosa.

As informações do gráfico 2, e das tabelas 1 e 2, apontam para uma crescente identificação de casos de violência cometidos contra idosos/as, especialmente no que tange as agressões físicas, e ainda apontam para um aspecto relevante quanto as internações hospitalares e internações de pessoas idosas que tem relação com violência contra essa população. Espaços de acolhimento em saúde, são muitas vezes os responsáveis pela identificação da violência cometida, que vai chegar até os serviços de urgência e emergência, ou de internação hospitalar como outra demanda, e esta precisa ser desvendada pelos/as trabalhadores/as.

Essas informações corroboram com a perspectiva de análise de Paraíba e Silva (2015, p. 296) que relatam que os/as trabalhadores/as da área da saúde ocupam uma função

fundamental na luta contra a violência às pessoas idosas, já que “[...] os serviços de saúde em geral, e mais particularmente os setores de emergência e ambulatórios, constituem uma das principais portas de entrada das vítimas de maus-tratos”.

Além disso, o Estatuto do Idoso menciona que qualquer tratamento desumano, aterrorizante, violento, vexatório ou constrangedor deverá ser punido na forma da lei. Isso também é aplicável aos que cometerem negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, por ação ou omissão ao idoso. O Estatuto determina que “nenhum idoso será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos” (BRASIL, 2003, s/p).

Além dos aspectos sobre os tipos de violência observa-se a seguir quem são os/as agressores/as mais comuns nos casos de violência e o perfil das vítimas de tais violações. Nesse sentido resgata-se o estudo sistematizado pela Prefeitura de São Paulo através da Secretaria Municipal de Saúde em 2007, para elaboração de orientações às equipes de saúde, entendendo que é preciso instrumentalizar os/as profissionais para reconhecimento de situações de violência e assim ser capaz de agir para a proteção dos/as idosos/as.

Quadro 4 – Perfis das vítimas e agressores/as nos casos de violência contra idosos/as.

Perfil da vítima	Perfil do/a agressor/a
<ul style="list-style-type: none"> • Mulher, viúva, maior de 75 anos; • Vive com família; • Renda de até dois salários mínimos; • Idoso frágil ou em situação de fragilidade; • Depende do cuidador para suas atividades de vida diária; • Presença de vulnerabilidade emocional e psicológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Filho, filha ou conjugue da vítima; • Consome álcool e/ou outras drogas; • Possui algum transtorno mental; • Apresenta conflito relacional com a pessoa idosa.

Fonte: São Paulo (2007). Sistematizado pela autora (2019).

Além dos apontamentos sobre o perfil de vítimas e agressores/as para contribuir no processo de identificação de possíveis situações de violência, é importante observar que há fatores múltiplos que expressam as situações de risco envolvendo as pessoas idosas vitimadas e outras associadas aos/as agressores/as, que podem vir a desencadear as violações. Essas situações estão caracterizadas pelas demandas e necessidades dos/as idosos/as que contribuem para deixá-los/as mais vulneráveis e suscetíveis a sofrer algum tipo de violência, da mesma forma que o conjunto de fatores em relação ao perfil dos/as agressores/as demonstra alguns

aspectos preponderantes que influenciam em relações com algum grau de violência, conforme demonstrado no quadro 5.

Quadro 5 – Situações de risco associados à vítima e aos agressores.

Associadas a vítima	Associados ao agressor
<ul style="list-style-type: none"> • Dependência física sem condições de desenvolver suas AVDs; • Dependência psíquica: alterações das funções cognitivas; • Dependência emocional: associada a transtornos emocionais; • Isolamento social; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estresse e isolamento social do/a cuidador/a; • Problemas econômicos, ou dependência econômica da vítima; • Abuso de drogas; • Diferentes tipos de transtorno mental; • Único/a cuidador/a;
<p>Associadas a questões estruturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pobreza absoluta; • Discriminação etária; • Estereótipos da velhice; • Relações intergeracionais desrespeitosas; • Descumprimento das leis que protegem os/as idosos/as; 	<p>Violência institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Profissão sem formação profissional; • Baixos salários; • Sobrecarga de trabalho ou número insuficiente de profissionais; • Escassez de recursos materiais; • Normas de funcionamento inadequadas; • Falta de controle e fiscalização;

Fonte: São Paulo (2007). Sistematizado pela autora (2019).

Dessa forma, é fundamental compreender que os casos de violência contra a pessoa idosa não podem ser silenciados e, muito menos, tratados como algo de segundo plano. A violência que ocorre no núcleo familiar é uma das expressões da violência que demonstram o quanto o sistema capitalista que não atende boa parte da população é responsável pelas multifaces da violência no contexto intrafamiliar. É preciso observar que agressores também tem em sua caracterização situações que são reflexos dos atravessamentos das relações sociais. Portanto, é necessário que o Estado amplie as políticas de proteção e cuidado com a pessoa idosa e valorize sobremaneira o cuidado à vida e a dignidade humana.

O processo de aproximação com o tema da violência em relação à pessoa idosa, conduziu o olhar da pesquisadora sobre a realidade local, recortando a temática sobre o contexto na cidade de São Borja, apresenta-se na sequência a construção e execução do processo de pesquisa que buscou desvendar a violência contra o/a idoso/a na realidade social de São Borja. Possibilitando adensar sobre esta situação em âmbito local.

3. DESENVOLVENDO A PESQUISA: ação investigativa e construção do conhecimento

Como pressuposto da formação em Serviço Social a ação investigativa da profissão é uma das formas do fazer profissional, capaz de dimensionar o olhar técnico profissional sobre as demandas da realidade social a fim de consubstanciar ações profissionais. A pesquisa no Serviço Social constitui-se das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, por se tratar de uma ação profissional dotada de sentido e função, amparada por um arcabouço teórico, visando conhecer os elementos da realidade social para nela intervir, e transformá-la. Para isso, utiliza-se da pesquisa como processo de desvendamento da realidade social.

Um dos objetivos principais da ciência é chegar à veracidade dos fatos, assim pode-se afirmar que o conhecimento científico não se diferencia das demais formas de conhecimento, o que o torna distinto é a sua característica fundamental de permitir a validade de sua informação (GIL, 2007). Entende-se por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, da qual alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, nesse caso, vinculou a apreensão sobre a realidade concreta da questão da violência cometida contra pessoas idosas no município de São Borja (MINAYO, 2008).

A pesquisa científica segundo Chizzotti (2011) caracteriza-se pelo esforço sistemático de explicar ou compreender os dados encontrados e, eventualmente, orientar a natureza ou as atividades humanas utilizando-se de critérios claros, explícitos e estruturados, com teoria, método e linguagem adequada, ou seja, a pesquisa é desenvolvida mediante os conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica.

Na elaboração da pesquisa, a metodologia é entendida como um caminho que se traça para atingir um objetivo, ou ainda, um caminho que procura a verdade num processo de construção de conhecimento, tal caminho se utiliza de procedimentos científicos e critérios, dos quais “inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimentos (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO, 2008, p. 14).

Para o desenvolvimento deste estudo elaborou-se um problema de pesquisa, vinculado ao tema da *violência contra a pessoa idosa no município de São Borja entre os anos de 2017 a 2019*. Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida onde a resposta para este movimento do pensamento na maioria das vezes está

vinculado a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novas referências (MINAYO, 2008). O problema deste estudo partiu da pergunta: *Como veem ocorrendo a atenção da pessoa idosa vítima de violência no município de São Borja?*

Ainda, segundo Minayo (2008) um problema de pesquisa é a definição do objeto do estudo, optou-se por formular um problema em forma de pergunta, de maneira clara, delimitando uma dimensão viável para a pesquisa a ser desenvolvida. Para responder ao problema de pesquisa proposto, foram delineadas seis questões norteadoras, conforme destaca-se a seguir:

- a) Como estão sendo desenvolvidas as ações voltadas aos/as idosos/as no município de São Borja?
- b) Quantos casos de violência contra os/as idosos/as estão registrados no município de São Borja?
- c) Quais os tipos de violência cometidos contra a pessoa idosa no município de São Borja?
- d) Qual o perfil dos que sofrem violência no município de São Borja?
- e) Qual perfil dos/as agressores/as nos registros de violência contra idosos/as no município de São Borja?
- f) Qual o fluxo de encaminhamento para a rede nos casos de violência no município de São Borja?

As questões norteadoras são indagações que tem relação direta com o problema de pesquisa, e tem uma finalidade em si de subsidiar as respostas para o problema de pesquisa elaborado e chegar ao propósito estabelecido pelo objetivo geral do estudo aqui apresentado, que é *analisar como veem ocorrendo a atenção nos casos de violência contra a pessoa idosa no município de São Borja entre os anos de 2017 a 2019, a fim de contribuir na elaboração de estratégias de intervenção na perspectiva de proteção integral do/a idoso/a*. Do mesmo modo que as questões norteadoras são ponto de referência para o desenvolvimento do estudo, observa-se a definição de objetivos específicos capazes de contribuir metodologicamente para o processo de coleta e análise da pesquisa, conforme apresentado a seguir:

- a) Mapear as ações voltadas aos/as idosos/as em situação de violência no município de São Borja.
- b) Levantar o número de casos de violência contra a pessoa idosa no município de São Borja.
- c) Identificar os tipos de violência contra a população idosa no município de São Borja.
- d) Identificar o perfil dos/as idosos/as que sofrem violência no município de São Borja.

- e) Identificar o perfil dos/as agressores/as nos casos de violência contra idosos/as no município de São Borja.
- f) Conhecer o fluxo de encaminhamento na rede quando identificado os casos de violência.

O percurso metodológico adotado para o desenvolvimento deste estudo, apresenta a seguir as opções pelo: método, tipo de pesquisa, universo e amostra, coleta de dados, aspectos éticos e a análise dos dados que compõem este estudo.

3.1 Percurso Metodológico: definindo método e metodologia

A metodologia ocupa um papel central entre o pensamento e a prática na abordagem da realidade. Construir uma metodologia pressupõe disponibilizar instrumentos claros, coerentes, bem elaborados, capazes de encaminhar o olhar do pesquisador a desvendar os impasses teóricos com base na realidade social que se observa. Sendo assim, o pesquisador precisa escolher com clareza o método ser explicado. Segundo Lenin (1965, p.148 *apud* MINAYO, 2008, p. 15) a metodologia é “a alma da teoria distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema, do sentido generoso de pensar, a metodologia como articulação entre conteúdos, pensamentos e existência”.

A metodologia deve ter articulação com o método e a teoria, com o pensamento e sobre a realidade. Sendo assim, ela se torna a aplicação do método e da teoria, compreendendo o como fazer, o como operacionalizar e onde situam-se as estratégias e os instrumentos. Para realização da presente pesquisa utilizou-se o método dialético crítico. Nesse sentido, parte da concepção que busca compreender o modo de produção social e humano articulando-se a concepção da realidade, de mundo, de vida e do contexto social, político e econômico que o sujeito está inserido.

Ou seja, a realidade está em constante movimento, pois os sujeitos modificam-se e acabam adquirindo novas histórias, experiências e alteram a realidade onde estão inseridos, portanto, a realidade é dialética. De acordo Gil (2007, p. 31) “a lógica e a história seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requer solução”. Logo, o objeto deste estudo requer no movimento dialético em que se apresenta na realidade social, uma observação para construir possíveis intervenções.

Para este estudo utiliza-se as categorias do método totalidade, contradição, historicidade e mediação. As categorias do método foram elencadas de modo a contemplar a historicidade dos processos de violência e a totalidade do fenômeno, como algo socialmente construído, e reconhecendo as contradições inerentes aos processos de violência contra a pessoa idosa.

Damos o nome de dialética ao movimento mais elevado da razão, no qual essas aparências separadas umas das outras se superam. A discussão estéril conduz ao ceticismo. O ceticismo, decerto, contém um lado bom, isto é, o espírito crítico, que não admite nenhuma verdade sem exame; que desconfia das afirmações absolutas, definitivas, e as dissolve ao confrontá-la ante si (LEFEBVRE, 1991, p.171-172).

O método dialético crítico não compreende e/ou interpreta os fenômenos da realidade como ele se apresenta, para entendê-lo é preciso projetá-lo para um contexto permeado de contradição carregado de história que se contextualiza e há uma diversidade de aspectos, internos e externos que contribui para que o mesmo ocorra, superar o aparente, avançar para a interpretação da essência, o que não está disposto na aparência. “O contexto da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precisa do conhecimento que consiste na decomposição do todo” (KOSIK, 1976, p. 14 *apud* PEDERSEN, 2014, p. 7).

Outra categoria do método utilizada nessa pesquisa é a historicidade, que se constitui em uma análise baseada na história que sofre intervenções culturais, políticas e econômicas dos sujeitos envolvidos e do espaço onde eles estão inseridos.

A historicidade reconhece o movimento e a provisoriade dos fenômenos é um elemento de análise de intervenção fundamental, as questões políticas, econômicas e culturais evidenciam a história que é construída, cabe ao pesquisador ter uma análise crítica da prática escolhida pelo sujeito mediante a sua história (CURY, 2000, p. 46).

A percepção da historicidade compreende que a história está em constante movimento, e, portanto, ela altera-se e modifica-se ao longo do tempo. Além disso, compreende que os fatores culturais e seus costumes que são alterados com base no surgimento de novas culturas e pelo sistema capitalista. Portanto, pensar em historicidade é entender o movimento e transição dos sujeitos, fenômenos e dos processos sociais que constituem a sociedade e realidade (KOSIK, 1976).

Nesse sentido, é necessário que pesquisador compreenda a história de onde está sendo realizada a sua pesquisa e as modificações que sofreu ao longo do tempo, visto que sem a compreensão do passado que modificou e transformou a história não haverá possibilidade de

compreender a realidade que se apresenta. Logo, cabe no processo de apreensão das questões que envolvem a violência contra os idosos, entender os fatores múltiplos que desencadeiam esse processo.

A categoria totalidade segundo Pontes (1995, p. 70) “é uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real; por isso, ontológica”. É por esse motivo que ela permite orientar a pesquisa, visto que analisa os aspectos da historicidade e, conseqüentemente, pode apresentar ou ocultar a essência. Além disso, esse processo é complexo, pois não representa uma totalidade fechada, acabada e pronta, mas sim, um processo em que as relações estão sendo totalizadas.

A totalidade é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua, possuem um imanente movimento. No limite, esse movimento produz uma dada legalidade social, historicamente determinada e determinante. Atua na particularização das relações entre os vários complexos do ser social (PONTES, 1995, p. 81).

A categoria de totalidade está em movimento dialético com as demais categorias, especialmente, com a contradição e com a mediação. Nas palavras de Kosik (1976, p. 60) “a totalidade sem a contradição é vazia e inerte”, por outro lado a ela destaca que “as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias”. Esse movimento dialético pondera a importância da abordagem dialética das categorias do método.

A categoria contradição configura-se em compreender as contradições impostas pelas relações sociais e representada a partir da existência do movimento real. Por esse ângulo a contradição expressa uma relação de conflito com o real.

Quando falamos de “contradição” histórica, referimo-nos a seu caráter conflituoso, dicotômico, antagônico, mas no sentido da unidade de contrários. Unidade de contraditórios é uma impossibilidade histórica e forma. Nesse contexto, dizemos que dialética somente se aplica àquelas realidades que são unidade de contraditórios, ou seja, às realidades estritamente históricas, onde cada fase gera sua contrária. Não sucede isso na realidade natural. Na molécula da água não existe polarização social, embora haja polarização física (DEMO, 2009, p. 98).

A contradição em suma é fundamental para compreender as realidades impostas na sociedade capitalista, pois elas são visíveis e gritantes. Ao mensurar aspectos como riqueza que é o contrário da pobreza, é preciso entendê-la como algo imposto pela desigualdade social dentro da sociedade capitalista. Nessa lógica, a contradição é elemento importante para verificar as dicotomias apresentadas nas relações sociais, como pode-se observar no processo de violação de direitos da pessoa idosa na relação com a família, na contradição entre proteção e violação.

De acordo com Demo (2009) um exemplo da contradição está na vida, pois ela pode ser prolongada com os avanços da medicina, no entanto, por mais que ela seja prolongada um dia a vida acaba, por meio da morte. Assim, como a violação é contraditória ao cuidado e à proteção no contexto da violência contra as pessoas idosas.

Outra categoria que se apresenta como elemento fundamental para realização do diálogo com a produção do conhecimento é a mediação. A mediação apresenta um complexo poder de dinamismo e articulação. Segundo Pontes

A mediação aparece neste contexto complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas (PONTES, 1995, p. 81).

A mediação constitui-se com um processo de articulação com a totalidade e com as demais categorias do método dialético, pois ela realiza a mediação entre as complexas relações que se apresenta dentro de cada categoria. Define-se a seguir dentro do desenho metodológico as características da pesquisa desenvolvida.

De acordo com Minayo (2008, p. 16) “é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo”. Para Gil (2007, p. 17) a pesquisa “pode-se definir como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A presente pesquisa é de cunho qualitativo complementada com procedimentos quantitativos. Na pesquisa qualitativa quem observa interpreta, influencia e é influenciado pelo fenômeno pesquisado. Uma das características da pesquisa qualitativa é a inserção do pesquisador no contexto e perspectiva interpretativa da pesquisa. Já na pesquisa quantitativa está ligada ao que afirma Gil (2002, p. 55) “que é mediante análise quantitativa (coleta de dados) que se obtém conclusões correspondentes aos dados coletados”.

A pesquisa se caracterizou ainda como exploratória, esta modalidade de pesquisa tem como objetivo central a proximidade do pesquisador com o tema e o problema estudado – a violência contra os idosos. De acordo Gil (2007, p. 41) a pesquisa exploratória tem como característica ser “bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Observa-se ainda, que em sua maioria, “[...] essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2007, p. 41).

3.2 Aspectos éticos, coleta e análise de dados: elementos constitutivos da pesquisa

No que tange a coleta de dados deste estudo, foram realizadas de duas formas, a coleta que se refere à etapa documental da pesquisa e a coleta no campo. A pesquisa documental consiste na análise de documentos que ainda não passaram por um processo de análise de outros pesquisadores. Sendo considerada uma fonte importante para análise de dados que podem ser analisados de diferentes formas de acordo com a metodologia utilizada, ou ainda, com o objetivo da pesquisa. A “[...] pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2007, p. 66).

Já a coleta de campo pode ser um fator determinante da pesquisa ao demonstrar que os objetivos do pesquisador já foram sanados ou ainda, demonstrar que a coleta de dados foi riquíssima e pode apontar novos caminhos para a pesquisa. De acordo com Minayo (2008, p. 75) “o processo de trabalho de campo nos leva, frequentemente, à reformulação de hipóteses ou, mesmo, o caminho da pesquisa”.

A pesquisa de campo consistiu-se em um momento em que o pesquisador foi para a arena da realidade social coletar dados, presenciar a realidade e investigar fenômenos. De acordo com Chizzotti (2010) é de suma importância estabelecer o percurso a ser seguido pelo pesquisador, reconhecendo essa importância foi seguido a rigor os seguintes passos: se estabeleceu um programa de trabalhos, com um cronograma e a definição de abordagens, contatos; b) a coleta de dados em conformidade com os instrumentos definidos no projeto; e, c) a análise de dados que se consolida na exposição deste documento.

As técnicas definidas e utilizadas no projeto que deram subsídios em dados coletados para este estudo foram: a) técnica da entrevista e instrumento de roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A), em que foram formuladas questões prévias aos entrevistados e que foram complementadas de acordo com as necessidades do diálogo tecido entre entrevistador e entrevistado. b) Foi também utilizada a coleta documental, com base no roteiro de coleta documental (Apêndice B), aplicada sobre o conjunto de documentos institucionais disponibilizados para o pesquisador, conforme destacado na amostra do estudo.

Ambos procedimentos demandaram um envolvimento importante do/a pesquisador/a na articulação com as instituições da rede que pudessem contribuir diretamente com a pesquisa.

Contatos telefônicos, visitas *in loco*, apresentação da pesquisa, dos instrumentos, muitos “vai e vens” constituem a coleta dos dados que estão expressos neste estudo. Esse processo de trabalho desenvolvido na coleta demonstrou a riqueza do estudo de campo. A aproximação com as instituições em si caracteriza um processo de conhecimento, que vai transformando os sujeitos partícipes do estudo – pesquisador/a e pesquisados/as.

O processo de ida a campo para coleta, tornou-se instigante e possibilitou uma outra percepção da realidade social da rede de proteção aos idosos em São Borja, bem como do trabalho dos/as assistentes sociais que atuam nas diferentes instituições visitadas. A experiência para organização do trabalho de coleta possibilitou na prática a vivência da pesquisa, seu potencial e suas limitações, bem como todo o trabalho que envolveu: contatar, (re)agendar, em decorrência dos fluxos e agendas incompatíveis, ir a campo, separar documentos, visitar instituições.

A aproximação com a coleta documental também foi um trabalho intenso e produtivo. Debruçar-se sobre os documentos possibilitou além da coleta: circular nas instituições partícipes do estudo, conhecer seus processos de trabalho, fluxos, trabalhadores/as e usuários/as da instituição. Esse processo de conhecimento, dotado de intencionalidade caracteriza o chamado ciclo da pesquisa, ou seja, um trabalho em espiral que começou com a elaboração do problema de pesquisa e se constitui neste documento como resultado provisório (MINAYO, 2008).

As aproximações sucessivas com a temática da violência contra a população idosa foram construídas passo a passo, num movimento dialético e de transformação do objeto de estudo. Tais aproximações se consolidaram através da revisão bibliográfica, das coletas de dados em campo e documental, e do processo de análise que se formaliza neste documento. A experiência da pesquisa demonstrou como o processo de coleta demanda organização, definição metodológica, cronograma, a fim de observar o tempo disponível para a construção do estudo, coordenar agendas, não perder o contato estabelecido, e definir prazos para início e fim do trabalho de coleta. Este trabalho demonstrou o quão árduo e exigente se constitui um processo de coleta que esteja adequado aos procedimentos éticos e metodológicos da pesquisa. Tal movimento remete ao ciclo da pesquisa qualitativa,

A ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam, porém ela suscita também a delimitação do trabalho no tempo, através de um cronograma. Ao mesmo tempo trabalhamos a valorização das partes e da integração no todo; e com a visão de um produto provisório (MINAYO, 2008, p. 28).

Mais que um processo etapista, a coleta demandou um trabalho organizado e cuidadoso, foram realizados contatos nas instituições pessoalmente, em cada uma delas foi deixada a carta de apresentação da pesquisa, e retomado contato quantas vezes foram necessárias, em alguns momentos esse movimento torna-se exaustivo para o/a pesquisador/a, no entanto, faz parte da execução da pesquisa, e dar-se conta disso foi importante. Como resultado constituíram-se riquíssimos momentos de trabalho e aprendizado, de aproximação com as situações, histórias de vida, aproximação com os sujeitos das histórias relatadas nos documentos, o que deu muito mais sentido para as informações extraídas dos documentos e para as falas dos/as entrevistados/as.

É importante destacar que durante o desenvolvimento da pesquisa houve situações de insegurança em participar, desistências, (re)organização e (re)marcação de entrevistas, as decisões e percepções dos/as possíveis entrevistados/as foram respeitadas, reorganizando fluxos, revendo com a instituição os sujeitos partícipes da pesquisa, observando assim os pressupostos éticos da pesquisa que determinam interromper, ou mesmo, não realizar qualquer procedimento que cause algum tipo de constrangimento, insegurança, mal estar. Tendo em vista o direito ao esclarecimento e a livre participação dos sujeitos pesquisados/as todas as manifestações foram respeitadas e reorganizadas. Ainda, é imperioso destacar o quanto a pesquisa, de forma geral, foi bem recebida e acolhida pelas diferentes instituições, como se expressa na fala de um dos participantes das entrevistas “obrigada por escolher nossa instituição para este estudo” (ENTREVISTADO, D).

Em relação aos pressupostos éticos da pesquisa, foram observados os pressupostos éticos do exercício profissional no Serviço Social. De acordo com Barroco (2009, p. 131) no Código de Ética do/a Assistente Social “encontram-se sistematizados os valores, princípios e a concepção ética que orientam o trabalho cotidiano dos assistentes sociais em suas diversas esferas e formas de intervenção, entre elas e a pesquisa”. Dessa forma, sendo a pesquisa possibilidade de atuação do/a Assistente Social esta foi fundamentada no pressuposto de zelar pelo sigilo, respeito, veracidade das informações e qualquer tipo de menção aos trabalhos publicados anteriormente garantindo credibilidade ao trabalho e contribuição científica do estudo realizado.

Foram observados os princípios da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre os cuidados éticos na pesquisa³, em especial o processo de contato com as instituições, apresentação formal do projeto com carta de apresentação, apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Apêndice C), coleta de dados com autorização prévia da instituição e entrevistados/as, rigor no sigilo da identidade e cuidados no processo de trabalho com os dados. Conforme previsto no projeto, uma das formas de divulgação e devolução está expressa na construção deste documento, no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que será apresentado e examinado por uma banca pública. Ainda, tem-se como retorno às instituições partícipes da pesquisa um relatório com as informações coletadas e sistematizadas.

O universo e amostra que compõem este estudo se caracterizam por dois subgrupos, que dão conta das diferentes modalidades de coleta – de campo e documental. Logo. Foram constituídos: a) o universo e amostra relacionado aos procedimentos de coleta documental; e, b) o universo e amostra relacionado ao procedimento de coleta de entrevista. Conforme apresentado no quadro 6, a seguir:

Quadro 6: Universo e amostra da pesquisa.

Instrumento de coleta	Universo	Amostra ⁴
Coleta de campo - entrevista	Trabalhadores/as da rede de proteção da pessoa idosa vítima de violência do município de São Borja.	06 (seis) trabalhadores/as da rede de proteção da pessoa idosa vítima de violência do município de São Borja.
Coleta de campo - documental	Documentos institucionais que se referem aos registros de casos de violência contra os/as idosos/as no município de São Borja.	Fichas de registro e prontuários de atendimento de idosos/as vítimas de violência de 02 (duas) instituições da rede de proteção, entre os anos de 2017 e 2019/1. Totalizando 29 (vinte e nove) documentos.

Fonte: Pesquisa de campo. Sistematizado pela autora (2019).

³ Este trabalho não foi submetido ao comitê de ética em pesquisa da Unipampa. Observando as orientações sobre pesquisa na realização de Trabalho de Conclusão de Curso, pactuada no Colegiado de Curso de Serviço Social. No entanto, foram respeitadas todas as etapas previstas na Resolução nº 466/12³ do Conselho Nacional de Saúde.

⁴ No que se refere a identificação e codificação da amostra, esta estará representada pela seguinte legenda: aos quatro trabalhadores entrevistados serão identificados neste documento como ENTREVISTADO A, B, C, e D. Os documentos coletados serão identificados pelo indicativo DOCUMENTO seguido de número de identificação de 01 ao 29 – ex.: DOCUMENTO 01, 02 [...], e assim sucessivamente até o número 29.

Os critérios para composição da amostra se referem a ser instituição da rede de proteção ao/a idoso/a no município de São Borja, autorização da chefia/gestão para realização da pesquisa e revisão dos documentos institucionais. A amostra foi constituída por um processo metodológico – que atenda aos objetivos do estudo e contenha informações que respondam aos instrumentos de pesquisa subsidiando posterior análise e, com base nas condições objetivas da realidade para realização da pesquisa – disponibilidade das instituições, autorização da chefia imediata, acesso aos documentos institucionais de 2017 a 2019/1, tempo hábil para realização da coleta, análise e elaboração do documento final do TCC, considerando um semestre letivo.

As amostras que serviram de base para coleta são de natureza intencional e não probabilística, denotam condições múltiplas sobre o objeto de estudo, no entanto não podem ser generalizadas, as informações foram trabalhadas com rigor metodológico e cuidado ético no tratamento dos dados, construindo apenas inferências de natureza quanti e qualitativa, sem generalizações. A amostra intencional “constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda população” (GIL, 2007, p. 104).

Quanto a análise dos dados, esta foi organizada considerando as fases da análise de conteúdo conforme orientação de Gil (2007), desenvolvendo o processo em três fases que se complementam: pré-análise - exploração do material, tratamento dos dados, inferência e interpretação. De posse de todo o material coletado, foi realizado o trabalho de transcrição das entrevistas e organização dos dados em um processo de leitura, separação dos documentos e informações constituindo a pré-análise. O tratamento dos dados foi considerado a partir das principais categorias empíricas que emergiram do processo inicial de leitura e tratamento. As categorias centrais que emergem dos documentos coletados e entrevistas realizadas em relação ao objetivo de estudo são: violência intrafamiliar, violência estrutural, e rede de proteção ao/a idoso/a.

De posse dos dados sistematizados, desenvolveu-se o trabalho analítico, que se constituiu durante todo o processo de estudo, e com em maior profundidade ao finalizar a coleta e organizar os dados. O movimento dialético das aproximações sucessivas com o objeto, a fase exploratória do estudo, a elaboração do projeto, coleta de dados em campo subsidiaram o processo de tratamento de dados na fase de análise, logo, os resultados aqui sistematizados são fruto de um movimento dialético, que demonstra o objeto de estudo observando elementos da totalidade social, e as particularidades da realidade local e tempo histórico das informações.

O conteúdo empírico, foi analisado de acordo com os objetivos da proposta de pesquisa, na tentativa de elucidar o perfil de agressores/as e das pessoas idosas vítimas de violência. Os dados foram assim, analisados, com vistas a compreender os aspectos múltiplos que caracterizam a questão da violência contra idosos/as, como por exemplo: orientação sexual, idade, vínculo familiar ou profissional, canal de realização da denúncia, tipo de violência sofrida e rede de proteção no município de São Borja.

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, que objetivou validar os dados coletados, utilizou-se de procedimentos analíticos que possibilitam elaborar figuras, representações das questões que envolvem a temática da violência contra os idosos e destacar as informações obtidas. Conforme Minayo (2008) a pesquisa é constituída de ciclos, que iniciam no processo de elaboração do projeto até a sistematização dos resultados obtidos. Logo, este TCC expressa os resultados do trabalho de pesquisa ao longo de seu conteúdo – na fundamentação teórica construída pelo processo de aproximação na fase exploratória da pesquisa, na demonstração da metodologia expressa neste item do documento e no texto que segue aprofundando a temática confrontando as questões da realidade local de São Borja.

Assim, todo este documento expressa o trabalho de pesquisa, construído ao longo do ano de 2019, em suas diferentes fases, constituindo o TCC uma unidade dialética das partes que o compõe.

4. VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: reflexões sobre a realidade de São Borja

A violência não é um fenômeno simples, é constituído nas relações sociais atravessada por processos culturais, sociais, históricos e afeta a vida das pessoas de múltiplas formas. Ela, a violência, se manifesta de diversas maneiras, seja em conflitos locais, ou mesmo internacionais como em guerras, perseguições, processos de tortura, conflitos políticos, étnico ou religiosos. Muitas são as temáticas que podem ser elencadas quando o tema em questão é a violência. Essa pode ser expressa por tipos – violência estrutural, doméstica intrafamiliar, institucional etc. Ou ainda, pode ser observada sobre determinados conjuntos ou segmentos – violência contra crianças, contra pessoas com deficiência, ou contra idosos/as como é o caso deste estudo.

O foco de observar e problematizar a violência contra idosos/as tem contribuído para a reflexão sobre os elementos concretos que constituem essa expressão da Questão Social e compreensão como esta se manifesta na realidade local de São Borja. Tem-se na construção deste documento um conjunto de informações que atentam para as particularidades da violência contra os/as idosos/as a partir da coleta de dados e análise realizada através da pesquisa.

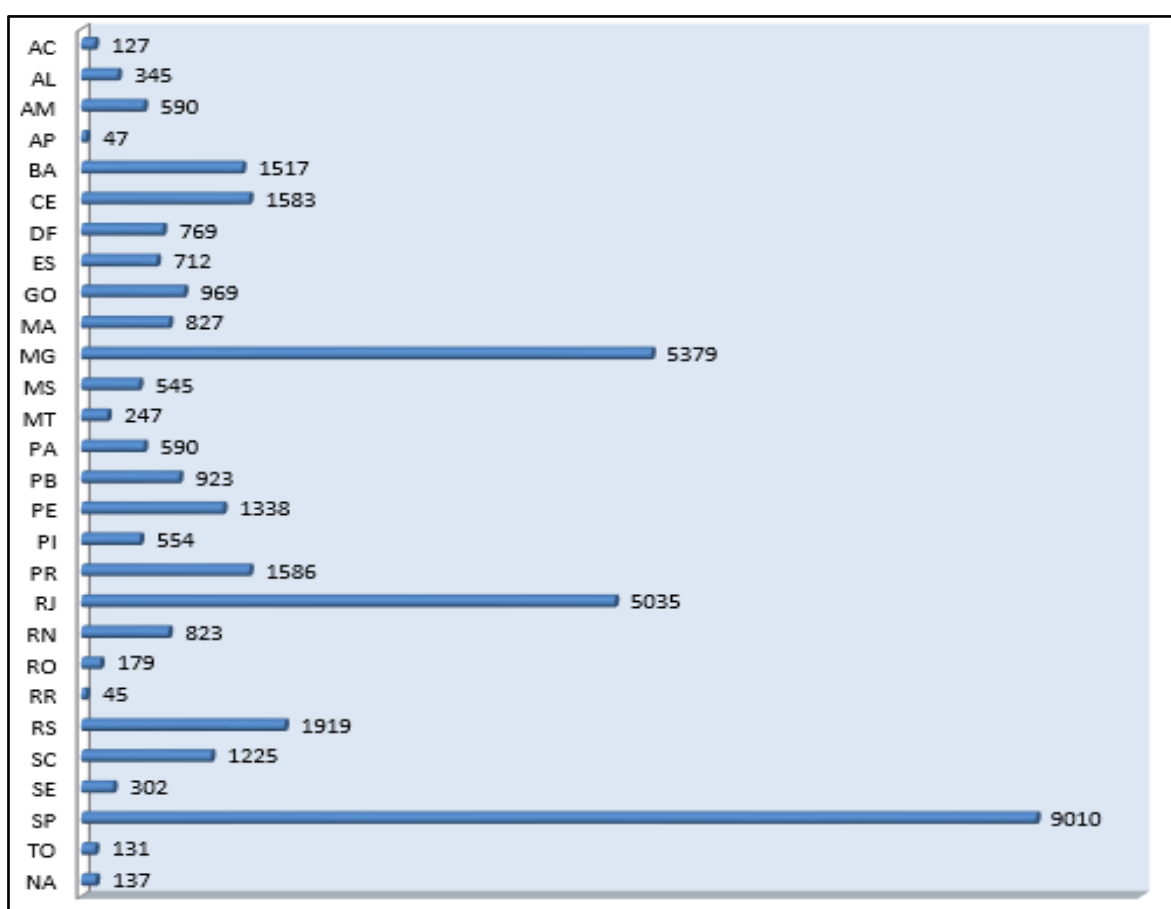
4.1 Violência intrafamiliar: caracterização da violência contra idosos/as em São Borja

A coleta de dados se propunha a desvendar a violência contra os/as idosos/as no município de São Borja, observando para isto elementos da realidade social local, através de informações quantitativas e qualitativas. De antemão é preciso anunciar que não foi possível constituir uma amostra quantitativa que demonstre estatisticamente a violência contra idosos/as, em decorrência das limitações encontradas no processo de pesquisa como: a) a não identificação clara sobre as questões que envolvem a violência contra idosos/as nos registros de Boletins de Ocorrência, visto que as ocorrências acabam sendo registradas pelo tipo de crime e não pela questão da idade da vítima o que mascara os dados reais sobre essa situação; e, b) a ausência de dados quantitativos sistematizados pelas instituições pesquisadas. Contudo, entende-se que não há prejuízo para o debate aqui proposto, já que os elementos sobre a realidade local, contemplam informações importantes, que se desdobram nas reflexões tecidas neste documento.

Em âmbito nacional algumas pesquisas e monitoramento de índices apresentam informações sobre a violência contra a população idosa. O levantamento realizado pelo

Ministério da Mulher, Direitos Humanos e Família demonstra índices sobre as denúncias de violência contra idosos/as através do *Disque 100*⁵. É relevante destacar que no ano de 2017, foram registradas 33.133 denúncias de violência contra idosos/as pelo programa de denúncias, destas, pelo menos 1.641 foram no estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2018, esse número aumentou, foram um total de 37.454 denúncias, sendo 1.919 no estado do Rio Grande do Sul. conforme apresenta o gráfico abaixo. O gráfico 3, a seguir, sistematiza os dados quantitativos por unidades da federação no ano de 2018.

Gráfico 3 – Denúncias de violência contra idosos/as pelo Disque 100, nas unidades da federação.



Fonte: Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (2019).

Ao observar os dados de violência contra idosos/as no Brasil verifica-se que esse número vem crescendo gradativamente, desde que começou a ser registrado pelo Disque 100.

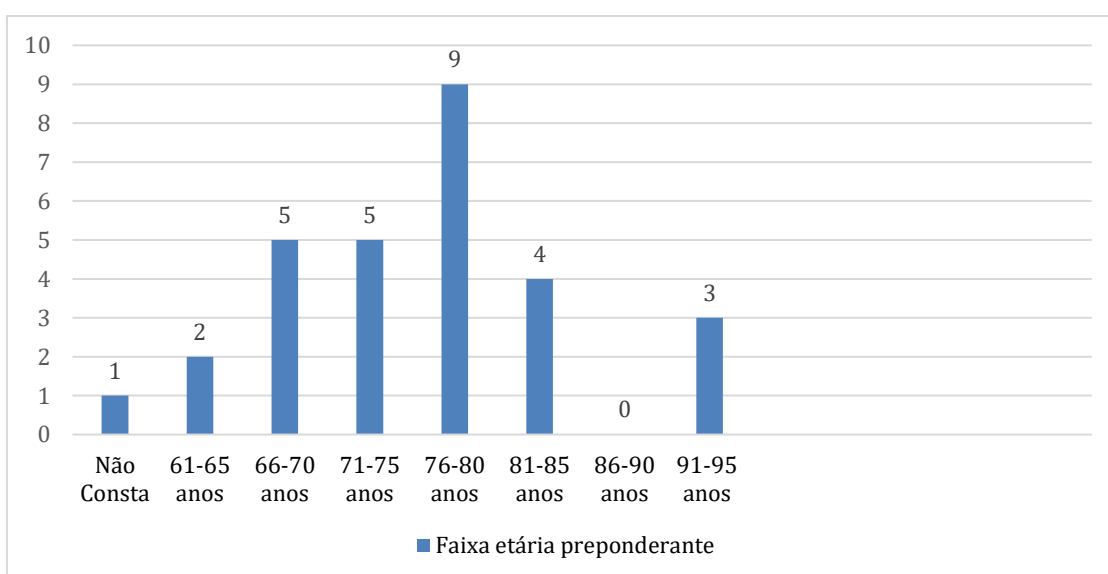
⁵ O Disque 100, ou, Disque Direitos Humanos, é um serviço telefônico de recebimento, encaminhamento, e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos. Este serviço foi criado em 1997 por organizações não-governamentais que atuam na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em 2003 o Disque 100 deixou de ser apenas um canal de denúncia, e passou a articular, a partir das denúncias, uma rede de serviços e parceiros em todo o país. Se no período inicial o atendimento era voltado somente para a população jovem, em 2010 o leque de proteção se ampliou, passando a contemplar também outros públicos como a população LGBT, pessoas com deficiência e a população idosa em situações de violência.

Ainda, conforme o levantamento realizado esse número quase quadruplicou desde 2011 até 2018. Não é possível determinar que esse crescimento nos dados implica diretamente o aumento real dos casos de violência, pois pode também significar a identificação das situações de violência que vem sendo denunciadas em virtude da criação dos canais de denúncia e de orientação da população através de campanhas e orientação através dos serviços da rede de proteção. Contudo, é importante observar que a questão da violência contra idosos/as se tornou mais visível para toda a sociedade e ao poder público, que tem incluído a temática na agenda política.

Embora não tenha sido possível identificar em termos estatísticos os casos de violência no município de São Borja, os dados coletados contribuem para a apreensão da realidade local, atentando para algumas características quantitativas e qualitativas que envolvem os atendimentos aos/as idosos/as vítimas de violência no município. Dos documentos⁶ avaliados e que foram base de informação, coletados em duas instituições que atendem á população idosa em São Borja, que totalizaram 29 prontuários/fichas de atendimento entre os anos de 2017 e 2019/1, observam-se alguns aspectos que caracterizam os/as idosos/as que foram vítimas de algum tipo, ou vários tipos, de violência.

A partir dos documentos, observa-se que os registros apontam um predomínio nos casos de violência contra a pessoa idosa no município de São Borja entre os 76 e 80 anos, conforme destacado no gráfico 4, a seguir. Esse número acompanha os indicadores nacionais que demonstram que essa faixa etária representa 18,3% dos casos.

Gráfico 4 – Faixa etária preponderante das situações de violência.



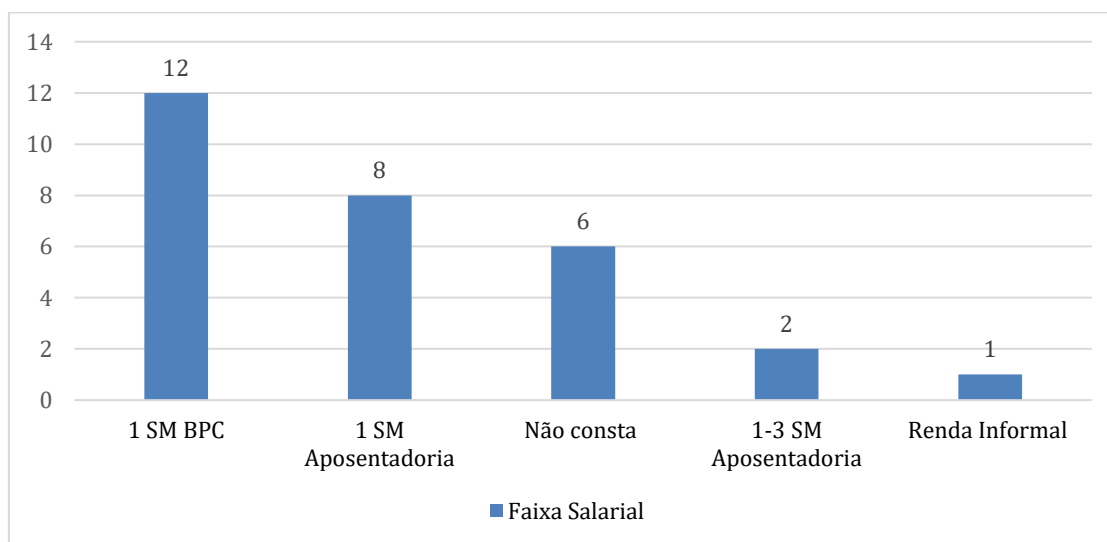
Fonte: Pesquisa de Campo. Sistematizado pela autora (2019).

⁶ Retomando a amostra de documentos – fichas de registro e prontuários de atendimento.

Outro ponto que se pode observar enquanto elemento importante nos dados coletados é que em 69% das fichas/prontuários de atendimento não constam a escolaridade dos/as idosos/as vítimas de violência. Já nos que apresentam tal informação é notório a baixa escolaridade, cerca de 10% são analfabetos, 10% possuem ensino fundamental incompleto, 3% possuem ensino fundamental completo e apenas 7%, ensino superior completo. Mesmo com boa parte dos prontuários/fichas de atendimento não apresentando os dados referente a escolaridade os que apontam essa informação demonstram que o maior índice de violência contra os/as idosos/as estão concentrados em um contexto de menor escolaridade.

Alinhado à perspectiva da baixa escolaridade aparece também a renda salarial que se concentra em um salário mínimo. Dos 29 prontuários/fichas de atendimento que foram analisados se observa que em 20 documentos apontam que os/as idosos/as sobrevivem com um salário mínimo seja oriundo de Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou de aposentadoria por tempo de trabalho. Apenas 2 idosos/as possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos, 6 idosos/as não tiveram suas rendas registradas nos documentos revisados. O gráfico 5, a seguir, demonstra que, predominantemente, os casos de violência avaliados acontecem com idosos/as com as menores rendas.

Gráfico 5 – Faixa salarial dos/as idosos/as.



Fonte: Pesquisa de Campo. Sistematizado pela autora (2019).

Tais informações apontam para um determinado ‘perfil’ atendido pelas instituições pesquisadas, já que estas são voltadas a população em situação de vulnerabilidade social que se expressa pela pobreza econômica, na ausência ou baixa formação escolar, com vínculos

familiares e comunitários fragilizados. Um/a dos/as entrevistados/as relata sobre a existência de um perfil das vítimas,

[...] não me parece que possa se traçar um perfil comumente a gente vem notando que as pessoas de classe social mais baixa são as que mais sofrem porque ali é que se faz mais necessário o cuidado aí é que você faz mais necessário o amparo ali que você faz mais necessário aquele proventos de aposentadoria ou da pensão e qualquer coisinha diferente daquilo que se espera de tratamento de Cuidado Com saúde e higiene e cuidado com dinheiro desses idosos acaba tendo uma consequência muito mais grave do que se a gente pensar em uma pessoa de classe média classe alta Então sei lá acho que essa é a classe mais vulnerável nesse momento (ENTREVISTADO D).

A resposta do/a entrevistado/a quanto a existência de um perfil, fica claro que na realidade institucional o que mais chega são demandas ligadas à população mais pobre. Não se quer com isso referendar ou afirmar que a violência contra as pessoas idosas é algo determinado para as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, pois a violência se expressa nas diferentes camadas da sociedade pois “trata-se de um problema universal que acontece em diferentes culturas independentemente de status socioeconômico, etnia e religião” (SILVA, DIAS, 2016, p. 638).

É importante observar a presença do benefício assistencial BPC na composição das rendas dos/as idosos/as, o que demonstra a vulnerabilidade econômica deste grupo atendido e registrado nas instituições. A maioria dos/as idosos/as que acessam o BPC residem com algum familiar, e essa é em quase todos os casos a única renda formal do conjunto familiar. Dos 29 documentos que serviram de fonte de informação para a coleta de dados, 12 idosos/as vivem com algum familiar (netos/as, filhos/as, esposo/a, sobrinhos/as), 5 documentos, o que representa 5 idosos/as não contém a informação sobre com quem reside, e os outros 12 vivem sozinhos/as. O que demonstra uma ausência de cuidados e a vulnerabilidade de alguns/as idosos/as que além da vida solitária tem suas necessidades diárias comprometidas por não ter um/a cuidador/a, o que se agrava em decorrência de demandas de saúde debilitada conforme o caso destacado a seguir,

Por medida protetiva ao idoso o Ministério Público encaminhou a rede de apoio ao idoso o qual era deficiente auditivo e visual e se encontrava em situação de risco e vulnerabilidade, residindo sozinho e em local precário, sem água, luz e dividindo suas refeições no mesmo prato de seus cães e gatos. E sua irmã utilizava seu benefício para o sustento da sua própria família (DOCUMENTO 01).

Esse caso demonstra o quanto os/as idosos/as que moram sozinhos/as estão vulneráveis e podem sofrer por autonegligência ou ainda por não conseguir realizar as tarefas cotidianas e

suas necessidades básicas. Além disso, acabam ficando expostos a outros tipos de violências. Neste caso a responsável legal, a irmã reside em outra casa, o que tem implicações no atendimento diário das necessidades do idoso além da apropriação dos recursos financeiros do idoso/as. São elementos que vão constituindo a complexidade das situações que envolvem a temática da violência contra os/as idosos/as.

Em relação aos tipos de violência que as/os idosos/as vem sofrendo na realidade social de São Borja, identificou-se um grupo de violações cometidas. As situações de violência extraídas dos documentos apresentam diferentes formas de violação, como: apropriação dos recursos econômicos/financeiros (aposentadoria ou Benefício); Xingamentos, agressões verbais; Negligência (não tomar providencias quanto aos cuidados necessários no cotidiano); Maus tratos (gritos, jogar objetos sobre o/a idoso/a etc.); Ameaças ao/a idoso/as ou familiares próximos; Agressões físicas; Cárcere. Durante relato de entrevista essas múltiplas formas também ficam evidenciadas, a violência

[...] é um termo muito abrangente e que define também tanto violência física como emocional como psicológica e nós aqui que temos as mais variadas pessoas de vários segmentos da sociedade, mas nós aqui catalogamos a violência que se aproxima de nós é mais a emocional (ENTREVISTADO A).

A prevalência de situações de registradas nos documentos demonstram que os/as idosos/as vitimados sofrem diferentes formas de abuso. Logo, em sua totalidade das situações registradas se identifica um conjunto de violências que são cometidas contra uma mesma pessoa, isso reforça a questão de que as situações de violência cometidas são complexas e processuais, envolvendo em uma única situação violações de distintas naturezas.

Idosa com doença mental, negligenciada e abuso financeiro pelo filho que recebe o benefício da mãe e utiliza o recurso além de fazer financiamentos, empréstimos consignados [...] O filho só vai na casa da mãe em dia de receber o benefício, ameaça a mãe e os irmãos. Os irmãos têm medo, e acabam não intervindo na situação (DOCUMENTO 20).

Neste registro observa-se que a idosa sofre violência psicológica pelo processo de ameaças constantes, que coloca ela e seus outros filhos em situação de risco, aprece a violência patrimonial, já que o filho, responsável legal, se apropria dos recursos financeiros da idosa, a isso é acrescido a negligência que se manifesta pela ausência do cuidado com a alimentação e saúde da idosa. O medo dos familiares em decorrência das ameaças acaba paralisando a todos que se sentem impotentes diante do risco que isso representa, o que mantém o status de violação

por um longo período. Nos documentos, e nas entrevistas ficam evidentes um conjunto de situações de violação,

Idoso é agredido pela filha, fatos ocorrem a bastante tempo, agredido fisicamente e psicologicamente. O próprio idoso pede ajuda a terceiros. Há suspeita de atirá-lo da cadeira de rodas para o chão com brutalidade e deixá-lo por um tempo. Não tem paciência no momento da alimentação [...] joga comida no idoso, as agressões vêm por meio de gritos, xingamentos, não permite que ninguém visite o idoso, que fica trancado em casa (DOCUMENTO 12).

[...] o que mais tem chegado ao nosso conhecimento são os maus-tratos seja física seja psicológico, a pessoa idosa pela sua própria condição já fragilizada que depende muitas vezes de alguém para se manter para sobreviver dentro da sua situação de vulnerabilidade e em função disso muitas vezes aqueles que estão perto e que deveriam antes de tudo proteger acabam maltratando esses idosos [...] não é só isso tem outros tipos também tem a violência econômica daquele idoso que recebe uma pensão e aposentadoria e aí aqueles familiares ou pessoas próximas se aproveitam muitas vezes da ingenuidade daquele idoso para se apropriar desses valores para conseguir um empréstimo consignado junto à instituições bancárias aí e utilizando esses valores que seriam para a sobrevivência do idoso (ENTREVISTADO D).

Novamente se observa que a situação denunciada é complexa e envolve diferentes formas de violência num único contexto, aparecem fatores de violência psicológica, física e maus tratos, e no relato do/a entrevistado/a da mesma forma aparece a complexidade da temática da violência contra idosos/as. A demanda da violência contra os/as idosos/as tem consequências importantes, podem acarretar “[...] adoecimento físico (doenças psicossomáticas, diminuição gradual de suas defesas físicas, alterações do sono e apetite, desidratação, desnutrição) e adoecimento psicológico (depressão, desordem pós-traumática, agitação, fadiga, perda de identidade, tentativas de suicídio), quando não culminando com a morte” (SILVA, DIAS, 2016, p. 638).

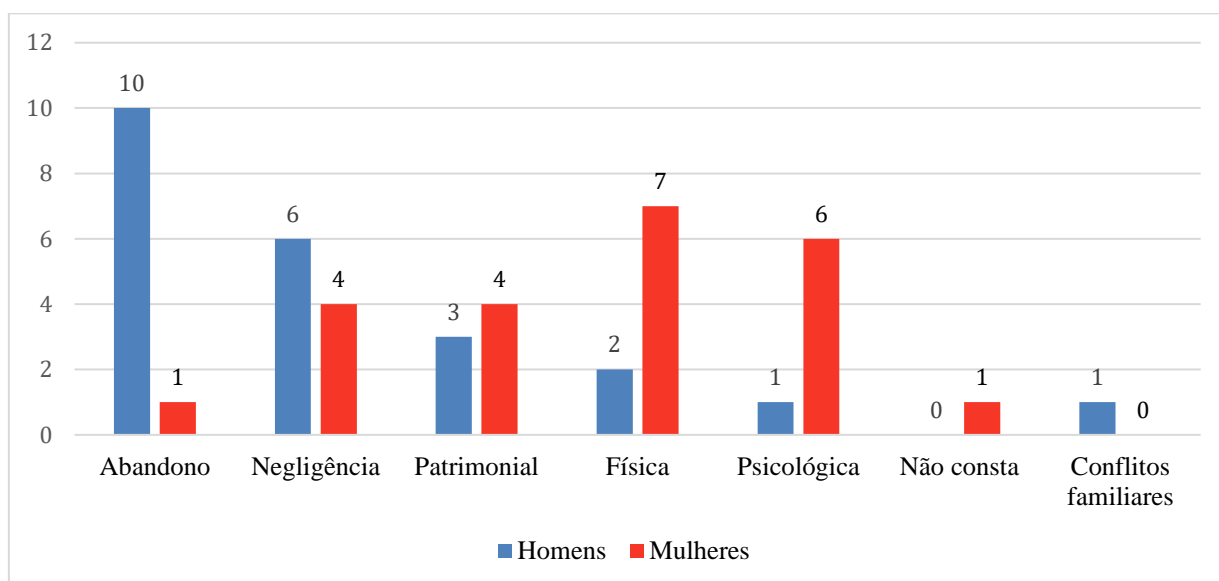
No âmbito nacional, os dados observados no mesmo período que compreende a mostra do estudo local entre 2017 e 2019, apontam a negligência como o tipo de violação mais recorrente, sendo pelos dados quantitativos negligência em primeiro lugar, seguido de casos de violência psicológica e violência física. No mesmo período no estado do Rio Grande do Sul as formas de violação a negligência em primeiro lugar, seguido de casos de violência psicológica, abuso financeiro ou violência patrimonial e violência física. A negligência é por si um processo complexo que envolve múltiplos fatores para em sua caracterização, logo a negligência se configura como a

[...] recusa, omissão ou fracassos por parte do responsável pelo idoso em aportar-lhe os cuidados de que necessita, é uma das formas de violência mais presentes tanto em nível doméstico quanto institucional em nosso país. Dela advém, frequentemente, lesões e traumas físicos, emocionais e sociais (MINAYO, 2003, p. 785).

Na realidade local no município de São Borja os casos estudados apontam para os tipos mais recorrentes de violência cometidos contra idosos/as. O abandono aparece de forma expressiva ocupando o primeiro lugar em termos de violência mais recorrente no município, o que fica ainda mais significativo se observarmos os dados com recorte de gênero, sendo que no conjunto de idosos homens os casos de abandono chegam a 80% dos documentos investigados.

O gráfico a seguir demonstra os comparativos dos índices de violências sofridas por idosos/as do gênero masculino e feminino e apresenta a disparidade de tipos de violências sofridas por eles. No caso dos homens o que é mais evidente é a violência ocasionada através do abandono, já para as mulheres violência patrimonial, psicológica e maus tratos aparecem na mesma posição. O gráfico 6, a seguir demonstra comparativamente as violações representadas por gênero.

Gráfico 6 – Tipos de violência cometidas contra idosos/as identificados por gênero.



Fonte: Pesquisa de Campo. Sistematizado pela autora (2019).

É possível observar que embora os casos de violência contra a pessoa idosa estejam quase empatados em termos mais gerais entre homens e mulheres, em relação aos documentos pesquisados, se observados pelos tipos de violação, há tipos de violências distintos entre eles. As violências sofridas pelos homens através estão voltadas as questões de abandono e a negligência que se expressam de forma significativa, esse dado se expressa também nas informações coletadas nas entrevistas.

[...] tem um outro tipo de perfil que salta aos olhos para nós é que a velhice do homem é mais pesada que a mulher, normalmente a mãe o laço de mãe com filho é muito forte, e a mulher praticamente se concentra nas lidas domésticas um homem faz uma construção de vida diferente. O homem tem que ser forte, tem que ser macho, tem que ser provedor de si mesmo, no mínimo, se não tiver que ser da família e muda de ninho principalmente o nosso que é trabalhador rural eles trabalham um pouco em cada lugar deixa um pedacinho dos seus afetos e esquece do que passou esquece realmente as mulheres nos tempos mais antigos davam até seus filhos mas criaram os vínculos com os donos das fazendas (ENTREVISTADO A).

Na fala do/a profissional entrevistado/a fica perceptível a relação com a forma como o idoso conduziu sua vida para chegar neste período da velhice em situação de abandono, em decorrência da fragilidade dos vínculos afetivos. Os documentos pesquisados expressam também de forma mais descritiva a forma como esse processo de abandono ocorre, “[...] o idoso teve 9 filhos, mora sozinho, nenhum filho visita-o, também não prestam qualquer tipo de auxílio. Precisa auxílio para as atividades diárias [...] coloca sua vida e dos vizinhos em risco, deixa fogo ligado, os filhos não querem se responsabilizar (DOCUMENTO 01).

Ainda, é importante referir que o abandono ocasiona como resultante deste processo outras formas de violação, já que o/a idoso/a está vulnerável à ações de pessoas que tem algum tipo de vínculo, vizinhos, conhecidos, e outros, em um dos casos observados nos documentos aparece esse dado, idoso em situação de abandono que acaba sendo vítima também da violência patrimonial, “terceiros usam o dinheiro do idoso. Não tem familiares” (DOCUMENTO 03).

Já quando observados os dados sobre a violência contra as mulheres o que é mais recorrente são as violências patrimonial, física e psicológica. Tais violações se expressam em distintas intensidades, desde agressões verbais a ações de agressão física, como pode ser observado nos extratos dos documentos pesquisados,

Idosa sozinha na residência, esposo está viajando, quando bebe demais sabe que está incomodando demais sai um pouco (SIU). Idosa possui uma Maria da Penha, e medida protetiva para que não se aproxime, porém ele tem a chave da casa [...] idosa sabe que pode chamar a polícia, porém diz que não quer atrito na família (DOCUMENTO 02).

Filha explica que por vezes perde a paciência com a mãe e grita com ela. Mãe tenta fugir de casa devido ao Alzheimer (DOCUMENTO 05).

Segundo idosa filho e companheira são usuários de drogas. O filho roubou o cartão, sacou todo o dinheiro, ameaçou a idosa. Idosa fez B.O. Há medida protetiva (DOCUMENTO 06).

Idosa denúncia o neto por agressão. O neto dorme na casa da avó, e ela vive com medo (DOCUMENTO 07).

Já no que tange ao gênero dos/as idosos/as os dados coletados identificaram que entre os anos de 2017 e 2019, os documentos que registram violação contra pessoas idosas no Asilo

São Vicente de Paula e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 52% dos casos de violência registrados nas instituições se referem a homens e 48% se referem a mulheres idosas vitimadas. Se observados os dados no âmbito nacional as mulheres são em maior número as vítimas dos casos de violência denunciados, como se observa através das tabelas 3 e 4 a seguir:

Tabela 3: Gênero dos/as idosos/as vítimas de violência no Brasil em 2017.

Disque 100 - Ano 2017 - Perfil das Vítimas - Sexo														
Sexo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	%
Feminino	1828	1858	1404	1921	2205	2169	2282	2295	2018	2097	1973	1965	24015	63,51%
Masculino	957	921	722	941	1059	1166	1216	1144	978	982	947	991	12024	31,80%
Não informado	150	128	107	136	173	172	203	166	130	119	146	142	1772	4,69%
Total	2935	2907	2233	2998	3437	3507	3701	3605	3126	3198	3066	3098	37811	100,00%

Fonte: Ministério das Mulher, da Família e Direitos Humanos (2019, p.21).

No ano de 2018 pode-se observar o crescimento das violências em ambos os gêneros, mas as mulheres idosas ainda lideram com quase o dobro de casos., o que chama a atenção para a questão da violência contra as mulheres na sociedade brasileira, e em especial para as mulheres idosas.

Tabela 4: Gênero dos/as idosos/as vítimas de violência no Brasil em 2018.

Disque 100 - Ano 2018 - Perfil das Vítimas - Sexo														
Sexo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	%
Feminino	2232	1942	1938	2114	1843	1977	2209	2797	2549	2572	2462	2054	26689	62,61%
Masculino	1119	961	957	948	968	1071	1130	1511	1326	1372	1297	1085	13745	32,25%
Não informado	149	130	163	154	146	208	179	251	218	208	209	176	2191	5,14%
Total	3500	3033	3058	3216	2957	3256	3518	4559	4093	4152	3968	3315	42625	100,00%

Fonte: Ministério das Mulher, da Família e Direitos Humanos (2019, p. 21).

Esses dados estão em consonância com as estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que apontam para que o número de mulheres no mundo já ultrapassou o de homens, o que ocasiona o fenômeno chamado de “feminização do envelhecimento” (MOURA et. al, 2015, p. 10). O processo de feminização do envelhecimento traz consigo uma carga importante de questões a serem observadas em relação a esta população no que tange a proteção integral da pessoa idosa.

Ainda, ao longo da história é possível observar que a mulher ocupa um lugar considerado inferior na sociedade e, geralmente, está sendo posta como subalterna ao homem. De acordo com Saffioti (1995, p. 33) “as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros, graças à oposição subalterna da mulher”, embora a autora esteja buscando referenciar a violência de gênero realizada através do

machismo é possível refazer uma leitura aplicando esses conceitos ao caso aqui analisado. Haja vista, que os tipos de violência sofridos pelas mulheres diferem dos homens e estão colocados como uma relação explícita de poder, que se expressa inclusive pelas formas de violação.

É importante observar no que tange a violência contra mulheres idosas que os posicionamentos de subalternidade culturalmente construídos ao longo dos anos pela sociedade machista fomentam uma cultura de violência contra as mulheres, uma vez que, a subordinação impõe o aceite desse fenômeno por parte da maioria das mulheres vitimizadas, que tão naturalizadas as violações nas relações acabam por interiorizar essa condição para si, sob peso da ressignificação construído culturalmente.

Essas relações de subordinação e desigualdade social acabam por constitui-se em uma ação que afetam as mulheres em diversos momentos da sua vida, sejam elas crianças, jovens, adultas ou idosas. As relações de poder e de tentativa de colocar a mulher como inferior ao homem vão acontecer nos mais diversos locais e em alguns momentos ela ocupa o *status* de violência velada ou naturalizada. Portanto, a missão aqui é analisar o fenômeno da violência contra a pessoa idosa sem perder suas especificidades, ou seja, como essa reprodução da violência se materializa nos/as idosos/as de gêneros distintos.

Para tanto, na análise constituída a partir dos casos de violência contra as idosas, se buscou tecer relações com os diversos aspectos da violência, a saber: intrafamiliar, de gênero, econômica e, sobretudo, da violência contra o/a idoso/a.

A idosa sofre violência patrimonial por sua sobrinha. Os fatos ocorrem a quatros anos na casa da vítima. A sobrinha tem uma procuração e retém o cartão do benefício da vítima e repassa apenas R\$ 150,00 para a idosa. Não passa fome, pois uma irmã ajuda, além de receber doações (DOCUMENTO, 16).

De acordo com os dados analisados no município de São Borja uma das violências cometidas contra as mulheres idosas mais recorrente é a patrimonial, pois seus/suas agressores/as encontram na vítima uma possibilidade de usufruir dos seus benefícios seja estes de aposentadoria, BPC ou até a própria residência. Esse tipo de violência caracteriza pela exploração imprópria ou ilegal ou ao uso não consentido pela pessoa idosa dos seus recursos financeiro e/ou patrimoniais (SÃO PAULO, 2007).

Minayo (2006, p. 02) destaca que “esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar” corroborando com o que foi encontrado na pesquisa de campo que a maior das violências encontradas está no âmbito intrafamiliar. De acordo com levantamento realizado

pelo Ministério da Mulheres, Direitos Humanos e da Família divulgado em junho de 2019 os casos de violência contra idosos/as que sofreram violência patrimonial chega a 19,9% das 37.454 denúncias realizadas através do Disque 100. Esse dado não distingue o percentual de mulheres que sofreram esse tipo de violência, mas demonstra o quanto essa violação é presente nas denúncias de casos de violência contra a pessoa idosa. Na realidade social de São Borja a violência intrafamiliar se explicita de forma muito evidente,

Em uma visita domiciliar em razão da denúncia de maus tratos praticados pela sobrinha contra a idosa. Na ocasião a sobrinha estava trabalhando o que possibilitou um maior diálogo com a idosa que relatou que não se acerta com a sobrinha. Sua irmã faleceu em 2017, sendo que 50% da casa onde a idosa reside é da sobrinha e do seu irmão e os 50% é dela, pois foi comprada em conjunto com a sua irmã. A idosa relatou que a sobrinha ofende verbalmente e diz que vai deixá-la sozinha e sem ninguém para ela ser comida por bichos. Porém não quis falar mais sobre o assunto. Isso é coisa de família! Tem medo e vergonha de falar mais (DOCUMENTO 04).

Nesse caso, a violência acontece por uma relação de poder entre as partes, a idosa e a sobrinha, especialmente, em virtude de a sobrinha deter 50% da residência onde vive a idosa, por ser herança da mãe já falecida. Além dos casos de maus tratos é presente de uma maneira muito forte a violência psicológica contra a idosa nas falas da agressora que ameaça deixar a tia “sozinha para ser comida por bichos” (DOCUMENTO 04). Cabe ainda destacar que, aparentemente a agressora não tinha interesse em cuidar da idosa, mas em virtude da relação patrimonial entre as duas estabelecida por causa da casa ela assumiu essa responsabilidade, situação que pode levar a uma relação de violação e negligência, como demonstrado nas anotações do documento pesquisado.

O caso apontado no documento 05, demonstra uma relação entre uma idosa e sua filha, apontando para a existência de violência física e psicológica. O caso foi denunciado pela cuidadora à equipe de atendimento sobre a violência que a idosa havia sofrido, além dos maus tratos relatados.

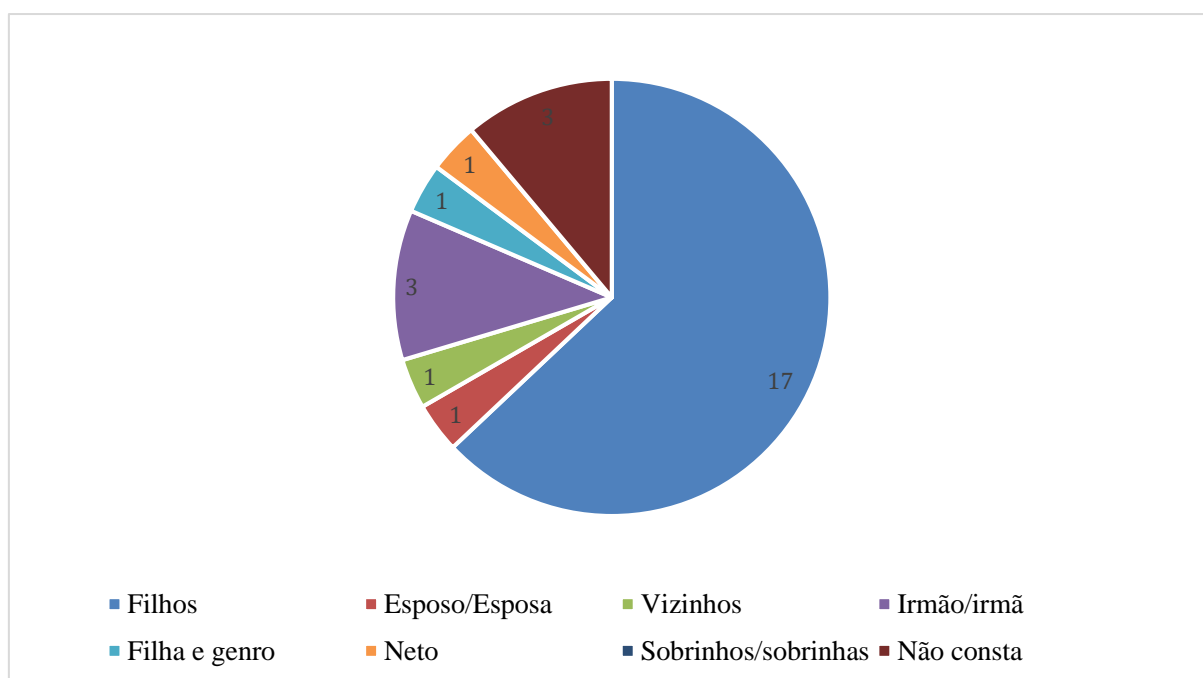
Visita domiciliar por denúncia de maus tratos por parte da filha. A idosa tem uma cuidadora até às 18 horas e também auxiliava nos cuidados com o marido dela. A idosa tem mais dois filhos que não residem em São Borja. Durante a conversa com a idosa que apresentou ter um bom estado de lucidez relatou que a filha é muito briguenta e quando questionada sobre a relação com a filha a idosa mudou de assunto. Foi solicitada uma visita do Programa Melhor em Casa para renovação de uma receita. Nessa ocasião a cuidadora chamou uma pessoa da equipe para conversar em particular e relatou que a idosa se locomove através de cadeira de roda dentro de casa e vem sofrendo maus tratos pela filha. A idosa já foi encontrada com a boca ferida e a filha disse que é afta, mas a idosa que relatou foi um tapa deferido pela filha (DOCUMENTO 05).

Através das anotações no documento pesquisado é possível verificar como essas relações acabam por exercer uma correlação de medo e tentativa de proteção da vítima ao/a agressor/a. Uma vez que, são pessoas próximas e nos casos acima possuem um vínculo muito próximo. Nesse caso, a filha proporciona os cuidados para com a mãe através da cuidadora e os remédios, no entanto, comete agressões físicas e maus tratos quando estão somente as duas. Pondera-se que é necessário realizar reflexões sobre a naturalização dos cuidados realizados pela família e o papel do Estado na atenção aos/as idosos/as.

Conforme Arruda e Paiva (2014, p. 250) “a precariedade ou a completa omissão do Estado, mediante as políticas sociais públicas, rebate diretamente nas famílias, as quais tem o papel, legitimado socialmente, da assistência e cuidados para com seus velhos”. Nesse sentido, é preciso desnaturalizar a família como a instituição perfeita para o cuidado dos/as idosos/as, e ao mesmo tempo trabalhar com as políticas de enfrentamento a violência contra os/as idosos/as.

Em relação ao desvendamento da existência de um perfil sobre quem comete as violações contra idosos/as no município de São Borja é importante destacar em virtude da ausência de informações nos documentos pesquisados não foi possível traçar um perfil dos agressores, tendo em vista que caracterizar um perfil exige informações mais detalhadas, no entanto, é notório alguns elementos centrais sobre os casos de violência e a relação com os agressores que é o processo da violência no contexto intrafamiliar, conforme destacado no gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 – Identificando os/as agressores/as dos/as idosos/as em São Borja



Fonte: Pesquisa de Campo. Sistematizado pela autora (2019).

Na leitura dos dados coletados identifica-se num primeiro olhar o fenômeno da violência intrafamiliar cometida por pessoas de vínculo primário como: filhos, filhas, netos, sobrinhos, esposo, e até por vizinhos próximos. As violações identificadas estão majoritariamente ligadas à algum membro da família. Tanto os trechos dos documentos, quanto as entrevistas apontam para um processo de violação que envolve múltiplos fatores, contudo, é imperioso refletir sobre a violência intrafamiliar identificada nos dados empíricos na realidade local. Um aspecto relevante quanto a violência intrafamiliar são os conflitos decorrente das relações familiares, que ocorrem por distintas questões: disputas por heranças, desentendimentos de longa data que nunca se resolveram, questionamentos sobre os cuidados com o pai ou mãe idosos etc. Nos documentos pesquisados se expressam os processos de conflitos como, “na avaliação técnica percebe-se que a negligência não ocorre simplesmente pela omissão dos filhos, mas sim está associada por um conflito entre eles” (DOCUMENTO, 11).

Relações conflituosas acabem refletindo em processos de violação, em decorrência da falta de comunicação entre as partes (filhos/as, netos/as) e de uma ação mais protetiva em relação aos cuidados com os/as idosos/as. A leitura dos documentos durante a coleta de dados apontou para a categoria empírica da realidade social local, apontando a violência intrafamiliar como uma das formas de caracterizar a violência contra a população idosa. De acordo com o Ministério da Saúde a violência intrafamiliar caracteriza-se

[...] como toda ação ou omissão que venha prejudicar o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito pleno ao desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por uma pessoa da família, incluindo-se nesse rol indivíduos que passam assumir a função parental, ainda que sem laços de consanguinidade e em relação de poder com outra (BRASIL, 2002, s/p).

Conforme observados nos documentos pesquisados essa configuração se expressa, nas formas de violação que podem ser “[...] em diferentes níveis de risco, incluindo violência psicológica ou física, apresentando situações de violência sexual, negligência, omissão, humilhações etc.” (BERWIG, 2017, p. 112). Se expressam também na configuração da relação vítima agressor/a: de um lado vitimados/as mães, pais, avós, avôs, de outro, os/as agressores/as filhos/as, netos/as, sobrinhos/as, irmão/ã, e até mesmo vizinhos/as.

A violência no âmbito intrafamiliar vem crescendo nas famílias brasileiras e sendo considerada por pesquisadores um problema sociedade atual e carece de políticas públicas para seu enfrentamento e garantia dos direitos dos segmentos que mais sofrem com esse tipo de violência. Uma das características desse tipo de violência é a relação de poder que se estabelece

entre os indivíduos envolvidos, ou seja, em virtude de a sociedade constituir-se com base no machismo e patriarcado essa violência tem uma característica de ter como principal agressor o homem que, quase sempre, atribui-se o *status* de provedor e chefe da família. Portanto, sob essa lógica, verifica-se que acabam tornando-se vulneráveis os demais membros das famílias que acabam por estar em uma relação de poder onde são considerados inferiores dentro do arranjo familiar.

Entretanto, essa relação de poder não é heterogênea, isto é, ela não é determinada apenas pelo gênero, mas sim por características consideradas fatores determinantes a vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos por dependerem em algum aspecto do/a agressor/a, como é possível observar na relação entre a filha cuidadora e as violações cometidas contra o pai idoso, “idoso é agredido pela filha, fatos ocorrem a bastante tempo, agredido fisicamente e psicologicamente. O próprio idoso pede ajuda a terceiros” (DOCUMENTO 12).

Tais violações acabam por vitimar pessoas em situação de maior vulnerabilidade em decorrência de seu grau de dependência por cuidados como: pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, mulheres e idosos/as, o que não exclui de sofrer esse tipo de violência homens que não estejam enquadrados nesses segmentos (BERWIG, 2017).

A proximidade entre vítima e agressor/a acontece em virtude das necessidades básicas do/a idoso/a não serem executados com facilidade e a carência de auxílio em diversos aspectos, como: cuidados com a saúde física e mental, dependência financeira (seja por meio de auxílio para sobrevivência ou para ir ao banco retirar o benefício ou aposentadoria), nas relações sociais e até mesmo na simples convivência familiar. Pondera-se que quanto mais dependente, mais vulnerável torna-se o indivíduo.

Merece destaque que a dificuldade para reconhecer esse tipo de violência se dá em virtude da forte carga emocional e de sentimentos que envolvem a relação entre o/a idoso/a vítima de violência e o/a agressor/a. Geralmente, o/a idoso/a cria em seu imaginário que ele está sendo um peso para o/a familiar que está cuidando dele/a e acaba se culpabilizando por estar gerando ‘incomodo’ por necessitar de cuidados, conforme apresentado em entrevista,

[...] as pessoas jovens que trazem seus pais e os seus avós para cá (para a instituição) não tem pudores absolutamente é tão normal aquela reação que a posição que eles assumem é de vítima, isso é muito triste, mas é uma constatação que nós fazemos a vitimização do agressor, o pai e a mãe sempre tem alguma culpa isso não mudou na sociedade sempre continua assim (ENTREVISTADO A).

O vínculo afetivo, familiar, consanguíneo ou não, é em alguma medida uma barreira para romper com os processos de violência contra os/as idosos/as, pois se processa no ambiente um movimento contraditório, de cuidado, preocupação, proteção com o/a agressor/a em virtude dos vínculos existentes.

[...] idosa sabe que pode chamar a polícia, porém diz que não quer atrito na família. As filhas são contrárias a mãe denunciar (DOCUMENTO 02).

Idosa relata que o filho que mora em Santa Catarina quer levar ela para morar com ele [...] não quer ir embora, se preocupa com o filho que mora com ela, depende dela economicamente (DOCUMENTO 06).

Quando a denúncia não vem confirmada não é fácil identificar, se o idoso não relata violência é bem difícil identificar, até porque em alguns casos eles escondem inclusive essa violência por causa do vínculo familiar [...] eles protegem muitas vezes esse agressor que está dentro da família pode ser um filho ou um neto, tem uma relação ainda ali, então eles acabam protegendo essa pessoa que comete a violência (ENTREVISTADO B).

As expressões citadas demonstram que em alguns casos o/as idoso/as se sente ainda, responsável por manter os cuidados com o/a familiar, mesmo que este seja seu/sua agressor/a. Tais situações acarretam ainda, um processo de sofrimento, pois o/a idosos/a sente-se responsável por manter o círculo familiar unido, ou em segurança, no entanto, não se rompe os ciclos de violência, é uma experiência duplamente violenta, pela tensão que se cria no ambiente familiar, com sobrecarga emocional sobre o/a idoso/a.

No contexto da violência intrafamiliar nem sempre as violações estão explícitas para pessoas externas dessas relações, ou não é um processo simples de desvendar. Contudo, alguns sinais podem contribuir para apreensão das situações de violação, é possível detectar quando ocorre alguma dessas violências quando existe a “[...] privação de medicamentos, descuido com a higiene e saúde, ausência de proteção contra o frio e o calor” (MOURA et al, 2015, p. 09).

Em muitos casos a negligência com os cuidados essenciais para o bem-estar da pessoa idosa acaba refletindo o processo de violação ali presente, que muitas vezes não está muito claro para a família, cuidadores, ou mesmo para trabalhadores de serviços de saúde, ou assistência social.

A violência intrafamiliar que se conecta com a violência doméstica⁷ em muitos aspectos, contraria princípios fundamentais em relação a proteção da pessoa idosa, pois é na esfera doméstica que a maior parte das violações ocorre, contrariando todas as premissas de ambiente

⁷ Em relação à violência doméstica, esta implica relação de proximidade entre o agressor e vítima, porém sem laços consanguíneos, sendo exercida por sujeitos que compartilham o mesmo espaço doméstico (GASPAROTTO, 2008, p. 174).

acolhedor e protetivo que se espera ser o ambiente doméstico, para Moura et. al. (2017, p. 1) “a violência doméstica é a que mais contraria os princípios desses direitos que resguardam e protegem a pessoa idosa prevista no ordenamento jurídico internacional e brasileiro”.

Embora não sejam sinônimos, violência intrafamiliar e violência doméstica possuem aspectos semelhantes e se distingue particularmente pelo processo em que violência doméstica ocorre no ambiente domiciliar do/a idoso/a independente de quem a pratica, já a violência intrafamiliar pode ocorrer em espaços como a própria residência, asilos, centros dias, e esta violação está relacionada como sendo agressores parentes próximos ou cuidadores, vizinhos próximos (MOURA, et. al. 2017).

Outro fator que dificulta a identificação da violência intrafamiliar é o processo de romanização da família, como unidade de proteção e cuidado, como se este espaço não fosse atravessado em sua constituição pelas múltiplas determinações da produção e reprodução das relações sociais em que se engendram processos de opressão e violação. Compreender as contradições que envolvem a violência intrafamiliar é um elemento importante para observar o locus das relações familiares de forma mais clara, destituída de valores morais construídos historicamente – família como espaço de cuidado, proteção, família fonte de amor etc.

Quando se trata do espaço familiar algumas discussões são necessárias, há quem compreenda que “as famílias têm assumido lugar central nas políticas e programas sociais na qualidade de principal fonte de proteção social, como estratégia de encolhimento das ações do Estado” (BERNARDO, 2017, p. 66). Contudo, essa não é a única forma de compreender o contexto familiar e sua relação com a proteção social, Paschoal (2007, p. 14) defende que para eliminar a violência é necessário “valorizar a família, garantir a igualdade entre os gêneros e criar mecanismos de proteção”. O fato é que não há respostas prontas e a família é um lugar contraditório, assim como as demais instituições da sociedade é fruto das alterações culturais e sociais, como apontado em um trecho de entrevista

[...], mas é mais uma mudança da sociedade do contexto social das famílias do que o contexto da casa, na nossa instituição as histórias só se repetem. Nós brincamos que nós ouvimos uma e ouvimos dez histórias e as histórias são sempre as mesmas, é descaso da família [...] nós chegamos a examinar a questão, assim, mudaram os valores da sociedade, os valores eram apoiar a família (ENTREVISTADO A).

Um dilema cerca a violência intrafamiliar é entender em que medida o ambiente está sendo protetivo ou violador para os/as idosos/as. Qual é o limite entre a proteção do/as idoso/a e o respeito à convivência familiar? Em que situações se justifica a intervenção do Estado? Em

quais circunstâncias é prudente afastar um/a idoso/a de seu ambiente domiciliar e de seus familiares para sua proteção? Tais questionamentos são fundamentais para compreensão da responsabilidade do Estado frente a questão da violência contra a população idosa e interferência dele nas relações familiares.

Com o envelhecimento da população brasileira, cada vez mais, as questões que envolvem esse segmento da população como saúde e proteção são demandadas ao Estado, que tem responsabilidades junto à família e à sociedade de garantir proteção integral. Os aspectos das ações de atenção criadas pelo Estado, bem como as determinações da violência estrutural como elemento do processo de violação da população idosa, serão tratados a seguir.

4.2 A violência estrutural e os reflexos sobre a população idosa

A compreensão sobre o objeto de intervenção profissional do Serviço Social – a Questão Social e suas expressões, convoca a entender como a questão estrutural atravessa, e se, atravessa a constituição da violência contra a pessoa idosa. Um importante cenário se desenha quando da análise dos dados sobre o objeto de pesquisa aqui analisado, a categoria empírica da violência estrutural se expressa por distintos indicadores como: “pobreza absoluta, discriminação etária, estereótipos da velhice, relações intergeracionais desrespeitosas, descumprimento das leis que protegem os idosos” (SÃO PAULO, 2007, s/p).

O fenômeno da violência é algo que está cada vez mais presente em nossa sociedade capitalista e afeta diversos sujeitos das mais diversas condições econômicas, raças ou etnias, orientações sexuais, identidade de gênero e idade. Esse fenômeno é ainda mais forte quando se considera a violência estrutural, ou seja, aquela que é oriunda da estrutura do Estado. Em suma, essa violência consolida as desigualdades sociais e a potencializa o sofrimento dos sujeitos. Pedersen pondera que

Como exemplos de situações que decorrem da violência estrutural destacam-se o desemprego e as formas de inserção precária no mercado de trabalho e a desigualdade no acesso aos direitos sociais. Isso muito perceptível em relação aos trabalhos, saúde, educação e assistência social, entre outras manifestações que para serem compreendidas deve-se considerar a desigualdade social, a exploração, as relações de poder e a precariedade de condições do capitalismo moderno (PEDERSEN, 2014, p. 30).

A violência estrutural demonstra relações de forças sociais, culturais, políticas e históricas, entre os grupos que compõem a estrutura de poder. Isso gera como consequência uma relação de opressão que se materializa na violência. De acordo com Berwig (2017, p. 118)

A violência estrutural é marcada pela desigualdade, inexistência ou fragilidade de políticas públicas que atendam às necessidades da população, conduzindo as classes menos favorecidas à marginalização e criando a falsa impressão de que os pobres são os mais violentos.

A violência estrutural é verificada através da pesquisa de campo onde os casos de violência contra a pessoa idosa concentram-se nas famílias mais pobres e, em alguns casos, a única renda do/a idoso/a é utilizada para sustento da família do/a cuidador/a. Esses dados precisam ser observados, sem a conotação de polemizar a relação da pobreza econômica como fator gerador de violência, para não incorrer em um processo de marginalização dos mais pobres e classificá-los como violentos, quando na realidade existe uma ausência de condições básicas de sobrevivência que o Estado não ofertou. Segundo Minayo (2007, p. 4) “no Brasil, apenas 25% dos idosos vivem com três salários mínimos ou mais”.

Os dados coletados apontam elementos para a interpretação da realidade concreta em relação à violência contra idosos/as no município de São Borja, tais dados apontam para um processo que expressa a vulnerabilidade em que se encontram os/as idosos/as vítimas de violência caracterizando assim tal situação como expressão da Questão Social materializada no processo concreto da realidade social dentro do modelo vigente de produção.

A vulnerabilidade social segundo trata-se de um conceito multidimensional que diz respeito a condição de fragilidade material dos indivíduos ou grupos diante dos riscos produzidos por determinado contexto econômico e social. Ou seja, a vulnerabilidade social está ligada diretamente a ausência de elementos básicos para a sobrevivência dos indivíduos. A vulnerabilidade social acontece na ausência de alimentos, condições de habitação, pobreza econômica, analfabetismo, falta de saneamento básico, uso e abuso de álcool e/ou outras drogas, falta de emprego digno, ou acesso a empregos informais e que oferecem risco etc.

O termo vulnerabilidade social aparece na maioria dos documentos lidos para coleta de dados. Aparecem ainda descrições para o conjunto de situações que caracterizam a vulnerabilidade encontrada pelos/as trabalhadores/as que sistematizaram as informações na documentação institucional, conforme sistematizado no quadro 7.

Quadro 7 – Expressões que caracterizam a vulnerabilidade social, segundo informações dos documentos pesquisados.

Referência à vulnerabilidade	Situações identificadas nos documentos pesquisados
Referência às condições da moradia	<ul style="list-style-type: none"> • casa em condições precárias; • mora na garagem; • chuveiro frio; • casa sem luz; • não tem acesso a água nem luz; • casa não tem fogão a gás e não tinha lenha; • não tinha alimentos; • alimentação precária, insuficiente;
Referência sobre as condições econômicas	<ul style="list-style-type: none"> • benefício comprometido com empréstimo; • recebe R\$150,00 por mês; • benefício bloqueado;
Referência sobre a higiene	<ul style="list-style-type: none"> • lugar sujo; • higiene precária; • não faz higiene pessoal; • mora em condições insalubres;
Referências sobre as condições de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • problemas de saúde; • idoso teve um AVC; • doença da mãe se agravou; • idosa tem Alzheimer; • idoso sofreu um derrame; • idoso faz uso de álcool de forma abusiva; • idoso com câncer no intestino; • diabético e frequenta o CAPS AD; • deficiente auditivo e visual;

Fonte: Pesquisa de campo. Sistematizado pela autora (2019).

Todos os elementos identificados nos documentos pesquisados caracterizam o conjunto de situações que comprometem as condições de vida dos/as idosos/as agravado pela violência intrafamiliar. De acordo com Janczura (2012, p. 302) a palavra vulnerável origina-se do “verbo latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar. Por essas raízes etimológicas, vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse”.

A compreensão da relação entre vulnerabilidade social e a violência contra a pessoa idosa torna-se fundamental, pois através da pesquisa de campo verificou-se que o maior índice

dos casos de violência ocorre em famílias caracterizadas em situações de vulnerabilidade social. Portanto, violência intrafamiliar, violência estrutural e vulnerabilidade social estão ligadas de maneira intrínseca e afetam diretamente os/as idosos/as que tiveram seus documentos de registro analisados.

Vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem (CARNEIRO e VEIGA, 2004, p. 56. Apud JANCZURA, 2012, p. 302).

Além disso, estão ligados diretamente aos fatores que acabam por negar os direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988 e podem auxiliar a perpetuar o ciclo da violência, especialmente, a violência estrutural. A vulnerabilidade vai encontrar sua perpetuação através das desigualdades sociais e, portanto, é preciso que o Estado desenvolva políticas públicas para minimizar os casos de vulnerabilidade. Nas palavras da autora isso é importante “não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas também porque identifica processos de produção da discriminação social” (JANCZURA, 2012, p. 303).

É relevante observar que os/as idosos/as durante muito tempo contribuíram ou foram responsáveis pela renda de suas famílias pelo seu trabalho, e muitos/as deles/as são agora responsáveis pela renda em decorrência de seus benefícios e aposentadorias. Tanto o fator de seu recurso financeiro seja em muitos casos a principal fonte de renda das famílias, quanto para aqueles que não possuem renda fazem parte do conjunto de sujeitos da sociedade que estão expostos aos fatores da violência estrutural, causada pelo processo de empobrecimento da classe trabalhadora.

Alguns dados de documentos pesquisados apontam para a situação que envolve a violência patrimonial, e essa ocorre em virtude de outros processos violadores como o uso e abuso de drogas ilícitas, roubo, furto de bens dos/as idosos/as para sanar suas demandas, quanto apropriação do recurso financeiro do/a idoso/a como forma de sustento do conjunto familiar, como pode ser observado nos extratos do documentos,

Uso de drogas por parte dos filhos e da nora que vivem na casa da mãe idosa. Ameaçam, furtam objetos da casa da mãe, a idosa fez empréstimos para dar dinheiro aos filhos (DOCUMENTNO, 13).

Irmã do idoso responsável legal, utiliza o benefício para sustento de sua família, comprometendo o cuidado com o idoso (DOCUMENTO 24).

Idosa morava sozinha e dependia da ajuda de vizinhos para se manter, benefício bloqueado (DOCUMENTO 28).

A reprodução da violência estrutural acaba sendo um processo naturalizado na sociedade, e como consequência disso as famílias não conseguem romper o ciclo da violência. A ausência, ou a fragilização das políticas sociais públicas na oferta de serviços básicos como a educação, saúde, habitação, trabalho protegido, assistência social, geram percepções de mundo distintas nos/as usuários/as que não conseguem acessar seus direitos.

A não materialização dos direitos acaba por gerar um impacto importante na concepção de uma vida melhor, onde os direitos são assegurados, ou seja, pela ausência de conhecimento e acesso à informação qualificada muitos/as idosos/as não tem a compreensão que estão sofrendo violência. Essa violência acaba tendo uma relação direta com o índice de analfabetismo e baixa escolaridade, visto que em detrimento da violência estrutural essas famílias não percebem o acesso ao estudo como possibilidade.

Em relação ao analfabetismo e baixa escolaridade dos pais, estes também se articulam às demais situações de vulnerabilidade social evidenciadas pelos profissionais. Quando as condições de sobrevivência de uma família são limitadas, estudar bem sempre se constitui numa estratégia imediata para a solução dos problemas, mas sim o trabalho. No entanto, este trabalho, carente de qualificação, conhecimento e profissionalização caracteriza-se muitas vezes, por um trabalho, precarizado, informal, destituído de direitos (PEDERSEN, 2014, p. 127).

A autora ainda menciona que quando não existe uma ação do Estado para resolver as negligências que foram sofridas ao longo da vida, ela acaba por reproduzir de maneira inconsciente essas negligências. Ou seja, além de ter sido negligenciada pelo Estado, em gerações anteriores, ela segue realizando as mesmas ações num ciclo reprodutivo, pois não houve uma interferência concreta na transformação da realidade social (PERDERSEN, 2014).

A negligência sofrida pelas famílias acabam sendo repassadas de pai, mãe, avós, tios, tias para filhos, filhas, sobrinhos como um processo natural, por exemplo: ausência de escolarização, trabalhos precarizados, moradias em situações precárias, a fome, falta de acesso ao sistema de saúde, pois não existe a consciência da possibilidade de novos meios para que se obtenha melhores condições de vida dos indivíduos, que acaba produzindo e reproduzindo suas relações sociais de forma alienada.

A violência estrutural está conectada com a violência intrafamiliar e com a desigualdade social, pois múltiplos fatores acabam contribuindo para a ligação das violações uma na outra. Para Berwig (2017) há motivos para que os dados se expressem com maior ênfase sobre os grupos da sociedade em menores condições econômicas, ou, entre os mais pobres.

É fato que a violência intrafamiliar, seja ela violência doméstica, seja física ou mesmo verbal, é um fenômeno que atinge a toda a população, independentemente da situação financeira. Porém, é mister perceber que a visibilidade desse fenômeno se dá com maior destaque nos grupos com menor poder econômico, isso porque demanda atendimento das estruturas públicas, dos CRAS e CREAS, dos pontos-socorros, dos hospitais do INSS, das escolas estaduais e municipais. São essas instituições que contabilizam dados e criam estatísticas. O que faz com que as classes com maior poder aquisitivo não sejam contabilizadas nas estatísticas é o fator da busca pelo atendimento, pois, ao contrário dos grupos mais populares, procuram médicos, psicólogos particulares, que mantêm o sigilo e não contribuem para qualquer levantamento estatístico, uma vez que individualmente seus não são expressivos. Nos grupos mais favorecidos economicamente é tudo mais velado, mais escondido (BERWIG, 2017, p. 120).

É possível observar que o silêncio e ausência de dados são comprados pelo poder aquisitivo visando não expor aqueles que praticam as violências, como a autora pondera esses casos são presentes nos diferentes grupos sociais. A diferença é que alguns o Estado consegue quantificar e apresentar dados através das redes de serviços, e outros acabam ficando guardadas em consultórios particulares. A violência intrafamiliar nas famílias com melhor poder econômico acaba sendo velada, ficando invisibilizado nos indicadores sociais, o que não as exime de estarem vivenciando esse tipo de violência.

Os/as profissionais que atuam no atendimento aos/as idosos/as que são vítimas de violência compreendem o papel do Estado na redução da violência contra esse segmento, seja no sentido de prevenir as situações, ou na redução dos danos causados aos/as idosos/as. De acordo com o/a entrevistado/a houve uma mudança na concepção sobre o cuidado com os/as idosos/as nos últimos anos e naturalização da família aos cuidados com o/a idoso/a vem reduzindo, demandando assim a ampliação da atuação do Estado nos cuidados aos/as idosos/as.

Começamos a trabalhar na instituição há muitos anos e percebemos uma mudança há muitos anos, ainda existia a responsabilidade civil das famílias [...] o que mudou que agora o protetor do Idoso, da criatura que está em vulnerabilidade, não é mais da família, é poder público. Houve uma mudança, o poder público é responsabilizado por tudo que acontece na comunidade é muito interessante esse fato porque os filhos não são mais responsáveis (ENTREVISTADO A).

Essa alteração cultural mencionada pelo/a entrevistado/a estaria agravando as condições dos/as idosos/as em virtude da percepção distorcida das famílias em relação aos cuidados com seus/suas idosos/as. A fala do/a profissional se percebe uma ampliação das ações do Estado em torno da questão da violência contra idosos/as. Na análise dos documentos pesquisados e nas entrevistas é possível identificar a fragilidade das ações do Estado no atendimento das demandas da população idosa, e os reflexos da questão estrutural sobre a vida dos/as idosos/as vítimas de violência bem como sobre a vida de seus familiares.

[...] no decorrer do acompanhamento a gente entende que as vezes aquela família não tem as condições de prestar o cuidado de acordo com quem denunciou com quem fez a denúncia acha que deveria ser o ideal então não é negligência da família em si, talvez seja uma negligência do Estado das políticas públicas que não conseguem garantir o acesso desse idoso dessa família a serviços às políticas essenciais para o bem estar do idoso (ENTREVISTADO B).

[...] eu acho que a família é o principal ponto nesse caso, especialmente nesses casos de pessoas de baixa renda, que são pessoas que não tem condições de arcar com cuidadores [...] normalmente as pessoas que trabalham como cuidadores são profissionais que demandam bastante recursos, não é barato um tratamento assim. Então quem precisa, quem tem pouco poder aquisitivo, vai ser resolvido o problema, pelo menos amenizado, com aqueles próximos de casa com filhos, irmãos, sobrinhos, netos e muitas vezes aquelas pessoas que estão ali para cuidar pelos laços familiares por laços sanguíneos, e aí não tem como tu receber por isso, tu vai dar o teu esforço no sentido de amparar um idoso por conta de solidariedade e laços familiares e muitas vezes as pessoas pensam que isso lhe permite usufruir dos valores que essa pessoa idosa teria como forma de retribuição como forma de compensação pelo tempo que tu está deixando ali com aquela pessoa ou com fato de tu não trabalhar para poder ficar cuidando de um parente então isso é o que mais comumente a gente vê. Agora tem também aquela questão mais ligada à classe média que envolve filhos viciados, filhos envolvidos com drogas, como consumidores tentando tirar dos pais, da mãe, do pai idoso, de um avô, uma avó, valores para poder bancar esse consumo de drogas (ENTREVISTADO D)

As falas dos/as entrevistados/as remetem a violência estrutural de forma muito clara, quando todos/as os/as envolvidos/as no caso estão em um processo de violência, a família não tem as condições objetivas necessárias para manutenção das necessidades do/a idoso/a, e essa situação não se altera em virtude de múltiplos fatores, especialmente pela não alteração da estrutura desigual e excludente, própria do modelo de produção vigente. Outro elemento a pensar é que, embora se tenha avançado em termos de atendimento à população idosa, as ações das políticas sociais ainda são extremamente focalizadas e não dão conta de garantir proteção social da população brasileira, com importantes rebatimentos aos segmentos mais vulneráveis, como é o caso dos/as idosos/as.

É preciso observar também que o acesso a determinados tipos de bens e serviços demandam condições materiais, o que tem sido um desafio em relação aos casos de violência registrados nos documentos pesquisados e nas falas dos/as profissionais entrevistados/as que relatam as condições objetivas como fatores que interferem no processo de violação dos/as idosos/as. A relação de violência se dá pela exploração dos recursos financeiros dos/as idosos/as por parte de quem o/a cuida, bem como pela violência causada por múltiplos fatores, como é o caso do uso e abuso de álcool e outras drogas por parte de familiares próximos, especialmente filhos. As limitações em relação à proteção dos/as idosos/as não é particularidade do conjunto familiar, ela também é condição da oferta de serviços para acolhimento, acompanhamento de idosos/as vítimas de violência.

Eu acho que o que nos falta às vezes é alternativas, do que a gente fazer com esse idoso é porque às vezes a família não quer se responsabilizar às vezes entram questões sociais que a pessoa não pode nem contratar alguém para ter esse cuidado então acho que a gente deveria ter formas de ofertar outros serviços, outras alternativas para que eles não fiquem sozinhos durante todo dia né que eles conseguissem conviver continuar convivendo em sociedade de alguma forma acho que isso falta no município (ENTREVISTADO C).

Esta expressão de um/a entrevistado/a, e os dados dos documentos sistematizados, apontam para ausência de condições objetivas na manutenção das famílias e dos/as idosos/as, em alguns casos as famílias não possuíam o mínimo de estrutura para sobrevivência ou o/a idoso/a se encontra vivendo em residência em condições habitacionais precária, sem acesso à energia elétrica, sem acesso a água, e ainda, em condições insalubres em que o próprio alimento que era dividido no mesmo prato que os animais domésticos. De acordo com Rizzini (et al, 2006, p. 32) “há um grande descompasso no Brasil entre a importância atribuída ao papel da família no discurso e falta de condições mínimas de vida digna que as famílias enfrentam”.

Quando se analisa a questão estrutural, é imperioso observar que o Estado acaba atribuindo as famílias algo que não é possível ser modificado sem a transformação das estruturas na realidade social. A ausência de mecanismos de proteção eficazes compromete o processo de sobrevivência da população, dos grupos familiares e de vivenciar o processo de envelhecimento com dignidade, proteção e segurança.

De acordo com o Estatuto do Idoso é dever da família, da sociedade e do Estado o cuidado com os/as idosos/as. Nesse caso, na ordem de responsabilidade o Estado acaba por ser o último a realizar a proteção da pessoa idosa e segundo a legislação só pode assumir esse papel quando esgotadas todas as tentativas de mantê-lo no núcleo familiar. Essa tentativa de eximir o papel do Estado não está apenas vinculado aos/as idosos/as, mas também as crianças, adolescentes e outros segmentos. Na fala de um/a dos/as entrevistados/as demonstra que os grupos com menor condições econômicas tem rebatimentos mais significativos quanto ao tema da violência contra idosos em decorrência da possibilidade provimento dos cuidados.

Essas ações são características do modelo de produção vigente, em que as desigualdades sociais estão presentes e legitimam o lugar dos mais pobres na marginalidade, ou seja, como os únicos que produzem e reproduzem as violências, criando equivocadamente no imaginário social que a violência, seja qual for, é uma ação dos mais pobres.

Como as demandas por cuidados aos/as idosos/as e a responsabilização de algum membro da família para realizar este cuidado, ocorre a coerção moral do/a idoso/a de sentir-se na obrigação de auxiliar a família com as despesas da casa, pois acabam se sentindo um peso

aos familiares e, sobretudo, pela necessidade que eles enxergam da subsistência da família. Oliveira (et al, 2012, p. 95) destaca que

No que concerne as condições econômicas, a família quando a deriva no mar das desigualdades sociais, não encontra outras alternativas além daquelas que se situam no somar poucos recursos que os membros desta família recebe, como bolsa família, auxílios de prestação continuada ou o próprio salário mínimo que o idoso percebe de sua aposentadoria. Este idoso quando situado nesta realidade, se vê na obrigação de colocar estes recursos como possibilidade de sobrevivência de todos daquele grupo familiar.

Alguns fatores dificultam o trabalho de enfrentamento da questão da violência contra os/as idosos/as, a saber: 1) demora na identificação da violência; 2) medo da pessoa idosa em revelar os abusos sofridos e, 3) ausência de mecanismos que garantam a proteção aos/as idosos/as que denunciam esses casos. Para Reis (et al, 2014, p. 438) “entre outros sentimentos que podem ser expressos pelos idosos, se apresentam o temor da retaliação ou represália, especialmente no âmbito familiar; a culpa de gerar um conflito; a vergonha da situação; e o medo de ser internado em um asilo”.

As demandas oriundas da sociabilidade capitalista têm se apresentado em suas múltiplas formas exigindo do Estado ações de enfrentamento e proteção. A violência contra os/as idosos/as é umas das tantas formas em que se expressa a Questão Social, materializada nos processos de conflito emergentes da desigualdade social, e da luta de classe calcada na produção e reprodução das relações sociais. A violência contra idosos/as tem desafiado o poder público e a sociedade no sentido de debater, apreender e construir ações de prevenção e proteção a população idosa frente a violação de seus direitos mais essenciais, como o direito à vida. Nesse sentido observa-se a partir da realidade local pesquisada, as ações desenvolvidas para a prevenção e promoção do cuidado dos/as idosos/as vitimados no município de São Borja.

4.3 Rede e ações de proteção às pessoas idosas no Município de São Borja

Além de buscar compreender como a violência contra os/as idosos/as se expressa no município de São Borja, outro objetivo específico da pesquisa buscou apreender quais serviços são ofertados à população idosa. Além das instituições visitadas para fins de coleta de dados, realizou-se o mapeamento das instituições e serviços que configuram a rede de proteção ao/a idoso/a no município. A análise aqui desenvolvida, tem como base as seguintes questões norteadoras: a) Como estão sendo desenvolvidas as ações voltadas aos/as idosos/as no

município de São Borja? e, b) qual o fluxo de encaminhamento para rede nos casos de violência em São Borja?

É importante observar que frente a questões amplas e complexas como a violência contra idosos/as o trabalho de prevenção e proteção demanda a articulação das instituições governamentais e não governamentais constituindo uma rede de oferta de serviços a fim de acolher a população vitimada e avançar na prevenção de novos casos de violência.

As redes são fundamentalmente uma articulação entre pares que tem por pressuposto que cada serviço, programa ou política pública é incapaz de atender sozinho aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal, exigindo assim, o reconhecimento do outro como um importante aliado, em uma relação de cooperação, partilha de objetivos e princípios éticos comuns, a partir de suas especificidades. A ideia da rede demanda articulação de interdependência, reciprocidade e complementaridade, ou como sugere Berwig (2019) a perspectiva do trabalho em rede pressupõe uma ação de: articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços, sob a perspectiva de garantir a integralidade da atenção aos segmentos da sociedade.

Em relação aos serviços prestados no atendimento à população idosa, especial aos/as idosos/as em situação de violência, mapeou-se um grupo de instituições que aparecem nos documentos de registros da coleta de dados, a saber: Delegacia de Polícia Civil, Disque 100, Brigada Militar, Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas – CAPS ad, Hospital Ivan Goulart, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Estratégias de Saúde da Família – ESFs, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Promotoria Pública, Asilo São Vicente de Paula, Centro Dia do Idoso. Estas instituições aparecem nos relatos de atendimentos a idosos/as em situação de violência.

O campo da saúde expressa um importante trabalho na articulação coletiva com outros serviços quando se trata de idosos/as em diferentes relatos aparecem a intervenção das ações de promoção de saúde, e de atendimento no domicílio.

Fomos até o ESF, conversamos com enfermeira, ele agendou consulta com a psicólogo e visita médica para avaliação da idosa (DOCUMENTO 05).

Será necessário fazer junto com o agente de saúde um, monitoramento para verificar se não estão ocorrendo outros abusos [...] para que o CREAS seja acionado. (DOCUMENTO 04).

Realizada visita domiciliar com a psicóloga e com o ESF, em função de nova denúncia [...] filha relata que desde a última visita não recebeu atendimento do CRAS e nem do médico do ESF de referência. A idosa está cada vez mais agitada, e a filha acaba

gritando com a mãe. Filha relata que precisa de acompanhamento psicológico (DOCUMENTO 05).

Solicitado visita para o programa Melhor em casa (DOCUMENTO 14).

Além da articulação com os equipamentos públicos de saúde, a documentação pesquisada expressa a importante presença das instituições do sistema de justiça como a Promotoria, a Delegacia, Brigada Militar, Ministério Público. Ainda, a maioria das denúncias atendidas para avaliação da situação real dos/as idosos/as partem desse sistema de denúncias anônimos.

Pedido da promotoria pública para o CREAS realizar averiguação da situação e condição de vida do idoso que está hospitalizado. Realizado contato com a assistente social do asilo para verificação de vaga. (DOCUMENTO 17).

Idosa tem medida protetiva contra a filha e o genro usuários de drogas, nos documentos há relatos de chamada a brigada militar que não foi atendido o que amplia a situação de risco para alguém em situação de violência, “[...] ligou para abrigada militar, mas lhe informaram que não havia viatura disponível no momento para comparecer na casa da idosa e afastar a agressora” (DOCUMENTO 06).

Idosa fez um B.O., foi pedido medida protetiva, Ministério Público pediu acompanhamento ao CREAS (DOCUMENTO 07).

A gente conta com diversas instituições que trabalham não só nesse assunto, mas em tudo aquilo que envolve segurança pública e a relação das pessoas de modo geral seja de forma pública na rua em via pública a segurança da nossa comunidade seja de forma individual nas suas relações pessoais. [...] aí a gente entra, a gente tem Ministério Público, tem uma parcela importantíssima da Assistência Social, a nossa Delegacia da Polícia Civil, a Brigada Militar. [...] eu chamo atenção para Assistência Social por que as assistentes sociais são aquelas que chegam mais perto do problema, elas percorrem a cidade, visitam as pessoas nas casas dos idosos, e verificam in loco a necessidade que eles têm, as dificuldades que estão passando e muitas vezes o retorno disso que Assistência Social nos dá é o retrato mais fiel dado problema pelo qual o idoso vem passando (ENTREVISTADO D).

Os dados apontam para uma compreensão importante dos/as trabalhadores/as em relação aos serviços existentes no município, e da valorização das instituições que prestam atendimento à população idosa que constituem a rede de serviços, destaque para a fala do/a entrevistado/a que aponta para o trabalho realizado pela política de Assistência Social no município, em especial pelos/as Assistentes Sociais. Os/as Assistentes Sociais não são os/as únicos profissionais que atendem cotidianamente as demandas relacionadas à violência, contudo, pela característica da ação investigativa e interventiva da profissão junto à realidade social e pela inserção profissional majoritariamente nas políticas sociais, esses/as profissionais têm uma parcela importante no desvendamento das situações de risco, e aquelas situações em que já houve a violência.

Observa-se ainda, a partir da fala do/a entrevistado/a relevância da política de Assistência Social em âmbito municipal como referência para o trabalho articulado junto a outras políticas e instituições. Isso se dá em decorrência do caráter das ações da Assistência Social que tem em suas diretrizes ações de prevenção, executados pelos serviços dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, e de proteção, executadas pelos serviços do Centros de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS.

É significativo também a presença dos relatos nos documentos e das entrevistas que apontam para a utilização do recurso de denúncias o Disque 100, o que demonstra que essa ferramenta tem sido uma importante aliada para o sistema de garantia de direitos da pessoa idosa.

Denúncia registrada no Disque 100 (DOCUMENTO 12).

A principal forma que chega até nós os casos são por denúncia ou via disque 100 ou às vezes algum familiar e vizinho vem até o local e outra forma que também são feitos encaminhamentos é através da rede do município (ENTREVISTADO C).

A maneira como esses crimes chegam aos conhecimentos são os mais variados possíveis né a própria vítima nos procura um familiar da vítima nos procura a uma denúncia através dos canais inclusive nacionais de Disque Denúncia, ministério da justiça através da própria Brigada Militar o Ministério Público nos encaminha um requerimento, uma requisição que seja instaurado um procedimento (ENTREVISTADO D).

Observa-se que os serviços que compõe a rede são importantes tanto no processo de acolhida dos/as idosos/as em situação de violência quando no processo de desvendamento das violações cometidas, como sugere a fala do/a entrevistado/a que apresenta a rede como parte dos encaminhamentos de denúncias de possíveis situações de violência a ser identificado por outras unidades assistenciais, em geral o CREAS já que esta é a instituição responsável pelo acolhida, orientação de pessoas idosas em situação de rompimento de vínculos, ou violência.

As redes são múltiplos entrelaçamentos, e estão divididas em dois grupos: a) A chamada rede primária ou de proteção espontânea, que são constituídas pelas relações sociais dos indivíduos, aqueles estão presentes no cotidiano dos sujeitos, por exemplo, a família, amigos/as, vizinhos/as, ou grupo pelo qual se tenha algum vínculo de referência - grupos de idosos, instituições religiosas e etc. b) As redes secundárias que são formadas pelas instituições das políticas sociais públicas e que prestam atendimentos à população na perspectiva da proteção, por exemplo, o CREAS, Delegacia de Polícia, Ministério Público e etc. (GUARÁ, 2010).

As redes primárias ou de proteção espontânea são aquelas que se organizam na perspectiva do apoio mútuo e solidariedade, como nas relações afetivas, de parentesco, de proximidade com amigos, vizinhos e nas relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade. Essas formas de rede são tecidas no cotidiano, estimuladas pelas demandas de apoio, convivência e, frequentemente, passam despercebidas pelos sujeitos que nela se inserem e se relacionam (GUARÁ, 2010, p. 22).

As instituições identificadas são apenas uma parte do sistema da rede de proteção, pensar a proteção integral do/as idoso/as requer observar suas relações sociais que se constituem em sua rede primária ou, de proteção espontânea. A composição de vínculos determina as redes de proteção espontâneas independente da presença ou contato com as redes mais estruturadas como as redes de serviços das políticas sociais.

Uma vizinha ligou para o Disque denúncia (100) para relatar o caso de abandono do idoso (DOCUMENTO 01).

Vizinhos relatam que idoso teve AVC e não tem condições de cuidar de si, não tem familiares próximo. (DOCUMENTO 17).

Neto denunciou os tios que não estão levando a avó para realizar tratamento, negligenciando os cuidados de saúde (DOCUMENTO 06).

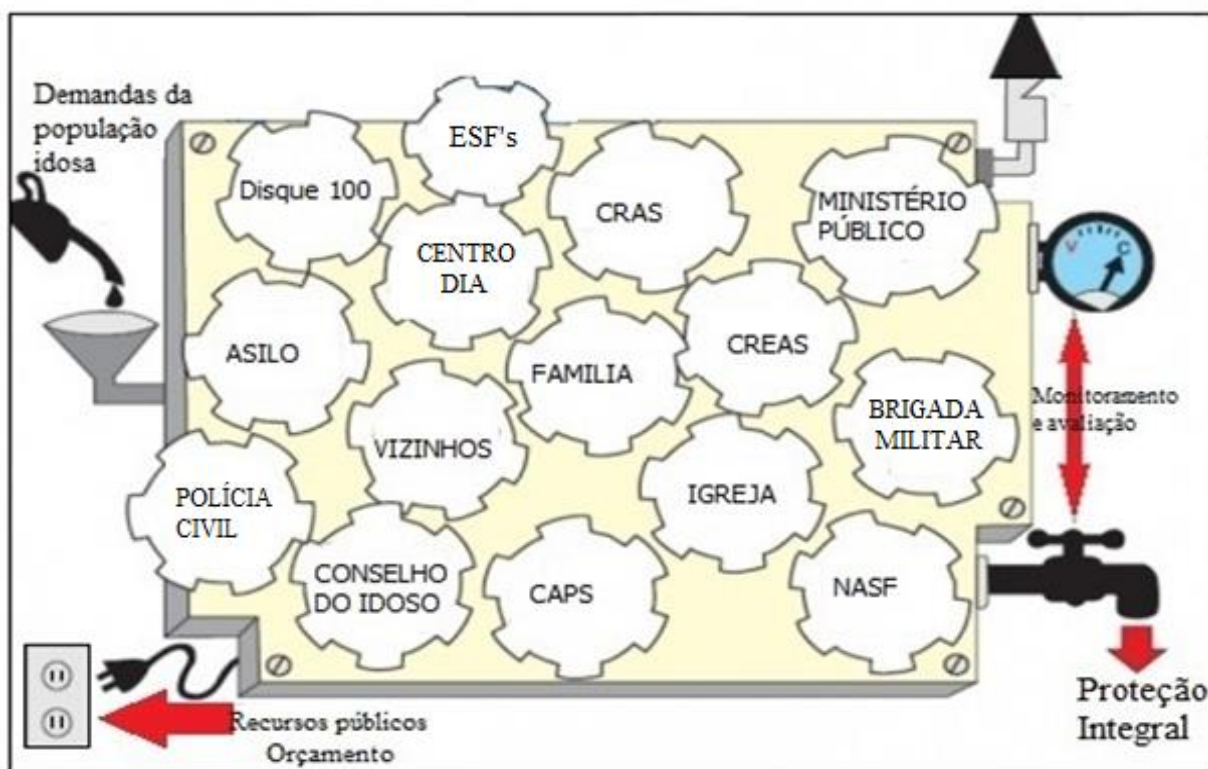
[...] como os idosos contam para a gente, me tratava mal, gritava comigo, a minha filha me empurrava, meu filho me bloqueou, aí o vizinho fica sabendo e vai denunciar no conselho do idoso (ENTREVISTADO E).

Nestes trechos extraídos de documentos pesquisados e de fala de entrevistados/as, observa-se a importância da rede espontânea no processo de cuidado e proteção, em casos de violência ou mesmo de outras demandas cotidianas muitos idosos/as contam apenas com o vínculo de vizinhos próximos, e tem nessa rede seu *locus* de amparo. Tais vínculos fortalecidos são importantes agentes de proteção aos/as idosos/as, tendo em vista a característica da violência contra idosos/as que tem o espaço familiar como principal violador/a. Nas análises que demonstraram a caracterização da violência contra o/a idoso/a como intrafamiliar, esse cenário que deveria ser protetivo, torna-se o lugar da violência, o que demanda o olhar de outras pessoas, familiares ou não sobre o que ocorre na vida do/a idoso/as podendo assim acionar os serviços de proteção quando entender necessário.

Em relação a rede de atenção aos/as idosos/as no município de São Borja, entende-se que ela se configura então pelos dois grupos, primário e secundário, formando uma grande teia que entrelaça as relações em diferentes novas redes, ou como demonstrado na figura 1, a seguir formando um sistema de engrenagens que se interconectam, e na medida em que uma se movimenta necessariamente movimento o grupo todo. Mas para isso, é preciso mais que desejo

de integrar esse sistema, é preciso compreender os interesses em comum para o trabalho, a instituição de mecanismos de proteção, expansão de serviços e orçamento público para elaboração, monitoramento e manutenção das ações em rede.

Figura 1: Rede de proteção de São Borja



Fonte: Pesquisa de campo. Sistematizado pela autora, figura adaptada (2019).

As instituições e serviços identificados que ao entendimento da autora deste estudo compõem a rede de atendimento aos/as idosos/as no município de São Borja estão expressas na relação a seguir, observando o que é de competência de cada área na atuação em relação à proteção do/a idoso/a.

- **Familiares, Vizinhos/as, Igreja, cuidadores/as**, que caracterizam a rede primária ou de proteção espontânea, são responsáveis pela proteção enquanto sujeitos que constituem as relações sociais da vida dos/as idosos/as em distintas instâncias.
- **Conselho Municipal do Idoso**⁸ é um órgão de representação dos idosos, e de interlocução junto à comunidade e aos poderes públicos na busca de soluções

⁸ Entre as atribuições do Conselho do Idoso estão: Formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos nas áreas de sua competência. Estimular estudos, debates e pesquisas objetivando prestigiar e valorizar os idosos. Propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória; Incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa; Estimular a elaboração de projetos que tenham como objetivo a participação

compartilhadas. O conselho é um órgão colegiado formado por representantes do poder público e da sociedade civil (membros das associações de defesa da pessoa idosa). De acordo com as orientações do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa o Conselho municipal deve promover amplo e transparente debate sobre os direitos e necessidades dos idosos, encaminhando propostas ao Legislativo e Executivo municipal que são os principais responsáveis pela execução dessas tarefas. O papel do Conselho é consultivo, normativo, deliberativo e formador de políticas dirigidas a pessoa idosa.

- **Centro de Referência em Assistência Social - CRAS**, constitui-se em um espaço de atendimento as famílias visando o fortalecimento entre a família e a comunidade. O CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, é importante destacar que o SCFV e o PAIF tem como público prioritário crianças, adolescentes e idosos/as em situação de vulnerabilidade, idosos em situação de isolamento social, e objetiva prevenir a violação de direitos. (BRASIL, 2015).
- **Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS**, oferece apoio e orientação a famílias e indivíduos vítimas de violência. O seu público alvo são pessoas em que o risco já se instalou, tendo seus direitos violados, sendo vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaças, maus tratos e discriminações sociais, recebe todas as denúncias das diversas instituições que compõem a rede, pois nas suas atribuições está o acompanhamento dos casos de violação dos direitos (BRASIL, 2015).
- **O Centro Dia do Idoso** acolhe idosos que, preferencialmente, moram sozinhos e não conseguem administrar seus medicamentos e não desenvolvem suas atividades diárias. O Programa é desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social do Município de São Borja, dispõem de 12 vagas. Este serviço está no limiar do atendimento de prevenção e proteção, pois não raramente este serviço é utilizado para acolher na parte do dia algum idoso que teve identificado alguma forma de violência, em geral pela negligência com os cuidados.

dos idosos nos diversos setores de atividades sociais; Examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvem problemas relacionados aos idosos; Zelar pelo cumprimento das políticas públicas voltadas à população idosa nos termos da Lei Federal 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (OSASCO, 2007, p. 12).

- **Asilo São Vicente de Paula** é uma instituição que abriga idosos/as com mais de 60 anos que necessitam de cuidados, geralmente são encaminhados pela rede de atendimento. Parte das despesas são providas pelo município de São Borja, outra pela renda dos/as idosos/as que habitam na instituição e o restante através de doações da sociedade civil. Na instituição os/as idoso/as contam com atendimento de médico/a, enfermeiros/as, cuidadores/as e assistente social. Através da pesquisa foi possível perceber o vínculo que a instituição possui com a rede, visto que muitos casos foram encaminhados pelo Hospital Ivan Goulart, Ministério Público, CREAS, além dos casos que as vagas foram solicitadas por familiares.
- **Hospital Ivan Goulart** é uma instituição que desenvolve suas atividades atendendo usuários/as oriundos/as do Sistema Único de Saúde, particulares e convênios. Além disso, integra a rede, pois através dos/as profissionais que atuam na unidade identificam casos de violação dos direitos e acabam realizando encaminhamentos, seja ao Ministério Público, CREAS ou diretamente ao Asilo.
- **Estratégia de Saúde da Família – ESF**, busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco. Porta de entrada do Sistema Único de Saúde – SUS, são nas ESFs através dos acompanhamentos da saúde da família que muitos casos de violência são detectados e encaminhados ao CREAS, e em alguns casos não houve ainda a violação dos direitos, mas a situação que se encontra o/a usuário/a idoso/a é precária e carece de acolhimento por parte de outras instituições como forma de prevenção da violação dos direitos.
- **Programa Melhor em Casa**⁹ é um serviço indicado para pessoas que apresentam dificuldades temporárias ou definitivas em sair do espaço da casa para chegar até uma unidade de saúde, ou ainda para pessoas que estejam em situações nas quais a atenção domiciliar é a mais indicada para o seu tratamento. Através da pesquisa foi possível observar que alguns casos de violência contra idosos no município de São Borja foram denunciados para rede através de profissionais que compõem o programa (BRASIL, 2013).

⁹ O Programa Melhor em Casa é oferecido pelo Sistema Único de Saúde prestado para quem necessita de atenção domiciliar, visa a proporcionar as pessoas um cuidado mais próximo da rotina da família, evitando hospitalizações desnecessárias e diminuindo o risco de infecções, além de estar no aconchego do lar. Nos casos em que a pessoa precisa ser visitada semanalmente ou mais, ele poderá ser acompanhado por equipes específicas de Atenção Domiciliar, como as que fazem parte do Programa Melhor em Casa (BRASIL, 2013).

- **Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF** atua de forma integrada aos ESFs com o objetivo de consolidar a Atenção Primária em saúde, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).
- **Centro de Atenção Psicossocial 1 e ad¹⁰** são unidades de atenção especializada em saúde mental. Desenvolvem um papel fundamental na rede, pois recebem usuários/as de álcool e outras drogas, bem como pessoas com patologias mentais, e acabam evidenciando situações de violência intrafamiliar.
- **Delegacia de Polícia Civil** faz parte da rede e atende situações onde já ocorreram violência contra a pessoa idosa. As denúncias chegam a partir de denúncias realizadas pela própria vítima, familiares, vizinhos e/ou brigada militar.
- **Ministério Público Estadual** é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo a defesa da ordem jurídica e, sobretudo, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Durante a pesquisa de campo foi notória a ação do Ministério Público no encaminhamento dos casos ao CREAS para avaliação e providências no acolhimento e encaminhamento dos/as idosos/. O Ministério tem importante atuação ainda demandando da rede estudos sociais para averiguação das denúncias e casos de curatela.
- **Brigada Militar** tem um papel preventivo, desenvolve um papel do cumprimento de medidas protetivas e o acolhimento de novas denúncias para encaminhar a Delegacia de Polícia, observa-se através da pesquisa que o vínculo mais próximo da rede com a Brigada Militar é Delegacia de Polícia Civil.
- **Disque 100**, órgão vinculado ao Governo Federal e visa atender casos de violação dos Direitos Humanos. Esse órgão tem por competência receber, analisar e encaminhar denúncias de violação de direitos humanos de diversos grupos considerados vulneráveis, dentre eles os/as idosos/as.

A rede de atendimento deve ser planejada onde as instituições consigam dialogar, com objetivo comum no planejamento dos encaminhamentos, visando um amplo atendimento aos/as idosos/as usuários/as dos serviços e prevenir a negligência por parte das instituições, pois elas também devem zelar pelo cuidado com o sujeito. No município de São Borja existem serviços

¹⁰ Centro de Atenção Psicossocial 1 atende municípios de 20 mil até 70 mil habitantes. Responsável pelo atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais graves e contínuos. Centro de Atenção Psicossocial ad (álcool e outras drogas) oferece atendimento a todas faixas etárias, especializado em transtornos pelo uso de álcool e outras drogas.

de atendimento, sendo divididos em uma perspectiva de atendimento mais preventivo, que atuam antes da violação dos direitos e aqueles que vão agir em situações em que já ocorreu algum tipo de violação de direitos. A caracterização de prevenção ou de proteção pós violação, tem relação com a natureza dos serviços, contudo, sob a perspectiva da proteção integral dos/as idosos/as todos os serviços contribuem nas demandas de identificação de violência contra idosos/as e encaminhamentos aos setores/instituições responsáveis pela verificação, e tomada de medidas de proteção em relação às vítimas, bem como, repressão/responsabilização dos/as responsáveis pela violência.

[...] chegam sim, muitos casos a gente tem a necessidade de atender, a polícia civil trabalha de forma repressiva, chegam muitos casos de violência contra idosos aqui na delegacia como é que funciona a nossa sistemática né a polícia civil trabalha de um modo geral assim amplamente falando de modo repressivo combatendo responsabilizando apurando aqueles crimes que já aconteceram ao contrário do que acontece por exemplo com a brigada militar que tem um caráter mais preventivo né para tentar evitar que o crime se concretize, gente a gente acionado a partir do momento em que o crime já ocorreu (ENTREVISTADO D).

Através do mapeamento das instituições que compõe a proteção aos/as idosos/as no município de São Borja, pode-se afirmar que existe uma rede de serviços que atua de maneira constante nos casos de violação dos direitos das pessoas idosas, entretanto, essa rede possui algumas fragilidades. Entre os entraves a falta de diálogo, ou de um trabalho na perspectiva de rede ainda é uma limitação, entretanto, por se tratar de uma cidade de médio porte¹¹ essa rede de serviços apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de suas atribuições e qualificação das ações desenvolvidas, para que isso ocorra é preciso que o trabalho seja articulado metodologicamente em rede.

[...] a gente tem que trabalhar com a rede sabe, com educação, com respeito, acho que no dia a dia da vida da gente a gente tem que aprender a ter paciência a respeitar e também acho que é muito importante a gente sempre deixar de conhecimento das pessoas o disque 100 porque as pessoas às vezes ficam com medo de denunciar então vamos denunciar o disque 100 é anônimo (ENTREVISTADO C).

Organizada ela não está né que a gente fica com bastante dificuldade de dialogar com a rede. Principalmente nos acompanhamentos tem uma fragilidade muito grande de realizar esse acompanhamento intersetorial onde as políticas se conversem, em que a política de assistência faça a sua parte e a política de saúde consiga fazer sua parte onde cada um consiga fazer essa parte e todo mundo junto consiga fazer o encaminhamento maior e mais efetivo para vida daquela família e daquele idoso, que tenha alguma transformação realmente não existe um fluxo uma organização nesse sentido (ENTREVISTADO B).

¹¹ Médio porte são os municípios com população entre 50.001 a 100.000 habitantes. (BRASIL, 2004).

Na percepção dos/as próprios/as trabalhadores/as entrevistados/as aparecem alguns aspectos que evidenciam a necessidade de consolidar um trabalho em rede, como a falta de diálogo e de contato entre os atores da rede. O trabalho em rede depende em primeira instância da existência dos serviços e instituições, em segundo plano e entende-se mais complexo é o desenvolvimento de uma cultura da metodologia de trabalho em rede, o que exige: identificação de um objetivo comum entre as instituições, intencionalidade na construção das ações, relações mais horizontais, disposição para articulação, abrir-se para acolher a participação de várias políticas públicas setoriais, derrubar limites de serviços que agem isoladamente, incluir a participação da sociedade, comunidade, famílias (GUARÁ, 2010).

Articular-se em rede não é um processo simples,

Articular-se significa sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum. No entanto, tendemos, até por razões culturais, a resolver tudo a nosso modo e caminhar em nosso nicho seguro, sem interferências. Felizmente, percebemos hoje que esse é um caminho empobrecedor. Por isso, a proposta de articulação em redes deve ser ancorada numa intencionalidade clara e aberta, que respeita ritmos e espaços e estabelece os pactos necessários à continuidade de cada ação (GUARÁ, 2010, p. 12).

Essa articulação é um ponto crucial para o desenvolvimento de ações mais coletivas para o enfrentamento da violência contra os/as idosos/as em São Borja. Existe uma oferta de serviços, embora esta ainda não esteja adequada as demandas da população, no entanto é importante demonstrar que existem serviços, e equipes desenvolvendo ações de prevenção, e de proteção aos/as idosos/as, trabalhando de forma mais isolada cada um em seu respectivo setor, e o contato entre instituições ocorre quando da necessidade de cumprimento de alguma determinação para casos de violação de direitos em que diferentes instâncias são acionadas. Esse processo denota a fragilidade do trabalho em rede, como destacado na fala de um/a entrevistado/a “[...] cada serviço faz o seu atendimento na maioria das vezes a gente não conversa para dar um direcionamento comum nesses casos [...] nem com a família mesmo, a gente não pactua com aquela família o que vai ser feito” (ENTREVISTADO B).

Outra questão relevante diz respeito à oferta de serviços adequado às necessidades demandadas pela população idosa como evidenciado na fala de um/a dos/as entrevistados/as,

Falta um pouco de políticas sociais a gente tem o centro dia do idoso, só que infelizmente o número de vagas é bem reduzido [...] eu vejo que a gente deveria ter um espaço diurno para esses idosos, outra forma também é que a gente precisa educar a nossa população para que se tenha cuidado, esse respeito com idoso, acho que falta muito isso (ENTREVISTADO C).

Com o processo de envelhecimento da população brasileira, crescem concomitantemente as demandas de atenção a esse segmento, o que exige do poder público um olhar mais atento às questões que envolvem a proteção integral. Logo, ter um diagnóstico com indicadores sobre as necessidades da população são essenciais para avançar na ampliação ou adequação de serviços no âmbito do município. Todas as instituições são parceiras na construção deste diagnóstico, contudo entende-se que o Conselho Municipal do Idoso tem um papel fundamental na organização de informações a fim de cobrar medidas do poder público e de acompanhar a execução e a qualidade dos serviços prestados.

Uma das grandes conquistas da sociedade civil nos últimos anos foi a implementação dos Conselho do Idoso que visa a proteção da pessoa idosa e a garantia de direitos desse grupo vulneráveis. Pessoa e Oliveira (2018, p. 103) destacam que “os conselhos de direito são instrumentos legais que podem assegurar os direitos da pessoa idosa, seja por meio de fiscalização, denúncias, deliberações ou consultas”. Nesse sentido, o Conselho Municipal do Idoso é um órgão que pode contribuir de maneira significativa na rede de proteção ao idoso. Além disso, destaca-se que

Os conselhos refletem uma política descentralizada que permite à sociedade civil e ao Estado articularem-se politicamente. São órgãos públicos, criados por legislação específica, regidos por regulamento aprovado por seu plenário e constituem atribuições consultivas, deliberativas, fiscalizadoras que fortalecem a noção do controle social (PESSOA, OLIVEIRA, 2018, p. 103).

Ademais, na pesquisa de campo verificou-se a ausência do Conselho Municipal do Idoso na articulação com a rede de proteção no município de São Borja, já que dos documentos analisados e das entrevistas coletadas apenas uma entrevista mencionou o Conselho como ator responsável pelos/as idosos/as no município. Cabe pontuar que um órgão desse porte é fundamental dialogar com a rede para ampliar os mecanismos de proteção das políticas sociais públicas para o segmento dos/as idosos/as além de estabelecer sua função de “identificar de que forma se realizam as atividades atinentes às demandas dos/as idosos/as” (PESSOA, OLIVEIRA, 2018, p. 104).

No que tange as limitações no processo de trabalho em rede, identifica-se a inexistência de organização de fluxo pré-estabelecido nos encaminhamentos realizados, ausência de mecanismo de referência e contra referência estabelecida entre os serviços, o que dificulta o processo de comunicação entre instituições. Esse dado se expressa pelos documentos que serviram de amostra para o estudo, já que cada documento tem em si um fluxo próprio,

dependendo das características do caso atendido e se expressa nas entrevistas dos/as trabalhadores/as como uma limitação para avançar no trabalho em perspectiva de rede.

Acho que talvez definir alguns fluxos de encaminhamento e de atendimentos e as próprias discussões de casos, estudos de caso da rede, a rede parar para conversar. Cada serviço faz o seu atendimento na maioria das vezes a gente não conversa para dar um direcionamento comum nesses casos, né, com a família mesmo, a gente não pactua com aquela família o que vai ser feito, o que cada um vai fazer, o que a família vai ter que fazer para ter uma transformação ali naquela realidade (ENTREVISTADO B).

O trabalho na perspectiva de rede demanda: identificar objetivos comuns, instituir a rede de proteção a partir de um pacto entre entidade governamentais e não governamentais, estabelecer coletivamente um projeto de trabalho em rede, instituir capacitação coletiva aos/as agentes de articulação da rede, desenvolver ações coletivas, definir fluxos para o trabalho coletivo, monitorar as ações e resultados, rever fluxos e ações sempre que necessário. Logo, este trabalho é um processo que exige envolvimento, senso de coletividade, grande responsabilidade dos/as envolvidos/as na construção de um trabalho coletivo (GUARÁ, 2010).

Outro dado a destacar em relação aos processos de trabalho desenvolvidos pela rede de serviços, diz respeito ao monitoramento dos casos de violência. Embora as instituições visitadas tenham sistematizadas informações sobre os casos atendidos, pela inexistência de um trabalho em rede não há um monitoramento dos casos, seus desfechos, ou mesmo a construção de indicadores sobre a violência contra idosos/as em São Borja, como já referido anteriormente. Durante a coleta das informações nos documentos, na maioria dos casos observados, não foi possível identificar qual o resultado da ação da instituição e das intervenções realizadas. Alguns documentos inclusive que relatam abordagem profissional em virtude de denúncia do Disque 100, não apresenta informações sobre o desfecho do caso, apontando se a violência foi identificada ou não.

É importante mencionar que os/as profissionais que trabalham a situação de violência contra idosos/as tem em suas funções laborais múltiplas questões e demandas, como o atendimento de violações de direitos outros segmentos, como é o caso da Delegacia, do CREAS, do Ministério Público, da Brigada Militar, na rede local identificada as únicas instituições que tem o/a idoso/a como público único são o Conselho Municipal do Idoso e o Asilo. Nesse sentido é importante reconhecer que a construção de monitoramento, dados estatísticos, e acompanhamento minucioso destes casos requer mais que compromisso

profissional, requer condições éticas, técnicas e condições materiais (equipes, equipamentos, veículos) condizentes com as demandas que chegam até os serviços e aos/as profissionais.

Um exemplo de impasse quanto a constituição de dados estatísticos foi relatada em visita à Delegacia de Polícia Civil, em que o/a responsável orientou que os registros são feitos, impressos e arquivados por ordem de numeração, e data em que foi registrado o Boletim, não possuindo um sistema informatizado que possa gerar um relatório por segmento, ou idade, ou mesmo por tipo de crime. Outro aspecto informado foi que muitas vezes dependendo da forma como é registrado a situação de violência ou o crime que foi cometido este está registrado como violência doméstica, ou furto, roubo, não caracterizando de forma simples a violência contra o/a idoso/a. Para constituir uma amostra hoje dos Boletins de Ocorrência que envolvem idosos/as como vítima, é necessário fazer uma pesquisa minuciosa nos documentos físicos, um a um¹², e identifica-los considerando os crimes cometidos e faixa etária da vítima.

Em relação à documentação, observa-se nos documentos pesquisados que muitas informações estão incompletas, seja a configuração familiar, a origem e composição da renda familiar ou da renda do/a idoso/a, o que impossibilitou a configuração de um perfil dos/as agressores/as em decorrência da ausência de maiores informações que caracterizem esses sujeitos, ou até mesmo de identificar todos os encaminhamentos realizados pela instituição no processo de proteção às pessoas idosas em situação de violência. Acredita-se que essa incompletude é consequência das condições objetivas em que os/as trabalhadores/as vêm exercendo suas funções, com acúmulos de trabalho, e demandas variadas.

O preenchimento da documentação técnica consiste em uma importante atribuição da atuação cotidiana do trabalho profissional. Se considerar que os/as trabalhadores/as que majoritariamente são responsáveis pelas informações dos documentos pesquisados são Assistentes Sociais, é importante referendar que tal documentação assume o papel de evidenciar elementos da realidade do/a usuário/a, nesse caso os/as idosos/as vítimas de violência, e de toda sua trajetória de vida. Essa documentação serve para o processo de criação de dados, realização de monitoramento das situações de violência, sistematização das ações interventivas do/a Assistente Social, e constitui a base para ressignificar as demandas que se expressam no

¹² Destaca-se a importância de constituir pesquisas que possam trazer à tona esses dados, contribuindo para iniciar um processo de diagnóstico e possível monitoramento. De início este estudo alvejou buscar os Boletins de Ocorrência, no entanto observando a viabilidade do tempo para coleta, análise elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, isso não foi possível. É relevante ainda destacar a acolhida da instituição em relação a realização de pesquisa nos documentos supracitados, de modo que fica este espaço como potencial para dar prosseguimento a estudos que revelem maiores informações sobre a violência contra idosos/as em São Borja.

cotidiano, superando a condição de meros executores de ações institucionais, construindo novas abordagens profissionais a partir da realidade que se revela, o que caracteriza-se um desafio à profissão.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2000, p.20).

A documentação, os registros profissionais e institucionais são instrumentos que permitem a qualificação das ações profissionais e consiste até mesmo na própria identidade da profissão, sobretudo, da dimensão técnico-operativa no caso do Serviço Social. Portanto, uma documentação de atendimento ao/a usuário/a precisa ser considerada além de um documento da profissional, uma fonte de informação para qualificação das ações em relação ao público atendido. Tais informações e documentos são de extrema relevância visto que desempenham um papel de para o processo de conhecimento da realidade e serve como base para a produção do planejamento de suas ações.

A documentação pode ser considerada como um elemento constitutivo da ação profissional, uma vez que ela lhe dá materialidade ao comprovar a realização da ação realizada de diferentes formas, ou seja, em fichas, prontuários, relatórios de atendimentos (individuais, familiares ou de reuniões e de assembleias) realizados em instituições ou domicílios, dentre outros (LIMA, MIOTO, DAL PRÁ, 2007, p. 95).

Uma documentação completa, bem produzida, é considerada como um elemento fundamental o qual subsidia a avaliação e o planejamento de ações locais, ou mesmo de políticas sociais em um nível mais amplo. Informações mais completas e precisas permitem uma compreensão maior dos fenômenos sociais e da totalidade das situações de estudos e atendimentos realizados pelos/as profissionais.

Se considerado a rotatividade de profissionais nos serviços da rede, mais uma vez desponta a importância de documentos bem elaborados, para que novos/as trabalhadores/as que venham assumir os casos tenham em mãos informações que subsidiem sua intervenção. Pessoas por diferentes razões perdem o contato com seus familiares e só conseguem resgatar o vínculo buscando informações em instituições. Logo, manter a documentação mais completa o possível, ter os dados do ocorrido, da composição familiar, endereços, encaminhamentos e desfechos para os casos caracterizam serviço de utilidade pública, responsabilidade dos/as profissionais e das instituições.

Todas as informações reveladas pelo processo de coleta e análise da pesquisa apontam para o potencial de trabalho em rede, a qual se revela a importância do serviço do CREAS, enquanto instituição que acolhe denúncias, bem como encaminha os desdobramentos dos casos de violência contra idosos/as junto a toda a rede local. Embora a articulação pode e deve ocorrer por qualquer instituição da rede, é relevante apontar o potencial do CREAS para a articulação junto aos demais serviços em decorrência do lugar (de acolhida, busca ativa, encaminhamentos) que este serviço ocupa na rede de proteção. Entende-se que o caminho para garantia da proteção dos/as idosos/as se dá pelo processo de fortalecimento da rede composta pelas relações sociais dos/as idosos/as (rede primária) e pelas instituições responsáveis pela execução da proteção integral (rede secundária) (GUARÁ, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quando nasceu a palavra,
Alguém pode nos dizer?
Quem ajudou a escrever,
A quem pertence esta palavra?
Antes mesmo veio a fala,
Gesto, som e movimento,
Organizou o pensamento,
O olhar da Poesia.
Escuto a sabedoria,
Reperto o conhecimento.
(MUNHOZ, 2015).*

A construção de conhecimento não é um processo que acontece de maneira solitária, sem os acúmulos dos saberes anteriormente produzidos e, muito menos, sem a incessante reflexão sobre a realidade. Por este motivo, o trecho da poesia de Pedro Munhoz é tão significativo. Os versos do poema podem ser lidos a partir de uma interpretação de que os seres humanos e o mundo estão em constante relação, produzindo e modificando a si mesmos e a vida material. Por isso, vale a pena socializar os conhecimentos produzidos e, nesse processo, aprender e ampliar a compreensão sobre as várias dimensões da vida humana. Nesse sentido, este capítulo irá apresentar os dados que emergiram durante o processo de pesquisa, bem como as sínteses realizadas a partir deles, no intuito de responder às questões que nortearam o estudo e atender ao objetivo geral da proposta.

Com base nas leituras e conhecimentos adquiridos ao longo da construção do presente Trabalho de Conclusão de Curso verificou-se que a população mundial vem aumentando sua expectativa de vida e, por consequência, o número de idosos está cada vez maior. Por isso, é importante compreender o envelhecimento como algo intrínseco, um processo natural ao ser humano que acarreta certas limitações, necessitando de ações que atentem para as questões do envelhecimento e possíveis demandas da população idosa. Há ainda a necessidade de superação da cultura que entende a velhice como um fardo, mas como um processo o qual todos/as vivenciam.

O fenômeno da violência contra idosos/as é agravado quando somado aos aspectos da pobreza, desemprego, desigualdade social, características presentes na sociedade capitalista e, sobretudo, potencializado nas famílias onde o Estado não concede subsídios básicos para a sobrevivência. Ou seja, a violência intrafamiliar que se expressa na realidade dos/as idosos/as vítimas de violência identificados pela pesquisa, sofrem também os impactos da violência estrutural. A ausência de condições materiais para manutenção das famílias coloca os/as

idosos/as em muitas situações como provedores. Nesses casos, muitos idosos/as acabam se responsabilizando pelos cuidados em detrimento de serem cuidados pelo núcleo familiar.

As desigualdades sociais se apresentaram ao longo da pesquisa como um dos fatores que potencializam as situações de violência e dificulta o rompimento do ciclo da violação que se estabelecem em muitas famílias. Cabe destacar, que tanto os/as idosos/as quanto seus/as familiares têm seus direitos negligenciados pela proteção social fragmentada e focalizada prestada pelo Estado brasileiro, os documentos analisados apontam para o não acesso de idosos/as e seus/as familiares aos direitos sociais básicos como: trabalho formal, educação, saúde e assistência social. A insuficiência do Estado neoliberal que reduz o campo da proteção social impacta na vida da população, cometendo o que se entende por violência estrutural, tornando-se presente no cotidiano dessas famílias. Os dados oficiais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 apontam que as denúncias de violação dos direitos da pessoa idosa vem crescendo no Brasil desde 2011, especialmente, nas famílias mais pobres, o que corrobora a ausência de políticas sociais públicas para o enfrentamento da violência contra os idosos/as no País, e demonstra a violência estrutural presente na sociedade brasileira.

Tendo como base as questões norteadoras: a) Como estão sendo desenvolvidas as ações voltadas aos idosos no município de São Borja? b) Quantos casos de violência contra os/as idosos/as estão registrados no município de São Borja? c) Quais os tipos de violência cometidos contra a pessoa idosa no município de São Borja? d) Qual o perfil dos que sofrem violência no município de São Borja? e) Qual perfil dos/as agressores/as nos registros de violência contra idosos/as no município de São Borja? e, f) Qual o fluxo de encaminhamento para a rede nos casos de violência no município de São Borja? Pode-se inferir alguns apontamentos que contribuem para atender o objetivo do estudo e responder o problema de pesquisa.

Quanto ao quantitativo de casos de violência contra idosos/as a pesquisa não foi capaz de realizar o levantamento, em decorrência da inviabilidade em termos de tempo previsto para todos os procedimentos de coleta, e em decorrência da ausência de informações sistematizadas estatisticamente pelos serviços que atendem a esta demanda, o que já sinaliza para a importância de instituir junto aos serviços um processo de monitoramento que demanda inicialmente um diagnóstico da população idosa no município, fatores de risco, e assim elaborar novas propostas de intervenção. Destaca-se que a análise quantitativa é importante no sentido de dar visibilidade para o fenômeno estudado, contudo, se entende que a ausência desse indicador não prejudicou o desenvolvimento deste trabalho tendo em vista a relevância das informações qualitativas coletadas e analisadas.

Foi possível conhecer que os casos de violência contra idosos/as identificados nas instituições visitadas, são majoritariamente cometidos por membros familiares, filhos/as, sobrinhos/as, netos/as e cônjuges, em termos de perfil os/as idosos/as que sofreram algum tipo de violência caracteriza-se pela vulnerabilidade econômica, algum grau de dependência nos cuidados diários em decorrência de situações de adoecimento, e presença de conflitos familiares. O trabalho de caracterização dos/as idosos/as vítimas de violência contribuiu para entender o perfil das vítimas e alguns aspectos também dos/as agressores/as. Além do exposto, foi possível observar nos documentos analisados que em mais de 60% dos casos os/as agressores/as são filhos/as dos idosos/as. Porém, pela ausência de informações nos documentos não foi possível traçar um perfil com mais complexidade dos/as agressores/as, visto que os documentos apresentam fragilidades nas suas informações no que se refere ao/a agressor/a, e quando existe, está no histórico de vida do idoso/a sem muitos detalhes.

Em termos de identificação sobre os tipos de violência cometidos, observa-se múltiplas formas como: maus-tratos, violência psicológica, violência física, violência patrimonial, negligência, abandono etc. Tais situações apontam para duas categorias identificadas durante a pesquisa e aqui exploradas – a violência intrafamiliar e a violência estrutural. E por fim, o mapeamento dos serviços de atenção aos/as idosos/as e o fluxo entre os serviços, apontam para a existência de uma rede de serviços públicos e prestados por entidades filantrópicas, rede esta complementada pela presença dos atores das relações sociais dos/as idosos/as como, familiares, vizinhos/as e amigos/as. Apesar da existência da rede os/as trabalhadores/as apontam ainda a necessidade de desenvolver um trabalho pautado na perspectiva de rede e constituição de fluxos, o que agregaria uma comunicação mais eficiente para a conexão das instituições que compõem a rede de proteção no município.

Tendo em vista o objetivo geral do estudo de *analisar como veem ocorrendo o atendimento nos casos de violência contra a pessoa idosa no município de São Borja, a fim de contribuir na elaboração de estratégias de intervenção na perspectiva de proteção integral ao/a idoso/a*, e respondendo ao problema de pesquisa *como veem ocorrendo a atenção da pessoa idosa vítima de violência no município de São Borja? que culminou neste estudo*, entende-se, que é possível inferir, que a realidade local do município apresenta demandas importantes que refletem sobre a proteção da pessoa idosa, especialmente sobre os/as idosos/as em situação de violência. Em resposta a esse fenômeno está organizado um conjunto de serviços de atenção aos/as idosos/as que atua com algum grau de interação, mas que não consolida um trabalho em perspectiva de rede. Logo, a atenção às pessoas idosas vítimas de violência ocorre

por uma oferta de serviços importantes que precisam ser mais bem articuladas, numa perspectiva de atenção integral aos direitos da pessoa idosa.

Além das respostas ao problema de pesquisa foi possível avançar no entendimento do potencial e de algumas limitações na atenção aos/as idosos/as vítimas de violência no município de São Borja. Em relação as limitações observam-se através das falas dos/as trabalhadores/as e dos documentos pesquisados: a) a falta de definição de fluxos entre as instituições; b) o trabalho realizado de forma isolada por cada uma delas; c) o nível frágil de compreensão de alguns/as trabalhadores/as em relação à temática que carece de aprofundamento; e, d) a ausência de mecanismos de monitoramento dos índices de violência contra idosos/as no município, ao que se agrega a documentação incompleta observado durante a coleta de dados.

No que se refere ao potencial, destacam-se alguns aspectos: a) a realização de um trabalho sob um viés mais articulado entre as instituições, ou ainda, a consolidação de um fluxo de trabalho em rede enquanto ferramenta potencial para avançar na proteção dos/as idosos/as que sofreram algum tipo de violência; b) que essa rede precisa estar vinculada aos serviços de prevenção às situações de violência como os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS; c) outro fator potencial é o comprometimento dos/as entrevistados/as e suas respectivas instituições de trabalho em relação à proteção dos/as idosos/as; e, d) da mesma forma como o nível de apreensão se expressa como uma limitação em alguns casos, essa também aparece como potencial, dado o nível de compreensão em relação a constituição da violência contra idosos/as na realidade local e a sobre a importância de instituir uma rede de proteção.

Tendo como norte para o exercício profissional enquanto futuro/a Assistente Social, e a ação investigativa da profissão como instrumento para apreensão da realidade e posterior intervenção, entende-se que a pesquisa deve contribuir para (re)formulação das ações no campo concreto das demandas da população. Nesse sentido, todas as inferências construídas contribuem para a apreensão sobre como se configura a violência contra os/as idosos/as no município de São Borja, bem como, contribuem para repensar a proteção destes, ao que se sugere: a) a implementação de uma rede de proteção aos/as idosos/as para o município de São Borja; b) após instituída a rede, a construção de fluxos entre os serviços vinculados; c) criação de espaços de qualificação através da educação permanente sobre o tema da violência envolvendo a rede vinculada; e) elaboração de um diagnóstico e meios para monitoramento dos casos de violência contra idosos/as no município; e, f) promoção de ações de orientação à comunidade São-borjense em relação aos cuidados com os/as idosos/as referindo os direitos e deveres da família, Estado e sociedade em relação à proteção.

Tais contribuições são frutos do exercício de pesquisa e das aproximações sucessivas com a temática, instituições e trabalhadores/as, não se quer com isto estabelecer uma receita de como se deve trabalhar, mas ser propositivo no enfrentamento as situações de violência, entendendo a pesquisa, e a universidade como *locus* de construção do conhecimento que deve ser partilhado com a comunidade, dando sentido para o conhecimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Fernanda Tavares; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. A velhice vítima de negligência: omissão do Estado e rebatimentos ao Serviço Social. **Revista kairós Gereontologia**, v. 17, n. 1, p. 247-262. 2014.

BARROCO, Maria Lúcia. Serviço Social Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. v. IX, n. 17, 2009.

BERWIG, Solange E. **Violência Intrafamiliar: uma aproximação ao tema**. In: GROSSI, Patrícia. JR. FONSECA, Roberto. DUARTE, Joana das F. Expressões de violência: experiência de intervenção e pesquisa em Serviço Social. Editora: Appris.2017.

_____. **Trabalhando em rede**. PPT - Material didático de aula do componente Oficina de trabalho interdisciplinar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências [texto na Internet]. Brasília; 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.html Acesso em 18 abr. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Violência Intrafamiliar. **Orientações para prática em serviço. Cadernos de atenção básica nº 08**. Brasília (DF, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Lei federal nº 10.471, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm> Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília (DF). 2004. Impresso.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A velhice da classe trabalhadora e naturalização dos cuidados. In. TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

BRITO, F.C E LITVOC, C. J. **Conceitos básicos**. In F.C. Brito e C. Litvoc (Ed.), Envelhecimento – prevenção e promoção de saúde. São Paulo: Atheneu, p.1- 16, 2004.

GASPAROTTO, Geovana Prante. Adoscentes em conflito com a lei: responsabilidade da família, da comunidade e do Estado. In. MENDES, Luis Marcelo; MARCHEZAN, Nair Angélica Comassetto. **Expressões de violência e seu enfrentamento no CREAS**. Passo Fundo: Méritos, 2008.

CALDAS, Célia Pereira. **A abordagem do enfermeiro na assistência ao cliente portador de demência**. Revista de Enfermagem da UERJ, v. 3, n.2, 1995.

_____. **Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família.** In: Cadernos de Saúde Pública, RJ, v. 19, n. 3, 773-781, mai-jun, 2003.

CASTRO, Carla de; RISSARDO, Leidyani Karina; CARREIRA, Lígia. **Violência contra os idosos brasileiros: uma análise das internações hospitalares.** In: Revista Brasileira de Enfermagem. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Resolução CFSS nº273/93, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, 1993.

CURY, Antonio. **Organização & métodos: uma visão holística.** São Paulo: Atlas, 7 ed, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Redes de proteção social.** São Paulo: Associação Fazendo História: NECA, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e Formação profissional,** 5ª ed. Cortez, São Paulo 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil por sexo e idade – 1980–2050.** Série Estudos e pesquisas, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Agência IBGE de Notícias. **Em 2017, expectativa de vida era de 76 anos.** 2018. Editoria: estatísticas sociais. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos>>. Acesso em 18 mai. 2019.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Revista Textos & Contextos.** Porto Alegre, Vol. 2. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>>. Acesso em 23 nov. 2019.

GODIM, Lilian Virgínia Carneiro. Violência Intrafamiliar contra o idoso: uma preocupação social e jurídica. **Revista Acadêmica da ESMP – CE,** v. 3, n. 2. 2011.

KOSIK, Karel. **O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição: a reprodução espiritual e racional da realidade e a totalidade concreto**. In. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos & Contextos**, v. 6, n.1, jan-jun, p. 93-104. 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

PESSOA, Elisângela Maia; OLIVEIRA, Luana Silva. A participação da sociedade civil e do poder público no controle social: um olhar sobre o conselho do idoso na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **MISSÕES: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 4, ago-dez. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Márcia R. S. S. Barbosa et al. **A situação do idoso no Brasil: uma breve consideração**. *Acta Paul Enferm*. São Paulo, 422-426, jan-maio. 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MERCADANTE, Elisabeth Frohlich. **Algumas reflexões sobre o lugar social da velhice**. In. SÃO PAULO (cidade). Secretaria de Saúde. *Violência Doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais*. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007.

MINAYO. Cecília de Souza. **Violência contra idosos: relevância para um velho problema**. *Card. Saúde Pública*, v.19, n. 3, p. 783-791. 2003.

_____. **Violência contra idosos: o avesso do respeito e à sabedoria**. Cartilha de Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2 ed. 2005.

_____. *Violência e saúde*. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. **Temas em Saúde collection**. SciELO Books. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2019.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html> Acesso em: 03 nov. 2019.

MOURA, Michelle Borges de. Et al. **Violência contra o idoso: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade**. Revista de Trabalhos Acadêmicos, v. 5, n. 1. 2015.

NERI, A. L. **Qualidade de vida na velhice e subjetividade**. In A. L. Neri (Org), Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea. 2007.

OLIVEIRA, Jair da Luz; VARGAS, Vânia Regina Dutra; JÚNIOR, Roberto da Cruz Fonseca, ANDRADE, Maria Manoela Pereira de. **BRASIL, um país de cabelos brancos: a busca pela dignidade de se envelhecer**. OLIVEIRA, Simone de Barros; et. al. Serviço Social: políticas sociais e transversalidades na pampa. São Borja: Faith, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde** / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2007.

OSASCO. **Manual do idoso: como fazer valer seus direitos**. Osasco: Páginas & Letras Editora. 2007.

PARAÍBA, Patrícia M. F. SILVA, Maria C. Maia. Perfil da violência contra a pessoa idosa na cidade do Recife-PE. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, 2015; 95-306. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v18n2/1809-9823-rbgg-18-02-00295.pdf>> Acesso em 24 nov. 2019.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. Envelhecer com dignidade, um direito humano fundamental. In. SÃO PAULO (cidade). Secretaria de Saúde. **Violência Doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS**. São Paulo: SMS, 2007.

PEDERSEN, Jaina Raquel. **O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias**. 2014. 200 f. Tese de doutorado em Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

QUEIROZ, Zally P. V. Quem cuida de quem cuida? In. SÃO PAULO (cidade). Secretaria de Saúde. **Violência Doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS**. São Paulo: SMS, 2007.

REIS, Luana Araújo dos. et al. Expressão da violência intrafamiliar contra idosos. **Acta Paul Enferm**, v. 27, n. 3, p. 434-439, 2014.

Rizzini, I., Rizzini, I., Naif, L., & Baptista, R. (2007). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez Editora.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. ALMEIDA, Suely de S. **Violência de Gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro. Revinter, 1995.

SÃO PAULO, Secretaria de Saúde. **Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais.** Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. São Paulo: SMS, 2007.

SILVA, Cirlene F. S. DIAS, Cristina M de S. **Violência Contra Idosos na Família: Motivações, Sentimentos e Necessidades do Agressor.** Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A**Modelo de Roteiro de entrevista semiestruturada**

Profissional	
Data da entrevista	
Local	

- 1) Chegam até você casos de violência contra idosos? Como chegam até você?
- 2) É fácil identificar quando um idoso é vítima de violência? Fale a respeito.
- 3) Quais os tipos de violência mais recorrentes?
- 4) Você poderia dizer que se há um perfil dos idosos que sofreram violência? E do agressor?
- 5) Na sua visão como está organizada a rede de proteção aos idosos em São Borja?
- 6) No seu entendimento o que falta para a proteção dos idosos no nosso município?

APÊNDICE C

Modelo de - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO: Desvendando a realidade de São Borja

Pesquisador responsável: Mariza Zellmer da Silva

Pesquisadores participantes: Prof.^a Dra. Solange Emilnene Berwig

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Telefone celular do pesquisador para contato (inclusive a cobrar): (55) 99948-5065

O Sr./Sr.^a/Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa **VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO: Desvendando a realidade de São Borja** que tem por **objetivo** “analisar como veem ocorrendo o atendimento nos casos de violência contra a pessoa idosa no município de São Borja, a fim de contribuir na elaboração de estratégias de intervenção na perspectiva de proteção integral do idoso” e **justifica-se** através de estudo do fenômeno da violência contra os idosos no Brasil, considerando que o envelhecimento vem crescendo em um ritmo muito rápido nas últimas décadas. No campo de estágio supervisionado em Serviço Social, realizado durante o ano de 2015, presenciou-se um número expressivo de denúncias de maus tratos contra idosos recebidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, o qual através dos documentos analisados *in loco* foi possível levantar o número de casos de violência doméstica contra idosos, assim como identificar o seu perfil, mapear as ações que estão sendo realizadas e também identificar quais os tipos de violência são registrados naquele serviço.

O acolhimento das denúncias e análises dos documentos do CREAS contribuíram a pensar a necessidade de pesquisa sobre as violências que a população idosa sofre no município de São Borja. Com o intuito de conhecer, entender e identificar os casos de violência, contribuindo para pensar estratégias de proteção, com o objetivo de diminuir nos atendimentos, agravos físicos, emocionais e sociais que podem vir a acontecer em consequência da violência.

Por meio deste documento e a qualquer tempo o **Sr./Sr.^a/Você** poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável. Para participar deste estudo o Sr./Sr.^a/Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pela pesquisadora.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas e através da publicação do presente Trabalho de Conclusão de Curso no repositório digital da UNIPAMPA. O retorno para os participantes envolvidos acontecerá por meio da entrega de um relatório técnico da pesquisa posterior a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Nome do Participante da Pesquisa / ou responsável: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador Responsável: Mariza Zellmer da Silva

Assinatura do Pesquisador Responsável

São Borja, ____ de _____ de 2019.

APÊNDICE D

Tabulação/tratamento dos dados coletados

Ano da ocorrência	Idade	Escolaridade	Sexo	Renda/com quem vive	Tipo de violência identificada	Violador/a
2017	78	3ª série	M	1 SM aposentadoria Mora sozinho	Abandono	Filhos/as
2017	76	6ª série	F	1 SM aposentadoria c/ esposo	Física Psicológica	Esposo
2017	82	Não consta	M	1 SM BPC sozinho	Patrimonial	vizinhos
2017	62	Não consta	M	1 SM BPC	Patrimonial negligência	Irmã
2017	69	3ª série	F	1 SM BPC c/ filha e netos	Maus tratos	Filha
2017	83	analfabeta	F	1 SM BPC Com 2 filhos	Patrimonial	Filho
2018	82	Não consta	F	1 SM aposentadoria sozinha	Psicológica Maus tratos ameaças patrimonial	Filha e genro
2018	72	Fundamental completo	F	Não consta c/ neto	Física	Neto
2018	77	Superior completo	F	1 SM BPC Com sobrinha	Psicológica Maus tratos	sobrinha
2018	61	Não consta	M	Renda informal sozinho	abandono	filhos
2018	NC	Não consta	M	Não consta	Abandono Conflitos familiares	filhos
2018	68	Não consta	F	Entre 1 e 3 SM aposentadoria Mora com filhos	Negligência Omissão com cuidados	filhos
2018	75	Não consta	M	Aposentado Mora c/ filha	Física Psicológica	filha
2018	70	Superior completo	F	Entre 1 e 3 salários Mora c/ 2 filhos	Psicológica Patrimonial Ameaças	2 filhos
2018	93	Não consta	F	Não consta Filha e genro	Maus tratos Agressão física	Filha
2019	92	Não consta	F	Não consta sobrinha	patrimonial	Sobrinha
2019	75	Não consta	M	1 SM BPC sozinho	Abandono	
2019	80	Não consta	F	1 SM filho	negligência	filhos
2017	83 anos	Não consta	Masculino	1 SM – BPC Mora sozinho	Negligência	Filho

2017	78 anos	Não consta	Feminino	1 SM – BPC Mora com sobrinha	Omissão com os cuidados	sobrinha
2017	79 anos	Não consta	Masculino	Não consta	Abandono Omissão de com os cuidados	Filhos
2017	91 anos	Não consta	Masculino	1 SM – Aposentadoria Mora sozinho	Abandono	Filhos
2018	75 anos	Não consta	Masculino	1 SM – BPC Mora sozinho	Negligência Abandono	Irmã
2018	79 anos	Analfabeto	Masculino	1 SM – BPC Mora Sozinho	Abandono Omissão com os cuidados	Filhos
2018	75 anos	Não consta	Masculino	1 SM – BPC Mora sozinho	Patrimonial Negligência Maus tratos	Irmã
2019	67 anos	Não consta	Feminino	1 SM – BPC Mora Sozinho	Abandono	Filhos
2019	77 anos	Não alfabetizado	Feminino	1 SM Aposentadoria	Maria Inês Vasconcelos dos Santos	filhos
2019	76 anos	Não consta	Masculino	1 SM Aposentadoria Mora sozinho	Abandono	Filhos
2019	67 anos	Não consta	Masculino	Não consta renda e nem com quem morava	Abandono	Filhos